

1. Atividades do Emissor

1.1. Histórico do emissor

As expressões “nós”, “nossas”, “somos” e suas variações utilizadas ao longo deste documento remetem sempre à Almacenes Éxito S.A. (“Companhia” ou “Éxito”).

A Companhia foi fundada em 1949 quando seu fundador, Gustavo Toro Quintero, abriu uma loja de 16 m² no centro de Medellín vendendo tecidos e lençóis. Em 1970, inauguramos a primeira loja Éxito com 8.556 m². Em 1972, complementamos nosso vestuário e têxteis com mantimentos, tornando-nos a primeira empresa na Colômbia a oferecer diferentes tipos de produtos na mesma loja em formato de hipermercado. Em 1975, Almacenes Éxito S.A. foi fundada como sociedade anônima e, em 1989, totalizamos três lojas em Medellín e abrimos nossa primeira loja em Bogotá. Em 1994, a Companhia emitiu ações e foi listada na Bolsa de Valores da Colômbia.

Em 1999, o Grupo Casino, varejista francês, adquiriu 25% de nossas ações e iniciamos nosso plano de expansão por meio de aquisições locais, o que nos consolidou como a maior empresa varejista da Colômbia. Em 2001, nos fundimos com a Cadenalco, proprietária das lojas Pomona e Ley, sendo esta última o supermercado em funcionamento mais antigo do país. Em novembro de 2005, firmamos uma parceria com a Sufinanciamiento, que se desenvolveu na Tuya S.A., uma instituição financeira de consumo de propriedade conjunta da Companhia e do Bancolombia S.A. (“Bancolombia”), o maior banco comercial em termos de ativos, de acordo com o SFC, que atualmente possui mais de 2,8 milhões de cartões de crédito ativos.

Durante o ano de 2007, ocorreram três importantes eventos corporativos:

- (i) entre fevereiro e maio de 2007, adquirimos aproximadamente 77% da Carulla Vivero, a segunda maior varejista da Colômbia fundada em 1905;
- (ii) o Grupo Casino adquiriu a participação majoritária no Almacenes Éxito S.A. e
- (iii) o Éxito ofereceu 50 milhões de GDSs Restritos a compradores institucionais qualificados de acordo com a Regra 144A nos EUA e o Regulamento S na Europa, entrando com sucesso nos mercados de capitais internacionais.

Até 2008, concluímos a integração operacional com a Carulla Vivero. Em 2009, o Éxito adquiriu todas as ações preferenciais em circulação, representando mais de 99% de participação na Carulla Vivero. Em 2010, adquirimos todas as ações remanescentes em circulação e recebemos aprovação total dos reguladores colombianos para finalizar a fusão.

Em 2008, firmamos parcerias com a Suramericana e a Avianca para oferecer serviços de seguros e viagens, respectivamente. Nosso formato de baixo custo Surtimax e a operação direta dos postos de gasolina Exitos também começaram a operar durante 2008.

Em 2009, assinamos um acordo de colaboração comercial com a Caja de Compensación Familiar ("CAFAM"), proprietária de vários supermercados na Colômbia, para operar os seus supermercados existentes sob a marca Éxito, aproveitando o nosso conhecimento e a nossa força na operação de hipermercados e supermercados, bem como a experiência da CAFAM na operação de farmácias.

Durante 2010, recebemos aprovação antitruste da Superintendência de Indústria e Comércio para: (i) a integração das antigas 31 lojas CAFAM e (ii) a fusão com a Carulla Vivero após a aquisição dos 22,5% restantes de participação na Carulla Vivero. No mesmo ano, emitimos ações ordinárias no mercado local.

Em 2011, foi assinado um acordo de compra de ações com o Casino para adquirir sua participação no Grupo Disco e na Devoto, varejista líder de alimentos no Uruguai, por US\$746 milhões. Essas empresas operavam 53 lojas no Uruguai sob as marcas Géant, Disco e Devoto.

Em 2012, o Éxito abriu seu primeiro shopping center sob sua marca "VIVA", desenvolvida em aliança com uma companhia líder em construção "Arquitectura & Concreto".

Em julho de 2013, celebramos um acordo para modificar e rescindir parcialmente o acordo de colaboração com a CAFAM para adquirir 29 lojas que operamos desde 2010 por COP\$82,4 bilhões. No mesmo ano, lançamos a Móvil Éxito, um novo negócio como MVNO ("Operadora de Rede Móvel Virtual") em parceria com a Tigo, uma operadora de rede móvel na Colômbia, e incorporamos o Éxito Viajes y Turismo S.A.S. para serviços de turismo e viagens.

Em abril de 2015, adquirimos 29 lojas da bandeira "SuperInter". Em julho de 2015, adquirimos a Libertad S.A. na Argentina e 50,0% dos direitos de voto da CBD do Grupo Casino, representando 18,8% dos direitos econômicos na CBD.

Em 23 de setembro de 2016 assinamos um acordo com o Fondo Inmobiliario Colombia (FIC) para capitalizar o negócio imobiliário, através do Viva Malls por aproximadamente COP\$770.000 milhões (R\$861.264 mil, considerando a taxa de câmbio de 23 de setembro de 2016). Atualmente, detemos 51% do fideicomisso, enquanto o FIC detém os 49% restantes.

Em abril de 2017, celebramos um contrato com o Bancolombia para a criação do Pontos Colombia, com o objetivo de fortalecer nosso programa de fidelidade na Colômbia. Também firmamos uma aliança com a Rappi, líder colombiana de last mile, para fortalecer nossa estratégia omnichannel e otimizar os prazos de entrega.

Em 13 de setembro de 2019, Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas"), uma subsidiária integral da CBD na época, lançou uma oferta pública para aquisição de até 100% de nossas ações ordinárias ao preço de COP18.000 por ação. Simultaneamente à OPA, Casino e Sendas firmaram um pré-acordo pelo qual o Casino se comprometeu a vender sua participação acionária de 55,3% no Éxito para a Sendas. Em 27 de novembro de 2019, acionistas representando 96,57% de nossa participação acionária aceitaram a oferta pública de aquisição em dinheiro. Em 1 de dezembro de 2019, a CBD iniciou a consolidação dos nossos resultados.

Em 31 de dezembro de 2020, nosso acionista controlador concluiu uma reorganização societária, por meio da qual a Sendas transferiu sua participação acionária de 96,57% no Éxito para a CBD. Em 12 de março de 2021, a CBD transferiu a participação societária de 5% no Éxito para sua subsidiária integral, GPA2.

Em 25 de outubro de 2022, nossa assembleia geral de acionistas aprovou o desdobramento de um para três de nossas ações ordinárias. Essa alteração no preço nominal por ação ordinária resultou em um aumento de três vezes em nossas ações ordinárias em circulação e em uma redução de três vezes no preço nominal e de mercado por ação ordinária. As ações ordinárias em circulação do Éxito antes do desdobramento eram 432.621.453 e as ações ordinárias resultantes após o desdobramento totalizavam 1.297.864.359 com preço nominal de COP3,33.

Em agosto de 2023, concluímos a cisão da Companhia, na qual a CBD distribuiu 86,26% das ações ordinárias emitidas e em circulação do Éxito na forma de ADRs e BDRs para aumentar a liquidez e a visibilidade no mercado. Após a cisão, deixamos de ser uma subsidiária da CBD, de forma que, imediatamente após a conclusão dessa operação, a CBD (e suas subsidiárias) e o Casino Guichard Perrachon S.A (e suas subsidiárias, excluindo a CBD) detinham aproximadamente 13,26% e 34,05% do nosso capital social emitido e em circulação, respectivamente.

Em 25 de janeiro de 2024, a Cama comprou um total de 86,84% do capital social em circulação do Éxito por meio de uma oferta simultânea na República da Colômbia, tendo o comprador oferecido a compra de todas as ações ordinárias emitidas e em circulação do Éxito (incluindo ações ordinárias do Éxito representadas por BDRs, cada uma representando quatro ações ordinárias do Éxito) em qualquer local, incluindo ações ordinárias do Éxito detidas por detentores norte-americanos, ao mesmo preço de compra de US\$0,9053 por ação ordinária do Éxito, pagável em dólares norte-americanos ou pesos colombianos, em cada caso sem juros e menos qualquer valor

aplicável de retenção de impostos e taxas e comissões de corretagem. As ofertas públicas de aquisição na Colômbia e nos EUA foram realizadas de acordo com um pré-acordo entre a Cama e os acionistas vendedores da Companhia. Os acionistas vendedores concordaram em ofertar e não retirar todas as suas ações ordinárias, ADSs e BDRs do Éxito que representavam, no total, 47,36% das ações ordinárias do Éxito em circulação.

1.2. Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Com mais de 70 anos de experiência no varejo na Colômbia e presença também no Uruguai e na Argentina, operamos sob uma estratégia multiformato e omnichannel com um portfólio de marcas reconhecidas voltadas para uma base de clientes de todas as faixas de renda. Oferecemos uma ampla variedade de produtos em nossas lojas físicas e online, incluindo produtos alimentícios perecíveis e embalados, e produtos não alimentícios, incluindo eletrodomésticos e vestuário, entre outros. Acreditamos que a nossa estratégia multiformato, omnichannel e multimarca nos permitirá potencialmente beneficiar do crescimento econômico e do aumento do poder de compra dos consumidores nos nossos mercados-alvo no futuro.

Na Colômbia, em 31 de dezembro de 2022 e 2023, nossas 492 e 522 lojas, respectivamente, operavam em quatro formatos principais: hipermercados, supermercados, lojas de atacado e lojas de conveniência, operando principalmente sob as marcas Éxito, Carulla, Marcas Surtimax, Super Inter e Surtimayorista. Nossos 112 supermercados e lojas de conveniência Carulla atendem ao segmento de consumo premium, nossos 207 hipermercados, supermercados e lojas de conveniência Éxito atendem ao segmento de médio porte, e nossas 139 lojas de conveniência Surtimax e Super Inter e nossas 64 lojas de atacado Surtimayorista focam no segmento de baixa renda. Possuímos uma empresa de fabricação de vestuário por meio da qual projetamos e fabricamos roupas, incluindo nossas próprias marcas próprias Arkitect, Bronzini, Custer, Bluss, People e Coqui. Também operamos uma fábrica de processamento de alimentos onde processamos e embalamos nossos próprios produtos alimentícios, incluindo carnes, assados, alimentos preparados e água engarrafada, entre outros. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, nossas vendas na Colômbia representaram 73,5% e 74,3%, respectivamente, de nossas vendas consolidadas no varejo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nossas vendas na Colômbia representaram aproximadamente 25,1% das vendas no mercado varejista colombiano, de acordo com a Nielsen, tornando-nos o segundo maior varejista da Colômbia em termos de receita líquida.

No Uruguai, em 31 de dezembro de 2023, operávamos 98 lojas, incluindo nossos 30 supermercados Disco e nossos 66 supermercados e lojas de conveniência Devoto, que atendem ao segmento premium, e nossos dois hipermercados Géant, que atendem ao segmento de médio porte. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nossas vendas no Uruguai representaram 20,7% e 18,0%, respectivamente, de nossas vendas consolidadas no varejo.

Na Argentina, em 31 de dezembro de 2023, operávamos 36 lojas, incluindo nossos 15 hipermercados Libertad, nossas 10 lojas de conveniência Mini Libertad e nossos 11 supermercados Mayorista, que atendem ao segmento de médio porte. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nossas vendas na Argentina representaram 5,0% e 8,5%, respectivamente,

de nossas vendas consolidadas no varejo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nossas vendas na Argentina representaram aproximadamente 0,8% do mercado total de varejo de alimentos argentino, de acordo com a Euromonitor.

Em todos os países onde operamos, desenvolvemos também uma estratégia digital, que tem alcançado um crescimento significativo nos últimos anos, e a quota omnichannel atingiu 10,1% e 9,6% em todos os países onde operamos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respectivamente. Nosso omnichannel digital inclui e-commerce, click and collect e last mile, catálogo digital, entrega em domicílio e B2B.

Na Colômbia, também oferecemos aos nossos clientes entregas rápidas e em domicílio em todos os nossos formatos, incluindo a nossa parceria com a Rappi, o aplicativo de entrega líder na Colômbia em termos de vendas, segundo o Green Information Group, entregando aproximadamente 19,4 milhões de pedidos em 2023, dos quais 14% passaram pela plataforma logística do Grupo Éxito. Em conjunto com a Rappi, oferecemos o Turbo-Fresh, serviço de entrega last mile, por meio de 55 lojas, com tempo médio de entrega de 10 minutos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Nosso serviço de vendas por WhatsApp permite penetração em segmentos de menor renda na Colômbia, e nosso serviço click & collect é um serviço diferenciado em relação a outros varejistas tradicionais e players de comércio eletrônico. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nossa participação Omnichannel foi de 12,7% na Colômbia, 2,7% no Uruguai e 3,6% na Argentina. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nossa participação Omnichannel atingiu 12,0% na Colômbia, 2,8% no Uruguai e 3,9% na Argentina.

Além de nossas operações de varejo, oferecemos serviços complementares em aliança com parceiros locais, como parte de nossa estratégia de rentabilização de tráfego e ativos imobiliários. Em aliança com o Bancolombia, maior banco comercial da Colômbia em ativos, segundo a SFC, oferecemos nosso cartão de crédito Tuya para as marcas Exito e Carulla, o que nos permite oferecer soluções financeiras aos nossos clientes. Com mais de 236.000 cartões emitidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, atingimos um número total de cartões de crédito ativos de mais de 1,6 milhão em 31 de dezembro de 2023. Somos o terceiro maior emissor de cartões de crédito ativos na Colômbia, segundo dados da Superintendência Financeira da Colômbia. Também nos unimos ao Grupo Sura para oferecer soluções de seguros a 30.133 clientes em 31 de dezembro de 2023. A Viajes Exito, nossa agência de viagens conjunta com a Avianca, a principal companhia aérea da região, atendeu 54.403 clientes em 31 de dezembro de 2023. Somos o primeiro varejista na Colômbia a oferecer serviços de telefonia móvel, e nossa MVNO ("Operadora de Rede Virtual Móvel") em aliança com a TIGO, uma operadora de rede móvel na Colômbia, tinha aproximadamente 1.700.000 usuários ativos em 30 de junho de 2023, tornando-se a segunda maior MVNO do país de acordo com as informações mais recentes divulgadas pelo Ministério de Tecnologias de Informação e Comunicações da Colômbia (*Ministerio de Tecnologías de la Información y Comunicaciones de*

Colombia). Além disso, oferecemos serviços de transferência de dinheiro local e internacional, totalizando aproximadamente 2,6 transações para cada um dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Além disso, nosso programa de fidelidade Puntos Colombia é o primeiro programa de fidelidade na Colômbia, com cerca de 6,9 milhões de membros ativos (definidos como o total de usuários inscritos em nosso programa de fidelidade) e 1.722 marcas aliadas em 31 de dezembro de 2023, oferecendo uma moeda alternativa para nossos clientes.

Também operamos uma divisão de negócios imobiliários que visa a maximizar o valor dos nossos ativos e desenvolver novos projetos que aproveitem ao máximo a experiência e o conhecimento do cliente obtidos por meio do nosso principal negócio de varejo. Em dezembro de 2016, lançamos o Viva Malls, um veículo imobiliário privado dedicado na Colômbia, do qual detemos 51% e a FIC detém 49%, e opera 12 dos nossos 15 shopping centers e 5 das nossas 18 galerias comerciais. Em 31 de dezembro de 2023 e de dezembro de 2022, operávamos sob a marca Viva na Colômbia, com 12 shopping centers e 5 galerias comerciais, totalizando 561.685 m² de área bruta locável, e sob a marca Paseo na Argentina, com 14 shopping centers e galerias comerciais, totalizando 187.386 m² de área bruta locável. A Viva Malls ampliou um de seus shopping centers em aproximadamente 20 mil m², dos quais 17 mil m² foram locados pela primeira loja IKEA em Medellín e a segunda no país.

Nos últimos vinte anos, expandimos nossas operações por meio de uma combinação de crescimento orgânico, aquisições e alianças comerciais. Na Colômbia, em 2001, nos fundimos com a Cadenalco, a maior empresa varejista da Colômbia na época da aquisição e, no início de 2007, adquirimos a Carulla Vivero S.A. ("Carulla Vivero"), a maior operadora de supermercados da Colômbia e, na época da aquisição, a segunda maior varejista do país em receita líquida. Em fevereiro de 2015, adquirimos 31 lojas de propriedade da CAFAM, uma cooperativa de funcionários colombiana que possui um negócio de varejo, que administrávamos desde 2010 por meio de um acordo comercial. Entre outubro de 2014 e abril de 2015, adquirimos 48 lojas Super Inter na Colômbia. Durante o quarto trimestre de 2021, celebramos um acordo com a Almacenes La 14 para operar cinco estabelecimentos comerciais, quatro localizados na região do Valle del Cauca e um em Cundinamarca, que atualmente operam sob os hipermercados Éxito Wow.

Em 2011, iniciamos nossa expansão internacional com a aquisição da Disco e Devoto, maiores varejistas de alimentos do Uruguai e, em 30 de agosto de 2015, adquirimos 49,97% das ações da Segisor, o que nos permitiu atingir 18,76% dos direitos econômicos da CBD e controle acionário, que detinha as lojas Pão de Açúcar, Extra, Assaí, Casas Bahia e Ponto Frio no Brasil, e 100% da Libertad S.A., que opera nossas lojas Libertad e Mini Libertad na Argentina.

Em 28 de novembro de 2019, vendemos nossa participação na CBD para a Casino Guichard Perrachon S.A., simultaneamente, por meio de uma oferta pública de aquisição, tendo a CBD adquirido uma participação de 96,57%.

Em agosto de 2023, concluímos a cisão segundo a qual a CBD distribuiu 86,26% de nossas ações ordinárias emitidas e em circulação de sua titularidade (direta e indiretamente por meio da GPA2) na forma de ADRs e BDRs, representando 83,26% do capital emitido e em circulação das ações ordinárias da Éxito, aos titulares de ações ordinárias da CBD, incluindo os titulares de ADS da CBD, proporcionalmente e sem remuneração.

Somos uma empresa de capital aberto, listada na Bolsa de Valores da Colômbia desde 1994. Nosso acionista controlador é o Grupo Calleja, uma empresa salvadorenha de varejo de alimentos, que na data deste relatório detinha direta ou indiretamente 86,84% de nosso capital social em circulação.

A tabela a seguir reflete nossos resultados para os períodos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
	<i>(em milhares de R\$, exceto %s)</i>	
Receita de venda de bens e serviços	24.435.461	25.029.760
EBITDA ⁽¹⁾	1.652.596	1.892.121
Margem EBITDA ⁽²⁾	6,8%	7,6%
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	1.895.435	2.017.952
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	7,8%	8,1%
Receita Operacional Recorrente ⁽⁵⁾	1.131.734	1.285.588
Margem Receita Operacional Recorrente ⁽⁶⁾	4,6%	5,1%

⁽¹⁾ O EBITDA não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. Para verificar a reconciliação do EBITDA, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes. Para verificar a reconciliação da Margem EBITDA, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ O EBITDA Ajustado não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitida pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para o exercício apresentado e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para ver a reconciliação do EBITDA Ajustado favor checar o item 2.5 deste FR.

⁽⁴⁾ A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes. Para verificar a reconciliação da Margem EBITDA Ajustado, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽⁵⁾ A Receita Operacional Recorrente não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitida pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para o exercício apresentado e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, medidas de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. A Receita Operacional Recorrente não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a Receita Operacional Recorrente de maneira diferente da calculado pela Companhia. Para verificar a reconciliação da Receita Operacional Recorrente, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽⁶⁾ A Margem Receita Operacional Recorrente é calculada pela divisão da Receita Operacional Recorrente pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes. Para verificar a reconciliação da Receita Operacional Recorrente, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

Nossos pontos fortes

Abordagem multiformato e omnichannel, dirigida a todos os segmentos da população.

Operamos nossas marcas sob um modelo de negócios multiformato e omnichannel, o que nos permite oferecer combinações atraentes e convenientes em termos de preço, variedade de produtos, conveniência, qualidade e serviço por meio de meios físicos e on-line para diversos grupos demográficos. Nossa estratégia multiformato e omnichannel nos permite crescer não apenas nos principais centros urbanos, mas também em cidades de médio e pequeno porte com formatos menores nos países onde operamos. Essa estratégia ajuda-nos a servir diferentes segmentos da população e proporciona-nos flexibilidade para crescer nos mercados existentes, bem como para penetrar em novos mercados, adaptando as nossas ofertas às características de cada localização específica e população-alvo.

Por exemplo, o nosso formato de hipermercado tem como alvo segmentos de rendimentos médios e altos, normalmente em grandes áreas urbanas, por meio dos quais oferecemos uma ampla gama de produtos alimentares e não alimentares. Por outro lado, nosso formato de supermercado sob a marca premium Carulla tem como alvo a população de maior renda na Colômbia, oferecendo conveniência em grandes áreas urbanas em locais premium. Nossos formatos de baixo custo, compostos principalmente por pequenas lojas, nos permitem atingir segmentos de menor renda da população, oferecendo uma seleção mais limitada de produtos a preços acessíveis, o que acreditamos ser ideal para centros urbanos menores. Nosso modelo de mercado de baixo custo foi desenvolvido com base no know-how da nossa acionista CBD, com base no sucesso da marca Assaí no Brasil, e adaptado para um formato menor para atender às necessidades da Colômbia, onde as lojas têm em média 1.000 metros quadrados com baixos custos operacionais e requisitos de CAPEX, impulsionando assim os retornos e aumentando as vendas após as conversões. Além disso, nossa inovação digital contínua complementa as vendas de alimentos para nossas lojas familiares e pequenas empresas aliadas.

Acreditamos que nossa estratégia omnichannel nos posicione como uma das operadoras mais fortes da América Latina. Acreditamos que essa forte presença no mercado da Colômbia, da Argentina e do Uruguai nos permitirá captar aumentos de consumo nos nossos mercados-alvo, impulsionados pela recuperação gradual da procura de crédito dos consumidores em alguns desses países onde operamos.

Compreender a diversidade de nossos clientes nos permite adaptar nossa estratégia

Nossa estratégia baseada no cliente nos permite fornecer soluções para demandas específicas dos clientes. Ao compreender as necessidades específicas dos nossos

clientes, determinados prazos e requisitos de localização, somos capazes de oferecer múltiplos formatos e uma ampla gama de canais que facilitarão a experiência de compra e atenderão às suas principais necessidades. Por meio da nossa análise de dados, coletamos e analisamos as informações captadas em cada interação com nossos clientes, resultando na compreensão do seu comportamento. Essa estratégia, aliada ao nosso programa de fidelização, são ferramentas poderosas para oferecer uma experiência de acordo com as necessidades do cliente por meio do direcionamento eficaz dos nossos clientes e do lançamento de campanhas de marketing diferenciadas.

Os dados coletados dos clientes nos permitem desenvolver nosso programa de fidelidade, Pontos Colombia, que conta atualmente com 6,9 milhões de membros ativos e 1.722 aliados comerciais. Esse programa é um dos mais conhecidos na Colômbia e é fundamental para a monetização, pois fornece dados valiosos do consumidor e informações transacionais, bem como serve como uma ferramenta para medir a eficácia das nossas estratégias gerais de marketing e vendas. Pontos Colombia é uma aliança única entre o varejista líder e o banco líder na Colômbia para consolidar um banco de dados poderoso que aumenta a fidelidade, o potencial do banco de dados e as alternativas de monetização.

Através de nossa marca privada desenvolvemos um portfólio mais forte para melhorar a competitividade, oferecendo aos clientes o menor preço e a melhor qualidade possível em produtos alimentícios e não-alimentícios.

Logística extensiva e eficiente e cadeia de fornecimento (comércio sustentável)

Nossa extensa e eficiente rede de distribuição e capacidade de armazenamento em cinco cidades na Colômbia incluem dez centros de distribuição e armazéns e três plataformas logísticas com uma área total de aproximadamente 252.000 m² em dezembro de 2023. Durante os 12 meses findos em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 72% dos produtos da Exito foram movimentados centralmente por meio dessa rede logística. Nossa logística nos permite oferecer aos clientes uma ampla seleção de produtos e melhorar o nosso relacionamento com nossos fornecedores, tornando o manuseio e a entrega dos produtos mais eficientes para eles. Acreditamos que podemos distribuir nossos produtos de forma eficaz em toda a topografia montanhosa da Colômbia e responder rapidamente às demandas para reabastecer nossos locais, ao mesmo tempo em que reduzimos os custos de armazenamento e redução, aumentando o volume de vendas e nos proporcionando a escala para implementar nossa estratégia de penetração em todo o país. Além disso, acreditamos que a nossa rede de distribuição e logística e a nossa experiência nos posicionam para capitalizar oportunidades de crescimento em cidades menores que estão sendo pouco penetradas.

No Uruguai, operamos seis centros de distribuição e armazéns estrategicamente localizados em Montevideo, com capacidade total de armazenamento de

aproximadamente 46 mil m². Na Argentina, nosso centro de distribuição está localizado no centro do país, na cidade de Córdoba, com distância média de aproximadamente 620 km até nossas lojas.

Promovemos cadeias de abastecimento sustentáveis, priorizando as compras locais e diretas e desenvolvendo capacidades dentro de nossos fornecedores. Em linha com nossa crença em alimentar através de oportunidades, compramos diretamente de produtores locais e apoiamos totalmente nossos fornecedores, especialmente pequenas e médias Companhias nos países onde a Companhia opera. Cerca de 90% de nossos produtos vendidos foram adquiridos diretamente de comunidades e produtores locais como parte de nosso compromisso com o desenvolvimento dos agricultores.

Uma forte plataforma de varejo permite monetizar o tráfego através de negócios complementares.

Nossos negócios complementares, como soluções financeiras, soluções de seguros, agências de viagens e negócios de remessas, nos permitem aumentar o tráfego de pedestres em nossas lojas e maximizar o valor do cliente. Embora nossas vendas por metro quadrado na Colômbia tenham aumentado 1,2% em pesos colombianos, nossas vendas diminuíram 3,8% em reais brasileiros devido à desvalorização da moeda colombiana em relação à moeda brasileira durante 2023, enquanto o tráfego de pedestres aumentou 3,9%, e o tráfego online neste mesmo período atingiu aproximadamente 165 milhões de visitantes.

4,1% de nossa receita líquida total é proveniente de negócios complementares durante 2023, em comparação com 3,6% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Acreditamos que um balcão único seja mais relevante em nossos países de operações à medida que as dificuldades de transporte e as restrições de tempo se tornam mais relevantes para nossos clientes. Nossa capacidade de construir alianças fortes com os melhores parceiros do gênero para desenvolver novos produtos e serviços para nossos clientes nos permite monetizar o tráfego e capturar valor de forma eficiente. Nossos parceiros incluem Bancolombia S.A. e Grupo de Inversiones Suramericana S.A. para serviços financeiros, UNE EPM Telecomunicaciones S.A. para serviços móveis, Rappi para entregas e Fondo Inmobiliario Bancolombia S.A. para desenvolvimento imobiliário. Acreditamos que temos a experiência e a capacidade para desenvolver novos produtos e serviços para responder às necessidades dos nossos clientes e maximizar ainda mais o tráfego em termos presenciais e online e maximizar o valor do cliente.

Portfólio imobiliário de primeira linha.

Atualmente possuímos aproximadamente 50% de nossa área de vendas, incluindo localizações premium em vários mercados-chave. Também possuímos e operamos 49 centros comerciais e galerias comerciais. Acreditamos que este portfólio imobiliário é um ativo de valor único devido à crescente escassez de imóveis

desejáveis em muitas grandes cidades onde operamos. Além disso, nosso portfólio nos dá a oportunidade de agregar ainda mais valor a alguns de nossos sites, provocando tráfego adicional de pedestres através do desenvolvimento comercial de áreas adjacentes em mini-malls e outras atividades relacionadas.

Nosso portfólio imobiliário nos permite capitalizar sobre um fluxo de renda visível, já que os aluguéis cobrados dos inquilinos são geralmente indexados à inflação, proporcionando-nos uma proteção natural contra a inflação.

Histórico comprovado de crescimento apoiado por uma equipe de gestão experiente.

Contamos com uma forte equipe de Gestão Sênior, com uma experiência média combinada no setor de mais de 20 anos e um histórico comprovado de crescimento. Nossas operações atuais são resultado da estratégia de crescimento orgânico de nossa equipe e da integração bem-sucedida de nossas aquisições na Colômbia e internacionalmente. Por meio de nosso crescimento orgânico e aquisições nos últimos quinze anos, aumentamos nosso número de lojas de 99 em 2005 para 656 em 2023, e nossa área de vendas de 345 mil m² para 1.063.235 m² em 2023. Além disso, nosso forte crescimento de vendas tem sido acompanhado por resultados operacionais positivos. Em 2023, nosso EBITDA Ajustado foi de R\$1.895.435 mil. Também conseguimos manter nossa Margem EBITDA Ajustada sobre a receita operacional líquida, apesar da pandemia e dos efeitos econômicos adversos, alcançando uma Margem EBITDA Ajustada sobre a receita operacional líquida de 7,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Elevados padrões ESG

Estamos totalmente empenhados em operar de acordo com elevados padrões ESG, como evidenciado pelo nosso recente reconhecimento como um dos dez varejistas alimentares mais sustentáveis do mundo pelo Índice Dow Jones de Sustentabilidade. A nossa estratégia ESG centra-se em seis pilares: proteção ambiental, comércio sustentável, nutrição infantil, igualdade de gênero, inclusão e diversidade, governança corporativa e incentivo a estilos de vida mais saudáveis. Com a “Fundación Éxito”, 72.567 crianças foram beneficiadas com programas nutricionais e complementares, e 183.358 cestas básicas foram entregues às crianças e suas famílias em 2023.

Oferecemos sites pós-consumo em nossas lojas alinhados aos principais benchmarks internacionais e às melhores práticas de economia circular (estabelecidas pela Fundação Ellen MacArthur e pelo Consumer Goods Forum por meio da Plastic Waste Coalition) e seguimos as recomendações estabelecidas nas Regras de Ouro de Design para Embalagens Plásticas. Dessa forma, a Éxito conta com um processo que permite a reciclagem de mais de 18 mil toneladas por ano. A estratégia pós-consumo mobiliza mais de 211 mil ações de reciclagem nas lojas Éxito, reciclando mais de 32,4 milhões de embalagens, pesando 1.342,5 toneladas durante 2023.

Além disso, foram alcançados progressos significativos na nossa estratégia para controlar a cadeia de abastecimento de carne bovina, monitorizando por satélite 464 explorações agrícolas para garantir níveis zero de desflorestação. Esse programa de monitorização e a sua estratégia de conservação são implementados com parceiros reconhecidos internacionalmente, como WWF, Climate Focus e o Centro Internacional de Agricultura Tropical. Além disso, continuamos a reforçar o nosso compromisso com as alterações climáticas, plantando mais de um milhão de árvores em áreas estratégicas de bacias hidrográficas.

Além disso, 93% das roupas foram compradas na Colômbia. Na sequência do Acordo de Paz na Colômbia, reforçamos as nossas capacidades para desenvolver produtores nas áreas mais afetadas por conflitos e violência. Nesse sentido, a Companhia criou uma marca nacional, doada ao Estado, o que deu mais reconhecimento a esses produtos e promoveu empresas de marketing para os nossos clientes. Além disso, a nossa empresa têxtil compra 93% do seu vestuário em oficinas locais, empregando mais de 9.700 funcionários (75% mulheres).

1.3. Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são conduzidas através dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgado em suas demonstrações contábeis:

Colômbia:

- Éxito: Receitas provenientes da atividade varejista, com lojas da bandeira Éxito.
- Carulla: Receita proveniente da atividade varejista, com lojas da bandeira Carulla.
- Baixo custo e outros: Receitas provenientes da atividade varejista e de outras atividades, com lojas das bandeiras Surtimax, Súper Inter, Surti Mayorista e formato B2B.

Argentina:

- Receitas e serviços provenientes da atividade varejista na Argentina, com lojas das bandeiras Libertad e Mini Libertad.

Uruguai:

- Receitas e serviços provenientes da atividade varejista no Uruguai, com lojas das bandeiras Disco, Devoto e Géant.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023		
Segmentos operacionais	Bandeiras	R\$	% do total
Colômbia			
	Éxito	11.816.448	50,5%
	Carulla	2.816.297	12,0%
	Baixo custo e outros	2.742.146	11,5%
Argentina		1.174.103	5,0%
Uruguai		4.851.126	20,7%
Total		23.399.167	100,0%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga o lucro ou prejuízo por segmento.

1.4. Produção/Comercialização/Mercados

a) Características do processo de produção

Nossos produtos na Colômbia, Uruguai e Argentina são, em sua maioria, produtos prontos para venda que compramos e revendemos a nossos clientes usuários finais. Apenas uma parte de nossos produtos é produzida em nossas lojas, por nossa equipe técnica para o desenvolvimento de produtos perecíveis. Em determinadas circunstâncias, firmamos parcerias com fornecedores que entregam produtos semiacabados que são acabados em nossas lojas.

Os produtos fabricados ou manuseados em nossas lojas incluem: (i) frutas e vegetais, que são cortados ou embalados em nossas lojas; (ii) carne (bovina, suína, frango e peixe) assim como frios e queijos, que são cortados, pesados e embalados em nossas lojas; (iii) refeições prontas para consumo vendidas em nossos balcões de charcutaria; e (iv) pães, bolos e doces feitos nas padarias localizadas dentro de nossas lojas.

b) Características do processo de distribuição

Na Colômbia, a Companhia opera dez centros de distribuição e armazéns e três plataformas logísticas com capacidade total de armazenamento de aproximadamente 252 mil m².

No Uruguai, a Companhia opera seis centros de distribuição e armazéns estrategicamente localizados em Montevideu, com capacidade total de armazenamento de aproximadamente 46 mil m².

Na Argentina, o centro de distribuição da Companhia está localizado no centro do país, na cidade de Córdoba, com distância média de aproximadamente 620 km até nossas lojas.

A Companhia organiza seus processos logísticos e de distribuição de acordo com os produtos e serviços comercializados sob nossas bandeiras. Portanto, a Companhia orienta nossos processos de distribuição de acordo com os procedimentos descritos abaixo.

Lojas, Supermercados e Hipermercados

Em 31 de dezembro de 2023, o processo logístico de abastecimento das lojas, supermercados e hipermercados da Companhia, excluindo a operação de cash and carry na Colômbia, incluía 20 centros de distribuição e plataformas logísticas localizados na Colômbia, na Argentina e no Uruguai, com área total de aproximadamente 470 mil m², incluindo área própria e área terceirizada.

Nossas Lojas

Atuamos na Colômbia, no Uruguai e na Argentina. Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos um total de 656 lojas, das quais 522 estavam localizadas na Colômbia, 98 estavam localizadas no Uruguai e 36 estavam localizada na Argentina, incluindo supermercados, hipermercados, lojas de baixo custo e lojas de proximidade. Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos um total de 619 lojas, sendo 492 na Colômbia, 94 no Uruguai e 33 na Argentina, incluindo supermercados, hipermercados, lojas de baixo custo e lojas de proximidade.

Éxito

As lojas da bandeira "Éxito" compreendem hipermercados, supermercados e lojas expressas que estão predominantemente localizadas em grandes áreas urbanas colombianas, como Bogotá, Medellín, Barranquilla e Cali. As lojas Éxito oferecem ampla variedade de produtos, entre categorias alimentícias e não alimentícias e estão organizadas no formato de loja de departamentos, com área média de vendas por loja de aproximadamente 3.033 m² em 31 de dezembro de 2023 e 2.984 m² em 31 de dezembro de 2022. As lojas Éxito atendem às classes média e média alta na Colômbia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tínhamos 207 e 209 lojas Éxito. A comercialização de produtos alimentícios representou 58% e 55%, respectivamente, das vendas líquidas da bandeira Éxito em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A comercialização de produtos não alimentícios representou 42% e 45%, respectivamente, das vendas líquidas da bandeira Éxito no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Nosso foco é desenvolver uma nova geração de hipermercados Éxito (Éxito Wow Concept) para unir o melhor dos mundos físico e virtual em um só lugar: uma experiência de compra conectada ao mundo digital, atendimento ao cliente de excelência e foco aprimorado em produtos frescos.

As vendas líquidas no varejo da bandeira Éxito, em 31 de dezembro de 2023, atingiram R\$11.816.448 mil, uma redução de 3,6% em relação ao mesmo período de 2022 e representaram aproximadamente 68% do mix de vendas na Colômbia. As vendas líquidas no varejo da bandeira Éxito, em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$12.252.977 mil, representando aproximadamente 70% do mix de vendas na Colômbia. A bandeira Éxito continuou a ser o melhor player no segmento de hipermercados, supermercados e lojas expresso em 2023, crescendo em quase todas as regiões, principalmente devido a atividades comerciais precisas e ao sólido desempenho das lojas Éxito Wow. As lojas Éxito Wow são hipermercados conectados digitalmente que integram os canais digitais e serviços físicos oferecidos pela bandeira Éxito com outros serviços, incluindo serviços bancários, área de coworking, praça de alimentação gourmet e zona omnichannel, entre outros. O modelo Éxito Wow totalizava 32 lojas em 31 de dezembro de 2023 e está presente em Bogotá, Medellín, Cali, Santander, Boyacá e Costa Atlântica. As lojas Éxito Wow apresentaram crescimento de vendas líquidas de 0,02% em reais em 31 de dezembro de 2023 (aumento de 4,9% em pesos colombianos) e representaram participação de 36,3% nas vendas totais da bandeira. As lojas Éxito Wow apresentaram crescimento líquido em reais de 2,3% nas vendas em 31 de dezembro de 2022 (aumento de 21,2% em pesos colombianos) e representaram 34,9% de participação nas vendas totais da

bandeira.

Carulla

As lojas da bandeira Carulla compreendem supermercados e lojas expressas localizadas predominantemente em grandes cidades como Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla e Bucaramanga, entre outras. As lojas Carulla focam principalmente na oferta de produtos importados e premium e na variedade de produtos frescos de alta qualidade e são reconhecidas por terem a melhor padaria do país. A Carulla possui uma área média de vendas por loja de 799 m² em 31 de dezembro de 2023 e 833 m² em 31 de dezembro de 2022. As lojas Carulla são direcionadas às classes de alto padrão da Colômbia e, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tínhamos 112 e 107 lojas Carulla, respectivamente. A comercialização de produtos alimentícios representou 98% das vendas líquidas da Carulla em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A comercialização de produtos não alimentícios representou 2% das vendas líquidas da Carulla em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As vendas líquidas no varejo da bandeira Carulla no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 atingiram R\$2.816.297 mil, um aumento de 7,8% em relação ao mesmo período de 2022. As vendas líquidas no varejo da bandeira Carulla no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 atingiram R\$ 2.613.725 mil. Esse modelo inovador visa a transformar a categoria de alimentos frescos, renovar lojas e melhorar layouts. O modelo inclui atividades digitais como aplicativos e melhoria na experiência de atendimento ao cliente, reforçando a oferta de itens-chave como vinhos, massas, queijos, cafés e eventos abertos relacionados à bandeira premium. Em 31 de dezembro de 2023, o modelo estava implementado em 31 lojas de produtos frescos da Carulla localizadas nas cidades de Bogotá, Medellín, Santa Marta, Cali e Cartagena. Essas lojas de produtos frescos representaram aproximadamente 63% da participação de vendas das lojas Carulla e apresentaram crescimento de vendas de dois dígitos após a implementação.

Baixo custo e outras

As vendas líquidas no varejo das bandeiras baixo custo e outras (Super Inter, Surtimax e Surtimayorista), no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, atingiram R\$2.742.146 mil, uma redução de 0,5% em relação ao período correspondente de 2022.

Super Inter e Surtimax

As marcas Super Inter e Surtimax são consideradas supermercados de baixo custo, caracterizados por oferecer preços baixos para uma cesta básica completa de produtos, carnes de boa qualidade, frutas e verduras frescas e grande variedade de grãos a granel. Essas lojas têm foco regional, oferecendo produtos de acordo com a necessidade do consumidor local. As lojas Super Inter operam em aproximadamente 18 cidades nas regiões Central e Pacífico da Colômbia. As lojas Surtimax estão

localizadas em áreas residenciais e oferecem um amplo portfólio de produtos de marca própria.

A comercialização de produtos alimentícios representou 99% da receita líquida do Super Inter no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. A comercialização de produtos não alimentícios representou 1% da receita líquida do Super Inter nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, operávamos 59 lojas Super Inter e 80 lojas Surtimax e, em 31 de dezembro de 2022, operávamos 60 lojas Super Inter e 70 lojas Surtimax. Em 31 de dezembro de 2023, as lojas Super Inter e Surtimax possuíam área média de vendas por loja de aproximadamente 965 m² e 399 m², respectivamente.

Lojas Surtimayorista

As lojas Surtimayorista atuam no segmento cash and carry na Colômbia há mais de cinco anos e têm como foco a comercialização de produtos para consumidores varejistas e institucionais, como varejistas de alimentos (incluindo restaurantes e lanchonetes), varejistas convencionais (como mercearias) e usuários finais (incluindo escolas, pequenas empresas, igrejas e hospitais). Oferece mais de 2.100 itens de mercearia, alimentos, perecíveis, bebidas, embalagens, produtos de higiene e limpeza, entre outros.

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, foram abertas 18 lojas sob a bandeira Surtimayorista, elevando o total para 64 em 31 de dezembro de 2023, o que representou 5,4% das vendas líquidas no varejo do segmento Colômbia no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi inaugurada uma loja e uma loja foi convertida para a bandeira Surtimayorista, totalizando 46 em 31 de dezembro de 2022, o que representou 5,2% das vendas líquidas no varejo do segmento Colômbia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Entrega de alimentos por e-commerce

Na Colômbia, a Éxito opera uma das maiores operações de comércio eletrônico de alimentos do país por meio de vendas diretas online e no marketplace, além de novos canais, incluindo aplicativos de delivery. Para operar esses canais, a Companhia possui uma rede dedicada de (i) centros de distribuição em Bogotá atendendo principalmente demandas não alimentares, (ii) armazéns em Medellín atendendo ao comércio eletrônico de alimentos e (iii) entrega direta na loja utilizada principalmente para atender aplicativos de delivery.

Marketing

Nossa estratégia de marketing visa reter nossos clientes e atrair novos clientes através de nossa proposta de valor focada em preços competitivos, uma experiência

de compra agradável e uma variedade significativa de produtos adaptados às regiões onde nossas lojas estão localizadas. Promovemos campanhas de marketing integradas destinadas ao nosso público-alvo de comerciantes, processadores, grandes usuários e consumidores finais.

Nossas equipes de marketing incluem branding, mídia, planejamento, promoção, evento, inteligência de mercado, sustentabilidade e especialistas em marketing comercial. Eles se dedicam ao desenvolvimento de campanhas de marketing digital e de qualidade off-line.

Nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, investimos R\$183.469 mil e R\$201.006 mil, respectivamente, em publicidade.

Vendas a crédito

Em nosso segmento Colômbia, as vendas a clientes que utilizam cartões de crédito, incluindo o cartão de crédito Tuya, representaram 32,7%, 33,1% e 32,2% de nossas receitas consolidadas de contratos com clientes nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente. Em nosso segmento Uruguai, os clientes que utilizam cartões de crédito representaram 31,2%, 30,2% e 29,1% de nossas receitas consolidadas de contratos com clientes nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente. Em nosso segmento Argentina, as vendas com cartão de crédito representaram 35,0%, 38,1% e 40,1% de nossas receitas consolidadas de contratos com clientes nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente.

Vendas com cartão de crédito

Todos os nossos formatos de lojas e operações de e-commerce aceitam pagamento de compras com os principais cartões de crédito, como MasterCard, Visa, Diners Club e American Express. Nossas lojas também aceitam cartões de crédito virtuais por meio de métodos como Apple Pay. As vendas a clientes que utilizam cartões de crédito representaram 32,7%, 33,1% e 32,2% de nossas receitas provenientes de atividades normais sob contratos com clientes consolidados nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente. Não é necessária uma provisão para devedores duvidosos, uma vez que os riscos de crédito são assumidos pelas empresas de cartão de crédito ou pelos bancos emissores relevantes.

Vendas parceladas

Nossas lojas oferecem financiamento aos nossos clientes para a compra de eletrodomésticos em regime de parcelamento através de cartões de crédito de terceiros. Uma provisão para contas duvidosas não é necessária, uma vez que os riscos de crédito são assumidos pelas Companhias de cartão de crédito ou bancos

emissores relevantes.

Vales-alimentação

Nas nossas lojas de alimentação aceitamos vale-alimentação como forma de pagamento. O vale-alimentação é emitido por agentes terceirizados para empresas participantes que fornecem vale-alimentação aos seus funcionários como benefício complementar. O vale-alimentação representou 3%, 3% e 4% de nossa receita de atividades normais sob contratos consolidados de clientes nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente. As empresas emissoras de vales assumem o risco de crédito associado a essas vendas.

Tecnologia da Informação

Investimos R\$64.283 mil e R\$87.661 mil em computadores e software nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Estamos identificando oportunidades e mapeando ganhos de eficiência por meio da integração de serviços e funções em nossos diversos segmentos de atuação, aprimorando nossos sistemas tributários e nosso ERP, com foco na governança e em nossos clientes. Nosso departamento de tecnologia da informação negocia custos de projetos e contratos com fornecedores de serviços e software, alavancando economias de escala relacionadas a serviços compartilhados entre nós e nossas subsidiárias.

Outros Negócios e Serviços

Puntos Colombia

Puntos Colombia é uma joint venture constituída entre a Companhia e o Bancolombia, na qual cada parte detém uma participação de 50%. Puntos Colombia opera um programa de fidelidade no qual seus usuários ganham pontos quando compram conosco e com nossos parceiros. Esses pontos podem ser trocados por produtos ou serviços disponíveis na plataforma Puntos Colombia. Além disso, os titulares de pontos contam com outros benefícios, inclusive descontos. Em 31 de dezembro de 2023, Puntos Colombia contava com 1.722 aliados comerciais, incluindo Starbucks, Celio, Pilates e CineColombia, entre outros, nos quais nossos clientes resgataram 40,6 milhões de pontos no programa.

Tuya

Tuya é uma joint venture constituída entre a Companhia e o Bancolombia, na qual cada parte detém uma participação de 50%. A Tuya é uma instituição financeira focada na emissão de cartões de crédito e na concessão de empréstimos ao consumidor para segmentos de baixa renda que o sistema bancário tradicional não atende, promovendo assim o acesso financeiro. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2021, Tuya apresentava uma taxa de inclusão financeira de 7,2% e 13,9%, respectivamente, ou seja, o percentual de cartões de crédito concedidos a

pessoas que tiveram linhas de crédito formais negadas ou não aprovadas pelo sistema bancário tradicional. Em 31 de dezembro de 2023, a Tuya possuía 1,6 milhão de cartões ativos e emitiu 236.373 cartões de crédito no ano. Em 31 de dezembro de 2022, a Tuya tinha 2,1 milhões de cartões ativos e emitiu 576 mil cartões de crédito durante o ano, representando 12% da participação no mercado de cartões de crédito na Colômbia.

Unidades de Negócios Imobiliários

Nossos negócios imobiliários operam sob a marca Viva Malls na Colômbia e Paseo Libertad na Argentina.

Em 31 de dezembro de 2023, a Viva Malls operava imóveis em 11 cidades colombianas, incluindo 12 shopping centers e cinco galerias comerciais, totalizando aproximadamente 561.685 m² de área bruta locável.

Sob a marca Paseo na Argentina, operamos 14 shopping centers e galerias comerciais, totalizando aproximadamente 187.386 m² de área bruta locável em 31 de dezembro de 2023.

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

(i) Participação em cada um dos mercados

Setor varejista colombiano

O setor varejista colombiano é largamente influenciado pelo nível geral de atividade econômica no país e pelo nível de rendimento disponível per capita. Segundo o DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estatística), a economia colombiana teve um crescimento econômico real de 0,6% do PIB em 2023, após um crescimento de 7,5% em 2022 segundo o DANE, como resultado de um aumento de 7,9% e 7,0% em atividades de financiamento e seguros e atividades de entretenimento, respectivamente. Esses aumentos foram compensados por uma diminuição de 4,2% e 3,5% nas atividades de construção e indústria, respectivamente. Durante 2023, a inflação excedeu a meta de 3,0% do Banco Central da Colômbia, em grande parte como resultado dos preços mais elevados dos transportes, restaurantes e hotéis. A inflação anual atingiu 9,3% em 2023, 3,8 p.p. inferior ao apresentado em 2022.

Embora no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o desemprego tenha diminuído para 10,2%, ainda teve impacto no rendimento disponível das famílias e, aparentemente, impacto positivo no consumo. De acordo com a Latinfocus Consensus Forecast, a taxa de desemprego, medida como a média anual da percentagem da população ativa, foi de 13,8%, 11,2% e 10,2% para 2021, 2022 e 2023, respectivamente.

O setor varejista alimentar colombiano é servido por meio de uma ampla variedade de canais, incluindo supermercados privados, lojas de conveniência e sortimento

limitado, cooperativas subsidiadas pelo governo conhecidas como *cajas de compensación*, lojas especializadas (por exemplo, açougues, padarias etc.) e operações de entrega. Um grande número de colombianos continua a fazer compras pelos canais tradicionais, impulsionados principalmente por pequenos comerciantes independentes, que representaram 8,8% do valor vendido pelos varejistas de produtos alimentares na Colômbia em 2023, segundo a Nielsen.

Os varejistas de desconto ganharam força no mercado varejista colombiano e registaram um forte crescimento nos últimos cinco anos, o que resultou do esforço de abertura de novas lojas e da chegada de vários novos players ao setor. Segundo a Nielsen e dados internos, esse segmento teve uma área total de vendas de aproximadamente 1.143.998 m², sem incluir nossos formatos de baixo custo, durante 2023, e um total de 3.990 lojas. Os principais players são D1 e Ara, que alcançam uma participação combinada de 41% das vendas do varejo de alimentos na Colômbia, com 2.371 e 1.216 pontos de venda, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023. Isso representa um aumento de 214% e 136%, respectivamente, no número de pontos de venda desde 2018.

O segmento *cash and carry* atende principalmente ao mercado institucional. Os consumidores tradicionais continuam a ser atraídos por formatos menores e mais acessíveis. Os centros comerciais também têm ganhado cada vez mais importância como destino alternativo de compras para as famílias no país.

Setor varejista uruguaio

O setor varejista uruguaio é largamente influenciado pelo desempenho global da atividade econômica no país. De acordo com a Latinfocus Consensus Forecast, a economia uruguaia cresceu a uma taxa anual de 0,4% em termos reais durante 2023, após um crescimento de 4,9% em 2022. A inflação anual caiu de 8,3% em 2022 para 5,1% em 2023.

O setor varejista uruguaio apresentou uma tendência positiva nos últimos anos; as vendas foram impulsionadas pelo comércio eletrônico e pelos serviços de entrega baseados em aplicativos que se tornaram cada vez mais populares no Uruguai, beneficiando-se da crescente penetração dos smartphones. À medida que as vendas pelo comércio eletrônico crescem, a criação de uma infraestrutura eficiente para entrega direta torna-se cada vez mais importante. Devido à pandemia, as empresas tiveram de desenvolver novas estratégias em torno da sua logística e entrega de produtos, o que melhorou muito a infraestrutura de entrega.

O rápido surgimento de lojas de conveniência resultou de marcas emblemáticas como Kinko, Frog Maxishop (NBO Ussel SA) e nossa própria Devoto Express. Esse segmento de mercado continua a dar sinais de melhoria à medida que a geração mais jovem, que prefere fazer as suas compras em lojas de conveniência, hipermercados ou supermercados, passa a constituir uma maior parcela da população. Esse novo canal contou com apenas duas redes presentes em 2014, Kinko e Frog Maxishop (NBO

Ussel SA), com um total de 14 lojas em Montevideu. Em 2015, o Grupo Éxito lançou sua própria rede de lojas de conveniência sob a bandeira Devoto Express e, no quarto trimestre de 2016, havia 33 lojas combinadas operando nesse formato.

A percentagem de vendas não alimentares nos supermercados aumentou lentamente nos últimos cinco anos, mas manteve-se abaixo dos 3,0%. As lojas Tienda Inglesa, Devoto e Disco oferecem atualmente um mix cada vez maior de produtos não alimentares, enquanto a Ta-Ta, a maior cadeia de supermercados, ainda tem um portfólio muito limitado de produtos não alimentares e a maioria dos supermercados independentes vende apenas produtos de mercearia.

Setor varejista argentino

A economia argentina diminuiu 1,6% em termos reais durante 2023, de acordo com a Latinfocus Consensus Forecast, após uma expansão de 5,2% em termos reais durante 2022. Houve um aumento na inflação em 2023, impulsionado principalmente pela expansão da base monetária para financiar o déficit fiscal, especialmente durante o primeiro semestre do ano. A inflação acumulada em doze meses atingiu o nível de 211,4% durante 2023.

De acordo com o Euromonitor, as vendas totais do setor varejista argentino aumentaram 115,5% em termos nominais em 2023 em comparação com 2022, cujas vendas totalizaram 27.428.225 milhões de pesos argentinos (aproximadamente US\$93.400 milhões) em relação aos 12.730.432 milhões de pesos argentinos (aproximadamente US\$78,875 milhões) em 2022. Esse aumento em termos nominais deveu-se principalmente à inflação anual de 211,4%. O e-commerce focou em melhoria das operações online e descontos e promoções especiais como estratégia chave para atrair clientes. As principais cadeias de supermercados também estão investindo em centros de distribuição, já que a entrega rápida é uma forma fundamental de melhorar a experiência do cliente. As plataformas de entrega estão desenvolvendo centros de distribuição para entregar uma pequena seleção de produtos básicos de marca própria, bem como atuar como intermediários de entrega para outros varejistas.

Embora os varejistas tradicionais de produtos alimentares continuem a manter o seu domínio sobre os estabelecimentos modernos, os pequenos comerciantes independentes têm perdido mercado devido à mudança dos hábitos de consumo e à falta de acesso ao programa Preços Cuidadosos, que atualmente promove as vendas em tempos de inflação elevada. As recentes mudanças nos hábitos de consumo favoreceram o desenvolvimento de modernos estabelecimentos que aceitam cartões de crédito e/ou oferecem acesso a financiamento. Os varejistas tradicionais de produtos alimentares, especialmente os pequenos supermercados, perderam mercado para a expansão dos canais varejistas modernos, com o Carrefour e o Dia, particularmente agressivos na sua expansão no segmento. Da mesma forma, o cash and carry continuou sendo um dos canais mais relevantes para os consumidores argentinos.

Nenhuma rede varejista na Argentina está presente em todo o país, com diversas marcas internacionais concentradas em Buenos Aires e marcas locais ou regionais com presença de liderança em outras províncias. Nossos hipermercados e lojas de conveniência Libertad são líderes de mercado na província de Córdoba.

O Carrefour Argentina é o maior varejista de alimentos da Argentina, com uma participação de mercado de 6% em valor em 2023, segundo o Euromonitor, com foco particular em Buenos Aires. Outros concorrentes importantes incluem Cencosud, Dia e Wal-Mart.

(ii) Condições de concorrência nos mercados

Enfrentamos forte concorrência no sector varejista colombiano por parte de varejistas internacionais e nacionais, incluindo Cencosud e Olímpica e, mais recentemente, por redes varejistas de desconto como D1 (Koba LLC) e Jerónimo Martins.

Os nossos principais concorrentes no setor varejista uruguaio incluem a Tienda Inglesa, El Dorado e Ta-Ta.

Enfrentamos concorrência na Argentina, principalmente do Carrefour, DIA e Cencosud.

d) Eventual sazonalidade

Historicamente, temos experimentado sazonalidade em nossos resultados operacionais, principalmente devido às vendas de férias tradicionalmente mais fortes no quarto trimestre e às promoções da "Black Friday", que são relativamente novas nos países onde operamos e ajudam a impulsionar as vendas do quarto trimestre, principalmente em categorias de produtos não alimentícios.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, nossas receitas médias de vendas durante o quarto trimestre foram de aproximadamente 3,4%, 28,9% e 34,7%, respectivamente, acima da média das receitas de vendas de outros trimestres do ano (em COP).

Durante o quarto trimestre de 2023, as vendas sofreram uma queda em relação aos anos anteriores, atribuída principalmente à desvalorização do Peso Argentino em relação ao Peso Colombiano. Consequentemente, as vendas da nossa operação na Argentina tiveram um resultado negativo quando convertidas em pesos colombianos, refletindo o impacto cambial nos nossos resultados do quarto trimestre. Apesar desses desafios, é importante observar o efeito significativo da sazonalidade nas moedas locais durante o quarto trimestre nos países onde operamos.

Também experimentamos sazonalidade em nossos resultados em março e/ou abril, como resultado da pausa da Páscoa. Também experimentamos maiores receitas de

vendas quando oferecemos produtos especializados para eventos como a Copa do Mundo da FIFA.

A sazonalidade relacionada à disponibilidade de alguns de nossos produtos (tais como frutas e vegetais) geralmente não nos afeta devido à grande e diversificada seleção de produtos que oferecemos a nossos clientes.

e) Principais insumos e matérias primas, informando:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, incluindo se estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental, indicando os órgãos e respectiva legislação aplicável

Devido a sua ampla e diversificada carteira de produtos, a Companhia não tem um único fornecedor que tenha uma participação significativa de produtos vendidos em unidades ou receita de vendas. Em geral, os alimentos e medicamentos/farmacêuticos processados vendidos em nossas lojas na Colômbia são regulamentados pelo Insitituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos ("INVIMA").

No Uruguai, a Companhia não tem um único fornecedor que tenha uma participação significativa de produtos vendidos em unidades ou receita de vendas. As negociações comerciais com fornecedores não requerem aprovação governamental, mas podem estar sujeitas ao controle de instituições governamentais como o Ministério de Saúde Pública.

Na Argentina, a Companhia tem um portfólio amplo e diversificado e não tem um único fornecedor que tenha uma participação significativa em unidades ou receita de vendas. Produtos alimentícios processados e não processados vendidos em Libertad são regulamentados pelo SENASA (Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria), e alguns deles são comercializados sob programas de controle de preços do governo.

(ii) Possível dependência de poucos fornecedores

Na Colômbia, o processo de compras é centralizado em um grande número de fornecedores locais e internacionais. Temos mais de 6.000 e não dependemos de nenhum fornecedor. Por exemplo, em 2023, aproximadamente 90,4% das nossas frutas e legumes foram adquiridos localmente, aproximadamente 85,2% deles diretamente de 700 agricultores nacionais, 72% da nossa mercadoria é centralizada pela nossa plataforma logística, dos quais 50% é gerenciado via cross docking, que é um processo que envolve a entrega diretamente dos fornecedores e não requer armazenamento em armazém. As mercadorias não centralizadas são principalmente bebidas, padaria, salgadinhos e alguns produtos congelados.

No Uruguai, temos mais de 1.020 fornecedores e não temos um único fornecedor

que tenha participação significativa nos produtos vendidos em unidades ou na receita de vendas. A compra de produtos alimentícios para todas as nossas bandeiras é majoritariamente descentralizada, sendo aproximadamente 60% dos produtos adquiridos de fornecedores diversos. Compramos substancialmente no curto prazo de um grande número de fornecedores não relacionados, evitando assim ficarmos dependentes de poucos fornecedores. Os preços dos nossos produtos alimentares variam de acordo com a inflação. Os produtos não alimentares, excluindo os eletrodomésticos, são principalmente importados devido à falta de uma indústria nacional.

Na Argentina, a compra de produtos alimentícios para todas as nossas marcas são centralizadas e a compra é feita diretamente ou a curto prazo de um grande número de fornecedores não relacionados. Como resultado, não dependemos de nenhum fornecedor individual. Os preços dos produtos alimentícios dependem dos níveis de inflação.

(iii) Possível volatilidade de preços

Devido a sua ampla e diversificada carteira de produtos e como não há dependência de poucos fornecedores, uma possível volatilidade nos preços será devida principalmente à pressão inflacionária nos países de operação, o que afetará a Companhia se ela não puder transferir os aumentos de preços para os clientes. Favor consultar o item 4.1 deste Formulário de Referência.

1.5. Principais clientes

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Estamos sujeitos à regulamentação governamental relacionada à nossa atividade econômica e à supervisão pelas autoridades, geralmente aplicável a questões ambientais, sanitárias e comerciais. Para abrir e operar nossas lojas, devemos registrar todas as nossas lojas no registro comercial, obter a licença de uso do solo e o certificado sanitário que confirma a conformidade com os assuntos relacionados à segurança e ao estado sanitário das instalações da loja. Nossas lojas também devem ter um certificado de segurança contra incêndio emitido pelo respectivo corpo de bombeiros, que confirma que a loja possui os mecanismos e ferramentas de segurança para responder em caso de emergência a qualquer momento.

Cumprimos as questões ambientais, incluindo gerenciamento e disposição de resíduos e regulamentos de ruído. Acreditamos que cumprimos todas as regulamentações e controles aplicáveis com relação a nossos negócios.

Nossas subsidiárias colombianas desenvolvem seus negócios em diferentes indústrias, incluindo logística e transporte, viagens, serviços de telefonia móvel, produção industrial (alimentos e vestuário), e comércio eletrônico. Acreditamos estar cumprindo com todas as regulamentações materiais aplicáveis a estas atividades.

Somos uma Companhia listada na Bolsa de Valores da Colômbia e, portanto, também estamos sujeitos às regulamentações emitidas pela Superintendência Financeira Colombiana ("Superintendencia Financiera"), que inclui, mas não se limita à divulgação de informações materiais, adoção de práticas de governança corporativa e relatórios financeiros. Acreditamos que estamos cumprindo em todos os aspectos materiais com estas regulamentações.

Em questões trabalhistas, nossas atividades são reguladas pelos princípios dos acordos internacionais assinados pela Colômbia, a Constituição da Colômbia e a Lei Trabalhista e de Previdência Social. O Ministério do Trabalho como principal autoridade que impede, investiga, controla e penaliza qualquer descumprimento. Os juízes trabalhistas supervisionam as reivindicações. Além disso, através de ações "tutelares" ou processos judiciais, os juízes constitucionais garantem e protegem os direitos fundamentais quando comprometidos.

Argentina

A Libertad S.A. está sujeita à regulamentação governamental relacionada à nossa atividade econômica. A regulamentação ocorre principalmente a nível provincial e municipal na Argentina, incluindo a regulamentação sobre:

- (i) negócios;
- (ii) ambiente;
- (iii) segurança e proteção;
- (iv) incêndio;
- (v) resíduos e descarte; e
- (vi) qualidade dos alimentos.

No nível da Companhia, a Libertad está registrada perante o Registro de Comércio da Província de Córdoba. Embora a Libertad não seja uma Companhia de capital aberto, ela tem que apresentar suas demonstrações contábeis anuais de aprovação e nomeações de membros do conselho. Este processo perante o Registro de Comércio da Província de Córdoba e outras autorizações relacionadas são protocoladas perante os escritórios de licenças e autorizações tanto da província como da cidade em que as filiais da Libertad operam permite e autoriza a Companhia a operar.

Privacidade e segurança de dados

A Lei nº 1.581 de 2012 e o Decreto nº 1.074 de 2015 estabelecem as diretrizes da regulamentação colombiana referente a proteção de dados pessoais ("CGDP"). A CGDP aplica-se à coleta, armazenamento, utilização, transferência, transmissão, supressão e, de um modo geral, ao tratamento de dados pessoais em território colombiano e que envolve a utilização de dados pessoais de residentes da Colômbia. São considerados como dados pessoais as informações que podem ser associadas ou ligadas a um indivíduo, permitindo a sua identificação. Dado que a Companhia recolhe e processa dados pessoais de residentes colombianos, esta está sujeita ao CGDP.

A Superintendência da Indústria e Comércio ("SIC") é o órgão governamental responsável pela supervisão de assuntos relacionados à aplicação da CGDP.

A base legal para o tratamento de dados é o consentimento prévio e expresso dos titulares dos dados (antes do recolhimento e tratamento dos dados, por meio de meios em que a pessoa em causa revele a sua intenção inequívoca), e informada. Para que o consentimento seja "informado", os titulares dos dados devem ser informadas sobre (i) o nome e os dados de contato do responsável pelo tratamento dos dados; (ii) os seus direitos e meios para os exercer; (iii) onde consultar a política de proteção de dados aplicável; (iv) que a autorização para tratar dados sensíveis é inteiramente facultativa; (v) os dados específicos que serão recolhidos e tratados - especialmente se estiverem envolvidos dados sensíveis, e (vi) como os dados serão utilizados e para que fins. Esta informação deve ser fornecida, o mais tardar, no momento da obtenção do consentimento.

Entre outras obrigações, as companhias sujeitas ao CGDP são obrigadas a (i) obter

o consentimento prévio, expresso e informado dos titulares dos dados, tal como descrito acima; (ii) endereçar e tratar queixas, petições e pedidos dos titulares dos dados relativos aos seus dados pessoais; (iii) implementar um manual interno de dados pessoais a ser seguido pelos funcionários quando envolvidos em operações de tratamento de dados; (iv) implementar e manter medidas técnicas, humanas e organizacionais destinadas a garantir a integridade, confidencialidade, disponibilidade e segurança dos dados pessoais; (v) implementar uma política de privacidade de dados que informe as pessoas em causa sobre as operações de tratamento de dados da companhia; (vi) notificar o SIC de violações dos protocolos de segurança e sempre que os dados pessoais estejam em risco, e (vii) nomear uma pessoa ou departamento destinado a tratar de assuntos relacionados com dados pessoais (i.e., executar políticas relevantes; tratar de queixas, petições e pedidos das pessoas em causa) e assegurar os direitos das pessoas em causa.

A CGDP estabelece um conjunto de princípios que devem ser seguidos no tratamento de dados pessoais, particularmente (i) um princípio de liberdade, que assenta na natureza constitucional do direito à privacidade e estabelece que os dados pessoais só podem ser tratados com o consentimento livre, prévio, expresso e informado do titular dos dados; (ii) um princípio de acesso restrito e circulação dos dados, segundo o qual os dados pessoais devem circular apenas entre as pessoas expressamente autorizadas pelo titular dos dados; (iii) um princípio de confidencialidade, que exige a manutenção da informação confidencial; e (iv) um princípio de segurança, que impõe aos responsáveis pelo tratamento de dados o dever de manter os dados pessoais sob medidas de segurança adequadas para evitar a sua adulteração, perda, utilização ou acesso não autorizado ou fraudulento, e de adoptar medidas para assegurar a confidencialidade, segurança, integridade e disponibilidade desses dados pessoais.

Uruguai

Nossa operação no Uruguai está devidamente registrada junto aos órgãos e entidades e deve cumprir a regulamentação nacional, departamental e municipal relacionada à saúde, ao comércio e ao meio ambiente. Somos obrigados a ter licenças e/ou autorizações incluindo construção, publicidade, instalação mecânica e elétrica, ventilação, ar-condicionado, gás natural, trânsito, alimentação, saúde e controle de pragas. Pedimos permissões e/ou autorizações perante a Diretoria Nacional de Cadastro, Ministério dos Transportes e Obras Públicas, Instituto Nacional de Carnes, Departamento Nacional de Bombeiros. Dependendo da área de vendas de cada loja, poderá ser necessária autorização para grandes superfícies. Para adquirir lojas adicionais, a autorização deve ser solicitada à Comissão de Promoção e Defesa da Concorrência do Ministério de Economia e Finanças. Acreditamos cumprir com toda a regulamentação material relacionada às nossas atividades econômicas no Uruguai. Estamos sujeitos à supervisão regulatória por entidades governamentais e departamentais (Montevideu, Canelones, Maldonado, San José) tais como, a Diretoria Nacional do Cadastro, Ministério dos Transportes e Obras Públicas, Ministério da Saúde Pública, Diretoria Nacional dos Bombeiros, Municípios, Conselhos

Departamentais e Comissões Permanentes.

b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A sustentabilidade é parte de nossa estratégia, nosso objetivo é melhorar nossos padrões de governança corporativa, econômica, social e ambiental com gestão eficiente de nossos recursos, cumprindo as exigências atuais sem comprometer as necessidades futuras. Acreditamos que a sustentabilidade é um de nossos valores centrais, pois acreditamos que ela é fundamental para a criação de valor a longo prazo para nossas partes interessadas.

Estamos totalmente comprometidos em operar sob altos padrões ESG, como é evidenciado por nosso recente reconhecimento como um dos 10 varejistas de alimentos mais sustentáveis do mundo pelo Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Nossa estratégia ESG se concentra em 6 pilares: proteção ambiental, comércio sustentável, nutrição infantil, nosso pessoal, governança corporativa e estilo de vida saudável.

Estratégia de sustentabilidade

Éxito cumpre as leis colombianas relacionadas com as atividades econômicas em que opera.

O Éxito, como Companhia líder no varejo na Colômbia, é movida por seu propósito superior de “Nutrir a Colômbia com oportunidades”. A Companhia entende que os interesses de seus acionistas devem estar alinhados com a sociedade através de uma estratégia sustentável que incorpore governança social, ambiental e corporativa visando o crescimento a longo prazo e a criação de valor compartilhado para todas as partes interessadas.

A estratégia de sustentabilidade da Companhia se concentra em 6 pilares:

- *Meio ambiente:* A Companhia visa maximizar os impactos positivos sobre o meio ambiente para reduzir, mitigar e compensar os impactos negativos que possam ser causados por suas operações;
- *Pessoas:* O Éxito trabalha pelo bem-estar e desenvolvimento de seus funcionários, promove a diversidade, condições de trabalho inclusivas e o diálogo social;
- *Comércio sustentável:* O Éxito trabalha para gerar valor e relações de confiança com parceiros e fornecedores, promovendo: (i) práticas sustentáveis e programas de apoio que contribuam para seu crescimento, (ii) compras locais e diretas, e (iii) apoio a setores produtivos e populações vulneráveis;

- *Governança e integridade:* O Éxito visa construir confiança com suas partes interessadas atuando sob padrões de governança corporativa, ética, transparência e respeito aos direitos humanos;
- *Desnutrição zero:* A Companhia trabalha para erradicar a desnutrição infantil crônica na Colômbia até 2030 através da Fundação Éxito; e
- *Um estilo de vida saudável:* O Éxito mobiliza clientes, funcionários e fornecedores para estilos de vida mais saudáveis e equilibrados, através de um portfólio de produtos e serviços que lhes permite desenvolver hábitos de vida saudáveis.
- A estratégia de sustentabilidade do Éxito é monitorada por uma equipe de alta direção e por seu Comitê de Sustentabilidade que atua em conjunto com o Conselho de Administração.

Ambiental

O pilar ambiental inclui seis planos de ação: (i) mudança climática, (ii) economia circular, (iii) mobilidade sustentável, (iv) gestão imobiliária com padrões de sustentabilidade, (iv) proteção da biodiversidade, e (vi) educação e mobilização das partes interessadas da Companhia para a proteção do meio ambiente.

A estratégia ambiental da Companhia foca na maximização do impacto positivo para mitigar e acelerar a adaptação, o desenvolvimento de ações para alcançar um negócio de baixo carbono e suportar um crescimento resistente ao clima. A Companhia estabeleceu em 2018 o objetivo de reduzir 35% de sua pegada de carbono até 2023, o que a Companhia alcançou em 2021, conforme verificado por companhia certificadora que certificado por uma terceira parte independente que mede as emissões de CO2 de âmbito 1 e 2 seguindo a metodologia do Protocolo Internacional GHG. Com um desenvolvimento Empresarial com uma visão compatível com o clima, a Companhia conseguiu consolidar uma estratégia de crescimento que promove a competitividade e a proteção que garante o uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, esta abordagem permite identificar e gerenciar os riscos (físicos e transitórios) e as oportunidades associadas à mudança climática.

O Éxito é a primeira varejista de alimentos da Colômbia com bandeira certificada Carbono Neutro pelo Instituto Colombiano de Normas Técnicas e Certificação - ICONTEC. A principal prioridade da Companhia para a economia circular é menos e melhores embalagens. Por meio da iniciativa "Soy RE", a Companhia está focada na meta de reciclar 30% das embalagens até 2030. Oferecemos sites pós-consumo em nossas lojas. A Companhia está alinhada às principais referências e melhores práticas internacionais de economia circular (estabelecidas pela Fundação Ellen MacArthur e pelo Consumer Goods Forum por meio da Plastic Waste Coalition) e segue as recomendações estabelecidas nas Regras de Ouro do Design para Embalagens Plásticas. Como resultado, a Éxito possui um dos maiores sistemas de reciclagem da Colômbia, processo que permite a reciclagem de mais de 18 mil toneladas por ano. A estratégia pós-consumo mobiliza mais de 211 mil ações de reciclagem nas lojas Éxito, reciclando mais de 32,4 milhões de embalagens, pesando 1.342,5 toneladas durante 2023. Durante 2018, a Companhia eliminou o poliestireno como embalagens (frutas, verduras e preparados seção de alimentos) e foram implementados esforços relacionados à redução do uso de sacolas plásticas no caixa de pagamento.

A Colômbia é o segundo maior país do mundo em biodiversidade. Proteger a natureza, trabalhando com fornecedores, é a prioridade da Companhia.

O programa Pecuária Sustentável do Éxito é pioneiro na Colômbia e visa consolidar um novo modelo de negócios para maximizar a eficiência da produção em harmonia com o meio ambiente, baseado na conservação e restauração de áreas estratégicas e na preservação de serviços ecossistêmicos. A Companhia monitora via satélite 100% de seus fornecedores diretos de gado anualmente, o que permite à Companhia verificar o cumprimento da fronteira agrícola e a densidade de árvores. Este modelo opera em aliança com uma conhecida organização internacional que garante transparência e independência no sistema de monitoramento. Além disso, junto com o UKPact e o WWF, a Companhia desenvolveu um ecossistema de estratégia de conservação diretamente com seus fornecedores de gado.

Adotamos as normas e fazemos parte delas:

- Tropical Forest Alliance 2030, que se compromete com o desmatamento zero no país (sócios fundadores);
- Acordo colombiano para o desmatamento zero da cadeia da carne na Colômbia (membro);
- Declaração de Nova Iorque sobre Florestas - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (membro signatário); e
- Fórum de bens de consumo, uma organização CEO-LED (membro).

Outros esforços têm sido feitos para mitigar o risco relacionado às commodities relevantes. Por exemplo, 100% do óleo de palma comestível da marca privada da Companhia é certificado sob a diretiva Roundtable for Sustainable Palm Oil - RSPO. Além disso, foi feita uma análise da cadeia de fornecimento da soja, verificando o país de origem e desenvolvendo planos de ação relacionados a esta cadeia de fornecimento.

Nossa gente

O sucesso do Grupo Éxito é resultado de sua gente. Portanto, o plano de ação da Companhia inclui: (i) promover o diálogo social, (ii) desenvolver o povo, (iii) promover a diversidade e a inclusão, e (iv) promover a igualdade de gênero.

O objetivo da Companhia é gerar empregos, promovendo oportunidades e crescimento inclusivo, apoiando e respeitando a proteção dos direitos humanos, direitos trabalhistas, liberdade de associação e acordos coletivos em seu funcionamento, promovendo condições de trabalho seguras e vidas dignas.

O Éxito acredita firmemente que diversidade, inclusão e igualdade são fontes de atração de talentos, inovação e transformação cultural e social, o que leva a um melhor ambiente de trabalho e a uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A Éxito é uma importante empregadora na Colômbia, com mais de 33.683 empregados com prazo indeterminado, 50,4% dos quais são mulheres. Em 31 de dezembro de 2023, mais de 28,0% dos cargos de alta administração da Companhia eram ocupados por mulheres. Além disso, cerca de 4.102 pessoas das chamadas populações de risco, que considera a comunidade vulnerável, como vítimas de conflitos armados, ex-combatentes, minorias raciais e étnicas, entre outros, estão empregadas desde 2006.

A Éxito pretende mobilizar esta agenda em âmbito nacional e alinhar-se ao Objetivo de Desenvolvimento Social - SDG 5, Éxito também é colíder na implementação da Iniciativa Paridade de Gênero, promovida pelo Ministério do Trabalho colombiano, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fórum Econômico Mundial.

Sobre a questão da diversidade no local de trabalho, inclusão e equidade de gênero, o Éxito recebeu o selo de prata Equipares em 2021. Em fevereiro de 2022, a mesma entidade concedeu à Companhia o selo de ouro Equipares, que é um programa de certificação que reconhece companhias e organizações que implementam corretamente o Sistema de Gestão da Igualdade de Gênero e é concedido pelo Ministério do Trabalho colombiano e pelo Conselho Presidencial para a Equidade da Mulher, com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Além de se concentrar nos ambientes de trabalho, Equipares tem um impacto positivo na igualdade de gênero em toda a sociedade, acelerando o progresso em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável N° 5.

Comércio sustentável

O comércio sustentável é gerenciado em 3 planos de ação: (i) promoção de cadeias de fornecimento sustentáveis, (ii) desenvolvimento de aliados e fornecedores, e (iii) compras diretas de fornecedores locais.

A Éxito está comprometida em fortalecer as compras locais, promover as compras diretas, reduzir as negociações com intermediários, desenvolver cadeias de abastecimento mais sustentáveis, impactar positivamente a economia do país, gerar empregos e contribuir para o bem-estar das comunidades e das pessoas.

Em 2023, considerando os produtos perecíveis, mais de 90% dos produtos vendidos em nossas lojas foram adquiridos localmente na Colômbia, e 85% desses produtos foram comprados diretamente dos agricultores.

A fabricação têxtil é uma indústria importante na Colômbia. Por essa razão, a Companhia desenvolveu essa cadeia de abastecimento localmente. Aproximadamente 93% das roupas vendidas em nossas lojas são fabricadas na Colômbia. A empresa recorre a aproximadamente 259 fornecedores, que empregam

aproximadamente 9.733 pessoas, sendo 75% mulheres.

Governança e Integridade

A Companhia possui 6 planos de ação estão incluídos neste pilar: (i) promover melhores práticas de governança corporativa, (ii) promover e comunicar compromissos relacionados ao respeito aos direitos humanos, (iii) promover padrões éticos e de transparência para diferentes partes interessadas, (iv) facilitar um ambiente diversificado e inclusivo, e (v) assegurar a confiança com nossas partes interessadas, e (vi) promover comunicações e relações coerentes.

O Éxito procura construir confiança com as partes interessadas no âmbito de uma ação abrangente sob padrões de governança corporativa, ética, transparência e respeito aos direitos humanos.

O Éxito está totalmente comprometida com os altos padrões da ESG. Éxito faz parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, onde foi reconhecida como uma das 10 companhias mais sustentáveis do mundo.

A Companhia reafirmou seu compromisso com os direitos humanos alinhados com a iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas. Assim, o Éxito continuou adotando os princípios e ferramentas associadas, como o desenvolvimento da autoavaliação, em parceria com o Instituto Dinamarquês de Direitos Humanos, a Confederação das Indústrias Dinamarquesas, o Ministério de Assuntos Econômicos e a Ferramenta de Autoavaliação do Pacto Global Dinamarquês.

O Éxito está consciente de que a construção do valor compartilhado é um trabalho constante e deve ser preservado com cada parte interessada. Por isso, a Companhia destaca o trabalho com as comunidades em torno de suas lojas, incentivando conversas que permitem trocas de conhecimento entre líderes culturais e artísticos, diálogo entre diferentes atores, e oportunidades de inovação e desenvolvimento no território.

Desnutrição zero

Este pilar inclui quatro planos de ação: (i) comunicar e sensibilizar, (ii) gerar recursos e alianças, (iii) gerar e disseminar conhecimento e (iv) influenciar políticas públicas.

A meta do Éxito é erradicar a desnutrição infantil crônica na Colômbia até 2030. Durante 2023, mais de 72.567 crianças foram beneficiadas por programas nutricionais e complementares, e mais de 183.358 cestas básicas foram entregues a essas crianças e suas famílias.

A Companhia desenvolveu uma estratégia de doação de alimentos em que a Fundación Éxito doa produtos que não foram vendidos, mas ainda podem ser consumidos. Durante 2023, a Companhia doou 758 toneladas de alimentos e 246

toneladas de produtos não alimentares a 23 bancos alimentares e 160 instituições. A Companhia também financiou o programa de recuperação de excedentes agrícolas (Reagro), evitando a perda e o desperdício de mais de 7 mil toneladas de culturas agrícolas.

A Fundación Exito financiou a operação da Companhia com a venda de materiais recicláveis gerados em nossas lojas.

Estilo de vida saudável

A Companhia administra três planos de ação: (i) promover hábitos de vida saudáveis, (ii) educar consumidores, parceiros e fornecedores sobre vida saudável e (iii) oferecer produtos e serviços que incentivem estilos de vida saudáveis.

Na busca constante pela satisfação, bem-estar e nutrição de nossos clientes, este ano reestruturamos os componentes e rótulos de 56 produtos. Esse esforço contínuo visa a cumprir a resolução 2.492 da legislação colombiana, entregando produtos inovadores e de qualidade de acordo com os padrões mais saudáveis para nossos consumidores. Além disso, fornecemos informações sobre hábitos de vida saudáveis aos nossos clientes pelo Fórum de Bens de Consumo.

Valor Líquido Agregado

Em 2022, a Companhia contratou a Universidade EAFIT como consultora para mensurar o valor líquido gerado para a sociedade, realizando uma análise de externalidade de sua operação.

Os resultados mostraram que para cada peso colombiano gerado para seus acionistas, 12,83 pesos colombianos foram gerados para a sociedade.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Possuímos um portfólio de mais de 1.700 marcas devidamente registradas, em todas as classes de marca, em 32 países, das quais aproximadamente 700 estão na Colômbia, incluindo, entre outras, marcas como Éxito, Carulla, Surtimax, Superinter e Surtimayorista associadas ao negócio de varejo; Ekono, Frescampo e Porchi associadas ao negócio alimentar; Arkitect, Bronzini e Finlandek associadas à indústria da moda, têxtil e decoração para casa. Estamos autorizados a fabricar, comercializar e promover produtos alimentícios na Colômbia sob a marca Taeq e concedemos licenças a diversas de nossas subsidiárias para utilizar nossas marcas têxteis em países como Argentina e Uruguai.

Em 31 de dezembro de 2023, não tínhamos patentes registradas.

Possuímos, entre outros, os seguintes nomes de domínio: www.grupoexito.com.co, www.exito.com, www.carulla.com, www.surtimax.co e www.arkitect.com.co.

d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou quaisquer contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, a titulares de cargos políticos ou candidatos.

(ii) em favor de partidos políticos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou nenhuma contribuição financeira a partidos políticos, seja diretamente ou por meio de terceiros.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não efetuou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de influência nas decisões de políticas públicas, principalmente com relação ao conteúdo de atos normativos.

1.7. Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 75,0% da receita líquida da Companhia resultou de clientes sediados na Colômbia.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	
Região/País	Total das Receitas Operacionais (em milhares de R\$)	Porcentagem em Receita Líquida (em milhares de R\$)
Colômbia	18.318.994	75,0%
Argentina	1.217.958	5,0%
Uruguai	4.899.730	20,1%
Receitas Operacionais	24.436.682	100,0%
Eliminações	-1.221	-
Total das Receitas Operacionais	24.435.461	-

1.8. Efeitos da Regulação Estrangeira

Para informações sobre os efeitos de regulamentações estrangeiras nas atividades da Companhia, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

1.9. Informações Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

a) *se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade*

A Companhia divulga informações, compromissos e práticas de ASG adotadas por meio de seu Relatório Anual de Sustentabilidade, disponível no website da Companhia em espanhol (<https://www.grupoexitocom.co/es/informes-sostenibilidad>).

b) *a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento*

A Companhia utiliza, na elaboração do Relatório de Sustentabilidade, o GRI Standards, o SASB Standards (*Conselho de Padrões Contábeis de Sustentabilidade*) e os indicadores TCFD (*Task Force on Climate Related Disclosures*).

c) *se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso*

O Relatório de Sustentabilidade passou por processo de auditoria e verificação conduzido pela ICONTEC (Instituto Colombiano de Normas Técnicas y Certificación).

d) *a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado*

O Relatório de Sustentabilidade está disponível no website da Companhia em espanhol (<https://www.grupoexitocom.co/es/informes-sostenibilidad>).

e) *se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor*

Em 2022, o Éxito realizou uma análise de materialidade que permitiu identificar as expectativas das partes interessadas em relação a questões sociais, ambientais e de governança. A Companhia mede sua materialidade a cada dois anos e considera questões que podem influenciar o relacionamento entre as partes interessadas e a Companhia para responder às constantes mudanças ambientais, à dinâmica do mercado e às expectativas das partes interessadas. Essa análise também permitiu estabelecer prazos para validar se as questões atuais da estratégia de sustentabilidade continuarão em curto, médio e longo prazos. Os programas da Companhia estão alinhados com a análise de materialidade e com os temas priorizados pelos diferentes stakeholders, incluindo o comitê de sustentabilidade da Companhia, a diretoria, os comitês executivos, os funcionários, os clientes, os fornecedores, os formadores de opinião, a mídia e a comunidade, com a análise técnica do setor e em relação aos líderes do comércio mundial. Em 2022, pela primeira vez, a Companhia realizou o exercício sob a metodologia da "Dupla

Materialidade", o que deu um contexto melhor do que as partes interessadas consideram relevante para trabalharmos.

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia leva em consideração uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, os quais encontram-se elencados na página 3 do Relatório.

A matéria de materialidade da Companhia, leva em consideração para o processo de mensuração do seu desempenho, os seguintes passos: (i) identificação, (ii) seleção de stakeholders a serem consultados, (iii) consulta aos stakeholders, (iv) cross-reference e priorização, e (v) validação.

Os indicadores-chave que a Companhia leva em consideração, por sua vez, são:

1. Mudança climática
Gestão da pegada de carbono e promoção de mobilidade sustentável nas diferentes frentes: logística, funcionários e clientes.
2. Apoio à economia local e ao crescimento inclusivo
Promoção de compras locais e não intermediárias, favorecendo as comunidades produtivas e as populações vulneráveis na Colômbia.
3. Atração, retenção e desenvolvimento do talento humano
Provisão de associados com treinamento, bem-estar e bem condições para desenvolver seu trabalho e reconhecimento de seu trabalho.
4. Economia circular - embalagem
Promoção dos diferentes princípios da economia circular, tais como redução, redesenho, reutilização e reciclagem, permitindo programas de pós-consumo, a correta gestão de resíduos em instalações do Grupo Éxito e o trabalho em prol do ecodesign.
5. Influência na avaliação das partes interessadas e na tomada de decisões
Gestão corporativa e de risco, importância da economia, impactos ambientais e sociais do Grupo Éxito.
6. Diversidade e inclusão
Promoção do respeito aos direitos humanos, igualdade de oportunidades, e acessibilidade a instalações e programas de empregabilidade inclusivos.
7. Proteção da biodiversidade
Proteção da biodiversidade através da gestão estratégica para alcançar um fornecimento livre de desmatamento e pró-desflorestamento cadeias de conservação.

8. Gestão da cadeia de suprimentos: Identificar os aspectos sociais e ambientais dos fornecedores e de nossa cadeia de suprimentos que permitam o crescimento mútuo e a geração de valor compartilhado.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório de Sustentabilidade considera os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, identificados no Relatório de Sustentabilidade.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia considera as recomendações da Força de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD), conforme indicadas naquele documento, e as normas do Conselho de Normas Contábeis de Sustentabilidade (SASB). Todos os indicadores referenciados nos índices GRI estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas.

A Companhia realiza anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa e também é auditada por terceiros. No ano passado, o inventário foi realizado pela ICONTEC. Para calcular a estimativa de carbono para 2023, o protocolo GHG teve uma atualização conhecida como AR6. Em 2023, a Companhia emitiu 234.099,31 toneladas de CO₂eq, sendo 170.253,17 toneladas de CO₂eq provenientes de emissões diretas de combustíveis e gases refrigerantes (Escopo 1) e 63.846,14 toneladas de CO₂eq provenientes de emissões provenientes do consumo de energia elétrica no sistema nacional de transmissão (Escopo 2).

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.a deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota uma matriz de materialidade com temas materiais específicos.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota indicadores-chave de desempenho.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.c deste Formulário de Referência, o Relatório de Sustentabilidade da Companhia é auditado e revisado por empresa especializada independente.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.f deste Formulário de Referência, a Companhia considera os ODS estabelecidos pela ONU, bem como adota as recomendações emanadas pela TCFD.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 1.9.h deste Formulário de Referência, a Companhia realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

1.10. Informações de sociedade de economia mista

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Item não aplicável, considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não aplicável, considerando que no último exercício social a Companhia não realizou operações que não se enquadrem como normais em seus negócios.

1.12. Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não aplicável.

1.13. Acordos de acionistas

A Companhia não tem nenhum acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o acionista controlador seja parte.

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, visto que não houve, qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

1.15. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não aplicável, tendo em vista que não foram celebrados contratos relevantes celebrados pela Companhia, ou suas coligadas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais no último exercício social.

1.16. Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2. Comentários dos Diretores

2.1. Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

Exceto se indicado de outra forma, as informações financeiras apresentadas neste Formulário de Referência para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são derivadas das demonstrações financeiras auditadas da Companhia.

A moeda funcional da Companhia e a moeda original de apresentação são os Pesos Colombianos. Entretanto, a Companhia também apresenta demonstrações financeiras em Reais, para cumprir com a regulamentação da CVM.

Os valores em Reais apresentados abaixo foram convertidos de Pesos Colombianos para Reais de acordo com os critérios estabelecidos e indicados nas Notas 2 e 3 às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em Reais, salvo disposição expressa em contrário na seção relevante.

A aplicação desta metodologia, utilizada para converter as demonstrações financeiras de COP\$ para R\$, é resumida da seguinte forma:

1. Ativos e passivos são convertidos em Reais à taxa de câmbio de fechamento do período;
2. Os itens relacionados a rendimentos são convertidos em Reais à taxa de câmbio média do período; e
3. As operações patrimoniais são convertidas em reais à taxa de câmbio vigente na data de cada operação.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. A análise dos Diretores da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a sua visão e percepção sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras da Companhia com os respectivos exercícios sociais, e os principais fatores que explicam tais alterações entre os

exercícios sociais. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas deste item 2 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período. A Análise Horizontal compara índices ou itens de uma mesma rubrica enquanto a Análise Vertical representa o percentual da rubrica em relação à receita operacional líquida, ativo/passivo total, patrimônio líquido ou à conta devidamente indicada.

a) *Condições financeiras e patrimoniais gerais*

O exercício findo em 31 de dezembro de 2022 teve resultados positivos com as vendas anuais na moeda funcional da Companhia e o peso colombiano crescendo mais de 20%, dada uma sólida estratégia de inovação e omnicanal. As despesas com vendas, gerais e administrativas consolidadas aumentaram abaixo da inflação, principalmente devido à eficiência de custos, que ajudam a mitigar efeitos inflacionários e efeitos não monetários, como impostos diferidos. No Uruguai, houve uma sólida operação com crescimento anual de vendas de 11,4% em pesos uruguaios, resultado do segmento alimentar, um aumento do consumo no último trimestre do ano e um sólido crescimento na estratégia FreshMarket. As operações na Argentina tiveram resultados operacionais positivos, com ganhos de margem refletindo a diluição de despesas e o controle de custos e despesas, apesar da inflação elevada e do efeito crescente dos salários.

O ano de 2023 continuou apresentando bons resultados globais, com crescimento de receita de 2,4% em pesos colombianos, impulsionado pelo saudável desempenho do varejo apoiado em formatos inovadores, sólida contribuição das operações uruguaias e forte evolução imobiliária, mitigando os efeitos da inflação em toda a região com medidas de controle de custos e despesas. Na Colômbia, o principal desafio é o abrandamento do consumo das famílias, uma vez que a inflação e as taxas de juro permanecem elevadas, mas as vendas omnicanal estão estáveis. No Uruguai, nosso desempenho durante a temporada turística foi forte, crescendo acima da inflação e melhorando as margens. Esses resultados na Colômbia e no Uruguai foram parcialmente compensados por uma queda nas vendas no varejo argentino de 39,7% em pesos colombianos.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total (passivo total circulante e não circulante dividido pelo Ativo Total) era de 54,6% comparado a 53,6% em 31 de dezembro de 2022, resultado do aumento de 5,0% e 6,9% no total de ativos e passivos, respectivamente. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$1.910.289 mil e os passivos financeiros circulantes e não circulantes

totalizavam R\$ 1.603.773 mil, com relação caixa líquido sobre patrimônio líquido de 3,3%. O passivo aumentou principalmente devido a fornecedores e outras contas a pagar circulantes, R\$518.384 mil, aumento no passivo financeiro circulante de R\$310.715 mil e aumento em arrendamentos financeiros circulantes e não circulantes de R\$189.837 mil.

Em 2023, adicionamos 56 lojas provenientes de inaugurações, reformas e conversões (49 na Colômbia, três na Argentina e quatro no Uruguai). Em 31 de dezembro de 2023, operávamos 656 lojas de varejo alimentar, diversificadas geograficamente da seguinte forma: 522 lojas na Colômbia, 98 no Uruguai e 36 na Argentina, e a área de vendas consolidada atingiu 1.063.235 m2.

b) Estrutura de capital

Quando se trata de gestão de capital, estamos focados em proporcionar retorno aos acionistas da Companhia e benefícios a outras partes interessadas, bem como manter uma composição apropriada do capital para reduzir os custos de capital. Somos capazes de ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida, a fim de manter ou ajustar a composição do capital. Acreditamos que a atual composição do capital da Companhia é equilibrada entre capital próprio e capital de terceiros, e consistente, a nosso ver, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	11.295.457	10.562.211
Capital próprio (patrimônio líquido)	9.400.449	9.148.451
Capital total (terceiros + próprio)	20.695.906	19.710.662
Parcela de capital de terceiros	54,6%	53,6%
Parcela de capital próprio	45,4%	46,4%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis garantem que a Companhia seja capaz de cumprir todas as suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. A relação da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de crédito adicionais, em caso de necessidade.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) o fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) a dívida bancária de curto e longo prazo. Tais financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações comerciais; (ii) despesas de capital; e (iii) exigências de pagamento de sua dívida.

As fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às suas necessidades de investimento, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, cumprindo suas obrigações de pagamento.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a administração não prevê qualquer necessidade de recursos que não possa ser atendida com os recursos atuais ou futuros à disposição da Companhia. As fontes de financiamento utilizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são adequadas e continuarão a ser utilizadas pelo Éxito como fontes de financiamento, se necessário.

Não obstante o acima exposto, a Companhia possui alternativas de financiamento imediatas em caso de falta de liquidez, como linhas de crédito rotativo disponíveis para financiamento de curto prazo junto aos principais bancos colombianos no valor de R\$1.139.938 mil não desembolsados até dezembro. A Administração considera a geração de caixa proveniente de suas operações um instrumento de liquidez suficiente. No entanto, os mercados de capitais da Colômbia e dos EUA continuam a ser opções que podem ser consideradas pela administração caso algum evento de iliquidez seja previsto.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas:

(i) Contrato de empréstimos e financiamentos relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo em 31 de dezembro de 2023.

Credor	Moeda	Data inicial	Vencimento	Índice	Spread	Saldo em 31/12/2023 (em milhares de R\$)
Banco de Occidente	Peso colombiano	05/06/2020	05/04/2024	IBR*	1,2%	301.658
Banco de Bogotá	Peso colombiano	31/03/2021	31/03/2027	IBR*	1,3%	160.197
Banco Bancolombia	Peso colombiano	31/03/2021	31/03/2025	IBR*	1,45%	256.693
Banco de Bogotá	Peso colombiano	31/03/2020	31/03/2026	IBR*	1,4%	170.125

Banco Davivienda	Peso colombiano	31/03/2021	31/03/2030	IBR*	2,75%	144.449
Opção de venda sobre participação minoritária	Peso uruguaio	26/12/2016	30/06/2025	-	-	560.270
* Corresponde a uma taxa de curto prazo que considera os preços de oferta e financiamento dos bancos colombianos						

(ii) *Outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia tem relações de longo prazo com várias instituições financeiras nacionais que, nos últimos anos, permitiram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

(iii) *Grau de subordinação entre as dívidas*

Nenhuma das dívidas existentes da Companhia em 31 de dezembro de 2022 tem uma cláusula de subordinação específica, portanto não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre os débitos da Companhia é determinado de acordo com a lei aplicável.

De acordo com os artigos 2.488 a 2.511 do Código Civil Colombiano, existem cinco (5) graus de subordinação entre dívidas. Essa regra aplica-se nos casos em que o patrimônio é insuficiente para cobrir a totalidade das dívidas da Companhia. Portanto, os diferentes níveis de subordinação resultam no estabelecimento de determinadas preferências, que dependem de fatores como as características da dívida e a natureza do credor, conforme descrito abaixo:

- (i) O primeiro nível de subordinação inclui, dentre outros, o seguinte: (a) obrigações trabalhistas e previdenciárias; (b) custos judiciais que beneficiam todos os credores; e (c) dívidas obtidas em favor das autoridades fiscais;
- (ii) O segundo nível de subordinação inclui, dentre outros, ônus sobre bens móveis;
- (iii) O terceiro nível de subordinação inclui, dentre outros, hipoteca;
- (iv) O quarto nível de subordinação inclui, dentre outros, outros créditos em favor das autoridades fiscais e créditos em favor de instituições de caridade e educacionais financiadas por fundos públicos; e
- (v) O quinto e último nível inclui outros créditos não expressamente garantidos ou incluídos dentre os previamente descritos.

(iv) *Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.*

As obrigações adquiridas pela Companhia sob contratos de crédito incluem o compromisso de manter um índice financeiro de alavancagem (dívida bruta sobre

EBITDA ajustado) de menos de 2,8x, a ser medido anualmente em 30 de abril, com base nas demonstrações contábeis separadas auditadas para cada encerramento de período anual.

Caso a Companhia contrate nova dívida, será necessária autorização prévia dos credores, a qual será automaticamente concedida caso a Companhia cumpra com os índices de endividamento.

A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado descrita acima, se calculada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, resultaria no seguinte:

	31 de dezembro de 2023
<i>(em milhares de R\$, exceto índices)</i>	
Ativo circulante (passivo)	
Ativo circulante ⁽¹⁾	-732.988
Outros passivos circulantes ⁽²⁾	-21.262
Outros ativos circulantes ⁽³⁾	3.012
Ativos não circulantes	
Passivos não circulantes ⁽¹⁾	-299.946
Outros ativos não circulantes ⁽³⁾	-
Total do ativo líquido (passivo)	-1.051.184
EBITDA recorrente ajustado	1.196.865
Efeito da diferença cambial na conversão para pesos colombianos e para a moeda de apresentação (Reais)	113.524
Passivo líquido/EBITDA recorrente ajustado	0,80

⁽¹⁾ O (passivo) financeiro corrente inclui empréstimos bancários e locações financeiras.

⁽²⁾ Outros (passivos) financeiros correntes incluem instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge.

⁽³⁾ Outros ativos financeiros circulantes incluem instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de hedge e instrumentos financeiros derivativos.

⁽⁴⁾ Nos termos contratuais, a estimativa do EBITDA recorrente ajustado é a que segue abaixo:

- Lucro operacional recorrente dos últimos 12 meses, o qual é calculado com base na receita de vendas de bens e serviços subtraído o (i) custo das vendas, (ii) despesas administrativas e de vendas, (iii) despesas de distribuição, e (iv) despesas com benefícios aos empregados e receita/despesas não-recorrentes;

- Acrescentar as depreciações e amortizações, e todas as outras despesas que não impliquem em saídas de caixa, acumuladas no mesmo período de 12 meses, incluindo as decorrentes da depreciação dos direitos de uso de acordo com o IFRS 16;

- Dividendos distribuídos por controladas, diretamente ou por meio de veículos de propósito específico, sob controle da Companhia, efetivamente recebidos; e

- Dividendos proforma de subsidiárias adquiridas durante os últimos 12 meses de atividade. Dividendos proforma são aqueles dividendos que seriam recebidos se a Companhia tivesse adquirido ou mantido sob controle uma controlada durante todo o período de 12 meses.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas empresas controladas estavam em conformidade com todas as obrigações de seus acordos financeiros, incluindo os convênios financeiros descritos acima.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuíam linhas de crédito rotativo não desembolsadas disponíveis para financiamento de curto prazo junto ao Banco Davivienda S.A. e Bancolombia S.A., nos montantes de R\$506.639 mil e R\$633.299 mil, respectivamente. A utilização dessas linhas de crédito está sujeita ao cumprimento de determinadas condições contratuais. Na data deste

Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as condições contratuais, incluindo os compromissos financeiros.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARED TO THE FISCAL YEAR ENDED DECEMBER 31, 2022

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2023	AV	Exercício findo em 31/12/2022	AV	AH
Receita de venda de bens e serviços	24.435.461	100,0%	25.029.760	100,0%	(2,4)%
Custo das vendas	(18.158.247)	(74,3)%	(18.669.547)	-74,6%	(2,7)%
Lucro bruto	6.277.214	25,7%	6.360.213	25,4%	(1,3)%
Despesas de distribuição, administrativas e de vendas	(5.186.231)	(21,2)%	(5.136.993)	-20,5%	1,0%
Outras despesas operacionais	(69.722)	(0,3)%	(21.317)	-0,1%	227,1%
Lucro operacional	1.021.261	4,2%	1.201.903	4,8%	(15,0)%
Receita financeira	328.655	1,3%	266.943	1,1%	23,1%
Despesas financeiras	(807.935)	(3,3)%	(728.792)	-2,9%	10,9%
Resultado de equivalência patrimonial	(132.366)	(0,5)%	(42.146)	-0,2%	214,1%
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	409.615	1,7%	697.908	2,8%	(41,3)%
Despesas tributárias	(53.097)	(0,2)%	(395.362)	-1,6%	(86,6)%
Lucro líquido das operações continuadas	356.518	1,5%	302.546	1,2%	17,8%
Prejuízo das operações descontinuadas	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Lucro líquido do período	356.518	1,5%	302.546	1,2%	17,8%

Conforme informado no início desta seção 2.1, a moeda funcional da Companhia é o Peso Colombiano e para fins deste Formulário de Referência todos os valores foram convertidos para Reais, resultando em uma variação cambial de 4,9% dos valores do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Essas variações do Real incluem o efeito da variação cambial.

Total da receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes

A receita das atividades ordinárias sob contratos com clientes diminuiu 2,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação com 2022 e atingiu R\$24.435.461 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em pesos colombianos, a receita de contratos com clientes aumentou 2,4%, ou COP502.414 milhões, para COP21.122.087 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação com COP20.619.673 milhões no período correspondente em 2022.

Esse aumento foi impulsionado principalmente pelo crescimento das vendas no varejo uruguaio, impulsionado por formatos inovadores e estratégias omnichannel. As vendas das operações colombianas permaneceram estáveis, aumentando 3,6% em moeda local, apesar do impacto negativo na categoria de eletrônicos, especialmente eletrodomésticos

As vendas totais consolidadas do varejo diminuíram 2,4%, ou R\$579.863 mil, de R\$23.979.030 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$23.399.167 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As receitas de serviços aumentaram em 5,4%, para R\$948.046 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado aos R\$899.779 mil registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, principalmente como resultado de um aumento nas receitas de aluguel no valor de R\$24.452 mil. Outras receitas de atividades ordinárias diminuíram 1,5% ou R\$62.703 mil, principalmente como resultado de uma redução de 84,4% ou R\$48.632 mil em projetos imobiliários.

Vendas no varejo

Segmento geográfico (em milhares de R\$)	Segmento operacional	Exercício findo em 31/12/2023	AV	Exercício findo em 31/12/2022	AV
Colômbia	Éxito	11.816.448	50,5%	12.252.977	51,1%
	Carulla	2.816.297	12,0%	2.613.725	10,9%
	Baixo custo e outros	2.742.146	11,7%	2.755.638	11,5%
Colômbia		17.374.891	74,3%	17.622.340	73,5%
Argentina		1.174.103	5,0%	2.043.826	8,5%
Uruguai		4.851.126	20,7%	4.314.030	18,0%
Total de vendas no varejo		23.400.120	100,0%	23.980.196	100,0%
Eliminações		(953)	0,0%	(1.166)	0,0%
Total Consolidado de vendas no varejo		23.399.167	100,0%	23.979.030	100,0%

Colômbia

As vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 diminuíram 1,4% quando comparadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$17.374.891 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em pesos colombianos, as vendas aumentaram em 3,5%, ou COP501.514 milhões. As vendas anuais refletiram: (i) a contribuição de uma estratégia consistente centrada no cliente e focada nos formatos inovadores Wow, Fresh Market, Vecino e Surtimayorista (a quota de vendas atingiu 42,2%); (ii) o aumento das vendas omnicanal (12,7% do total das vendas no varejo) e (iii) a contribuição das 50 lojas inauguradas, convertidas e reformadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As vendas foram impactadas negativamente pela desvalorização de 4,9% da moeda local em relação ao real.

- *Segmento Éxito*

As vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 diminuíram 3,6% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, impulsionadas por

uma desvalorização de 4,9% da moeda local em relação ao real brasileiro, apesar do crescimento da categoria não alimentar e a maior contribuição das lojas no formato inovador Éxito Wow, o que fez com que as vendas em moeda local aumentassem em 1,2%, ou COP120.094 milhões.

- *Segmento Carulla*

As vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 cresceram 7,8%, de forma que o segmento continuou a ter uma elevada participação nas vendas omnicanal, com um aumento de 24,6% para 49,7% em relação ao exercício anterior. Durante o exercício de 2023, remodelamos uma loja "Fresh Market", atingindo um total de 31 lojas no final do ano. As vendas em moeda local aumentaram 13,1%, ou COP 281.213 milhões.

- *Baixo custo e outros segmentos*

As vendas do segmento baixo custo e outros diminuíram 0,5% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$2.742.146 mil. Essa diminuição deveu-se principalmente à desvalorização de 4,9% do peso colombiano em relação ao real brasileiro. O aumento nas vendas foi de 4,4% em moeda local e resultou principalmente do (i) desempenho das 64 lojas Surtimayorista (incluindo 18 novas lojas). Essas 18 novas lojas trouxeram novas vendas e representaram 0,5% das vendas na Colômbia (enquanto o total de 64 lojas cresceu 8,0% e atingiu 5,4% das vendas totais na Colômbia); (ii) sólido desempenho do segmento Surtimax em Medellín com aumento de 6,4% em pesos colombianos e (iii) sólido crescimento da categoria de alimentos em Surtimayorista, impulsionado principalmente por bens de consumo em rápida movimentação.

Uruguai

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as vendas anuais aumentaram 12,5% ou R\$537.096 mil devido aos impactos cambiais, em comparação com o exercício anterior. As vendas em moeda local (peso uruguaio) aumentaram 9,9% (acima da inflação local de 5,1%), principalmente em função: (i) do bom desempenho da temporada turística no 1T23; (ii) do sólido crescimento das 32 lojas Fresh Market (um aumento de 11,7%) e (iii) da quota de vendas omnicanal de 3,6%.

Argentina

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as vendas anuais diminuíram 42,6%, principalmente em função: (i) da desvalorização do peso argentino durante o exercício, especialmente em dezembro de 2023; (ii) da inflação elevada de 211,4% e (iii) do aumento de 251,3% nos preços de alimentos e bebidas não alcoólicas quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Receita de serviços e outras receitas

Milhares de R\$	Exercício findo em 31/12/2023	AH	Exercício findo em 31/12/2022
Arrendamento e receitas de gestão imobiliária	467.868	5,5%	443.416
Distribuidores	108.401	5,8%	102.481
Gestão de Propriedade	60.867	14,7%	53.069
Publicidade	114.789	(0,3)%	115.078
Transporte	42.844	18,3%	36.218
Serviços telefônicos	47.400	12,2%	42.256
Comissões	39.180	18,0%	33.204
Serviços bancários	25.240	9,0%	23.164
Outros	41.457	(18,5)%	50.893
Total da receita de serviços	948.046	5,4%	899.779
Projetos imobiliários	15.056	(80,4)%	76.723
Participação em acordo de colaboração	8.691	(15,1)%	5.838
Eventos de marketing	23.401	(0,6)%	23.551
Receita de royalties	4.377	2,1%	8.689
Outros	36.723	1,6%	36.150
Total de outras receitas	88.248	(41,5)%	150.951
Total da receita de serviços e receita	1.036.294	(1,4)%	1.050.730

As receitas de serviços aumentaram 5,4%, de R\$899.779 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$948.046 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, principalmente como resultado de um aumento de R\$24.452 mil devido ao aumento de receitas provenientes de unidades operacionais imobiliárias, que incluem (i) locação de ativos imobiliários, (ii) distribuidoras e (iii) locações de espaços físicos.

Outras receitas de atividades diminuíram 41,5% ou R\$62.703 mil, principalmente como resultado de uma redução em projetos imobiliários de R\$61.667 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Milhares de R\$												
	Colômbia		Argentina		Uruguai		Total		Eliminações		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Vendas de varejo	17.374.891	17.622.340	1.174.103	2.043.826	4.851.126	4.314.030	23.400.120	23.980.196	-953	-1.166	23.399.167	23.979.030
Receita de serviços	871.204	787.571	43.838	80.911	33.004	31.297	948.046	899.779	0	0	948.046	899.779
Outras receitas	72.899	137.735	17	414	15.600	13.128	88.516	151.277	-268	-326	88.248	150.951
Resultado bruto	4.117.010	4.109.967	417.205	733.671	1.742.999	1.516.201	6.277.214	6.359.839	0	374	6.277.214	6.360.213

Lucro bruto

O lucro bruto diminuiu 1,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, atingindo R\$6.277.214 mil, comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação resultou principalmente da desvalorização de 4,9% do peso colombiano em relação ao real brasileiro. O lucro bruto em moeda local aumentou 3,6% como resultado de: (i) melhores margens na Colômbia e no Uruguai e (ii) contribuição estável da Colômbia e do Uruguai.

Colômbia

O lucro bruto aumentou 0,2% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e a margem bruta aumentou para 22,5% durante 2023. Essa variação resultou principalmente do: (i) desempenho positivo do negócio imobiliário e (ii) efeito de base dos ajustes da indústria alimentícia no 4T22, parcialmente compensado pelo efeito da inflação sobre os custos e menor contribuição do setor não alimentar devido às altas taxas de juros.

Uruguai

O lucro bruto aumentou 15,0% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e a margem bruta aumentou para 35,6% durante 2023, como resultado: (i) do menor custo das vendas; (ii) do aumento da participação das lojas de insumos, atingindo 58,8% das vendas totais em comparação aos 52,9% em 2022 e (iii) dos bons resultados da temporada turística no 1T23.

Argentina

O lucro bruto diminuiu 43,1% e a margem bruta diminuiu para 34,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse resultado no lucro bruto é inteiramente explicado: pela forte desvalorização do peso argentino. Excluindo-se os efeitos cambiais, as vendas aumentaram 246,3%, enquanto a margem bruta aumentou 242,8%. O crescimento da margem bruta em moeda local (peso argentino) resultou principalmente do aumento das vendas no formato cash & carry e do aumento do consumo das famílias no país em meio a um contexto hiperinflacionário, enquanto a queda em pontos base resultou da menor margem do formato cash & carry.

Despesas de distribuição e despesas administrativas e de vendas

Despesas de distribuição e despesas administrativas e de vendas aumentaram 0,7%, ou R\$21.073 mil, e representaram 62,5% do total das despesas de distribuição, administrativas e de vendas, incluindo despesas com benefícios a funcionários, para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, comparado aos 62,7% para o período correspondente de 2022. O aumento de 0,7% é resultado principalmente: (i) do aumento nas cobranças de cartões de crédito e débito em R\$12.317 mil como consequência do aumento nas vendas; (ii) do aumento de R\$28.707 mil em amortizações e depreciações em decorrência de aumento de ativos devido a maiores reformas e (iii) R\$10.207 mil e R\$4.140 mil devido ao aumento de despesas com limpeza e segurança, respectivamente, em função do aumento da inflação. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela: (i) redução de R\$16.541 mil nos funcionários terceirizados, (ii) redução de R\$17.537 mil em

despesas com publicidade e (iii) redução de R\$10.094 mil em honorários profissionais.

Despesas com benefícios a funcionários

As despesas com benefícios a empregados aumentaram 1,5% (R\$28.165 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e representaram 37,5% e 37,3% da distribuição total, despesas administrativas e comerciais, incluindo despesas com benefícios a funcionários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Essa variação deve-se principalmente aos aumentos dos salários mínimos em todas as regiões resultantes de reajustes do IPC e regulamentações locais, bem como de benefícios de saúde e planos de pensões.

Outras despesas operacionais, líquidas

Outras despesas operacionais, líquidas, aumentaram 227,1%, ou R\$48.405 mil, de R\$21.317 mil para R\$69.722 mil no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação ao período correspondente de 2022. Essa variação resultou: (i) da redução de R\$21.568 mil em outras receitas operacionais; (ii) do aumento de R\$16.765 mil nas despesas com provisão para plano de reestruturação, que inclui plano de excelência operacional e plano de aposentadoria corporativo, líquidos e (iii) do aumento de R\$11.918 mil nas taxas para processo de registro nas Bolsas de Valores de Nova Iorque e São Paulo.

Lucro operacional

Nosso lucro operacional diminuiu 15,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, atingindo R\$1.021.261 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A redução em moeda local foi 10,8%. Essa redução deveu-se principalmente ao: (i) aumento de 0,7% ou R\$21.073 mil nas despesas de distribuição, administrativas e comerciais e (ii) aumento de 227,1% ou R\$48.405 mil em outras despesas operacionais, líquidas.

Nossa margem de lucro das atividades operacionais diminuiu para 4,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 4,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa redução resultou do (i) aumento de 70 pontos na parcela das despesas de distribuição, administrativas e comerciais relativas à nossa receita total de contratos com clientes e (ii) aumento de 12 pontos base em outras despesas operacionais, líquidas, como percentual da receita total de contratos com clientes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 23,1% ou R\$61.712 mil no exercício findo em

31 de dezembro de 2023 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação se deve principalmente ao: (i) aumento de R\$120.742 mil em ganhos com diferenças cambiais e (ii) aumento de R\$20.221 mil em ganhos com juros sobre caixa e equivalentes de caixa. Isso foi parcialmente compensado pela: (i) redução de R\$47.378 mil em ganhos com instrumentos financeiros derivativos liquidados e (ii) redução de R\$34.907 mil em ganhos com avaliação de instrumentos financeiros derivativos.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram 10,9% ou R\$79.143 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação é resultado de um aumento no valor de: (i) R\$128.188 mil em despesas com juros de empréstimos e arrendamento mercantil financeiro, (ii) R\$69.992 mil em despesas de factoring e (iii) R\$69.602 mil em perdas com instrumentos financeiros derivativos liquidados, parcialmente compensado pela redução de R\$117.420 mil de perda com variação cambial.

Resultado de equivalência patrimonial

Corresponde à parcela dos resultados das coligadas e joint ventures, Companhia de Financiamiento Tuya S.A. e Puntos Colombia S.A.S., contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a participação no lucro das coligadas e joint ventures totalizou R\$42.146 mil e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o prejuízo totalizou R\$132.366 mil.

Lucro das operações continuadas antes dos impostos

O lucro antes do imposto de renda diminuiu 41,3%, ou R\$288.293 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, atingindo R\$409.615 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação é explicada principalmente pelo: (i) aumento de R\$79.143 mil nas despesas financeiras, (ii) aumento de R\$90.220 mil na participação nos lucros em coligadas e joint ventures e (iii) aumento de R\$21.073 mil em distribuições, despesas administrativas e despesas de vendas, parcialmente compensado por um aumento de R\$61.712 mil nas receitas financeiras, principalmente devido ao aumento dos ganhos com variações cambiais e juros sobre caixa e equivalentes de caixa.

A margem antes do imposto de renda diminuiu 111 pontos base de 2,8% em 2022 para 1,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Despesas tributárias

As despesas tributárias totalizaram R\$53.097 mil no exercício findo em 31 de

dezembro de 2023, resultando em uma alíquota efetiva de imposto de 13,0% em comparação com R\$395.362 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, resultando em uma alíquota efetiva de imposto de 56,6%. A diminuição de 44 pontos percentuais na taxa efetiva de imposto resulta do fato de os rendimentos não tributáveis serem superiores às despesas não dedutíveis, principalmente do lucro das subsidiárias não serem tributáveis de acordo com a regulamentação fiscal colombiana. Como consequência, a despesa de imposto de renda corrente diminuiu 44,6%, ou R\$99.153 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício aumentou 17,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$302.546 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$356.518 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O aumento foi de 23,6% quando mensurado em moeda local. O lucro antes do imposto de renda das operações continuadas diminuiu R\$288.293 mil principalmente devido ao: (i) aumento de R\$21.073 mil nas despesas de distribuição, administrativas e comerciais, (ii) aumento de R\$79.143 mil nas despesas financeiras e (iii) aumento de R\$90.220 mil na participação nos lucros em coligadas e joint ventures. Porém, esse resultado foi compensado por uma redução na despesa de imposto de renda de R\$342.265 mil resultando em um aumento no lucro do período.

2.2. Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A base para as receitas da Companhia, e consequentemente suas operações, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está descrita a seguir:

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de			
	2023		2022	
	R\$	% do total	R\$	% do total
Total das receitas operacionais - Colômbia	18.318.994	75,0%	18.547.646	74,1%
Total das receitas operacionais - Argentina	1.217.958	5,0%	2.125.151	8,5%
Total das receitas operacionais - Uruguai	4.899.730	20,1%	4.358.455	17,4%
Total das receitas operacionais - Consolidado	24.436.682	100,0%	25.031.252	100,0%
Eliminações	(1.221)	(0,0%)	(1.492)	0,0%
Total das receitas de venda e/ou serviços	24.435.461	100,0%	25.029.760	100,0%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Para mais detalhes sobre mudanças nas receitas, vide o item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Historicamente, a Companhia verificou variações e efeitos negativos nos custos dos seus produtos. Tais variações podem ser causadas por alterações na legislação fiscal, que afetaram o setor em que a Companhia atua, greves nacionais, por flutuações na taxa de câmbio, preços de mercadorias, taxa de inflação ou nas taxas de juros, bem como por flutuações nos produtos alimentares e não alimentares.

As vendas consolidadas no varejo diminuíram 2,4%, ou R\$579.863 mil, 75,0% das receitas das atividades ordinárias sob contratos com clientes foram realizadas na Colômbia, 5,0% na Argentina e 20,1% no Uruguai. Em pesos colombianos, as vendas no varejo aumentam 2,4%, refletindo uma desvalorização de 4,9% do peso colombiano frente ao real com base na taxa de câmbio média. A queda nas vendas no varejo na Argentina ficou em linha com a taxa de inflação do país de 211,4% em dezembro de 2023.

O segmento não alimentar apresentou uma redução na receita líquida em reais de 11,3% durante 2023 (uma redução de 2,1% em pesos colombianos), liderada pela operação colombiana, que diminuiu 9,6%; a Argentina diminuiu 53,4% e a operação no Uruguai aumentou 6,2%. O desempenho do segmento não alimentar na Colômbia foi afetado por fatores macroeconômicos adversos, como taxas de juros mais elevadas e menor rendimento disponível. O segmento não alimentar diminuiu a sua participação no total das vendas a varejo de 27,8% em 2022 para 25,2% em 2023.

O segmento alimentar em reais aumentou 1,0% em 2023 (aumento de 12,7% em pesos colombianos), liderado pela operação uruguaia com aumento de 13,3% (R\$503 mil) seguida pela Colômbia com aumento de 2,5% (R\$299 mil) e Argentina com queda de 39,5% (R\$ 632 mil).

O aumento no volume de vendas consolidadas no varejo decorre do aumento de 4,9% no número de ingressos durante 2023 e da redução de 7,0% em reais no número médio de ingressos no mesmo período (aumento de 5,7% no pesos colombianos). O número de ingressos aumentou 3,9% e 13,2% na Colômbia e na Argentina, respectivamente, impulsionado principalmente pelas vendas no segmento alimentar. Com isso, o ticket médio de vendas diminuiu (em reais) na Colômbia e na Argentina em 5,1% e 49,2% respectivamente, e aumentou 13,2% no Uruguai, (variações de -0,4%, -46, 7% e 18,8%, respectivamente, em pesos colombianos).

Durante 2023, a Companhia inaugurou, reformou e converteu 56 lojas. Dessas lojas, 49 estão localizadas na Colômbia e foram inauguradas ou convertidas em formatos inovadores, como Carulla Fresh Market, Exito WOW e Surtimayorista. Os formatos inovadores representaram participação de 42% nas vendas na Colômbia com aumento de R\$116 mil nas vendas.

O desenvolvimento dos omnicanais contribuiu para o desempenho das vendas e para a introdução de novos produtos. Os canais digitais alcançaram participação total nas vendas de 10,1%, sendo os mais relevantes para a Colômbia, com vendas totais superiores a R\$2.247 mil.

Para informações sobre o impacto das mudanças nos preços, taxas de câmbio, inflação, mudanças nos volumes e introdução de novos produtos e serviços, vide o item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

c) *impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:*

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia são afetados pelas condições macroeconômicas na Colômbia, Uruguai e Argentina, incluindo taxas de inflação, taxas de juros, crescimento do PIB, taxas de emprego, níveis salariais, confiança do consumidor e disponibilidade de crédito.

Ambiente macroeconômico colombiano

No segundo trimestre de 2021, com o avanço da vacinação da população colombiana contra a COVID-19 e o afrouxamento das restrições de mobilidade no país, a economia colombiana apresentou uma melhoria rápida e sólida, apesar do impacto da agitação social e dos protestos, tornando-se uma das economias com melhor desempenho na América Latina em 2021.

O desemprego diminuiu para 10,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação com 11,2% em 31 de dezembro de 2022 e 13,8% em 2021. O PIB cresceu 0,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em comparação com 7,5% em 31 de dezembro de 2022. Os níveis de inflação diminuíram para 9,3% em 2023 em comparação com 13,1% em 2022; no entanto, ainda está acima do objetivo do Banco Central colombiano de 3,0%. Para controlar a tendência inflacionária, o Banco Central colombiano aumentou as taxas de juros em 100 pontos base, para 13,0% em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 12,0% em 31 de dezembro de 2022.

A inflação na Colômbia pode impactar negativamente nossos negócios, pois podemos não conseguir repassar os aumentos de preços aos nossos clientes, o que poderia impactar negativamente nossos resultados financeiros. Além disso, se o Banco Central da Colômbia não for capaz de controlar a inflação por meio de medidas monetárias restritivas, como aumentos nas taxas de juros, os gastos do consumidor poderão disparar, impactando a nossa capacidade de aumentar as receitas, principalmente no nosso negócio de varejo, o que, por sua vez, impactará a nossa margem bruta.

Exercício findo em 31 de dezembro de		
Colômbia (%)	2023	2022
Crescimento do PIB	0,6	7,5
Inflação	9,3	13,1
Variação anual da IPP ¹	(5,8)	21,8
Desemprego	10,2	11,2
DTF fim de ano ¹	12,6	13,4
IBR fim de ano ²	13,0	12,0

Fonte: DANE para crescimento do PIB, inflação, variação anual IPP e desemprego; Banco Central Colombiano para DTF e IBR

Índice de preços ao produtor

¹ Taxa anual de depósito a prazo (Depósito a Término Fijo, ou DTF)

² Taxa Interbancária de Referência Colombiana (*Interés Bancario de Referencia* ou IBR) fim do ano. Esta taxa de referência foi calculada e publicada pela primeira vez em 2008.

Ambiente macroeconômico uruguaio

A tendência de crescimento da economia uruguaia foi afetada durante 2023 por uma diminuição das exportações e uma deterioração da atividade turística no Uruguai. O PIB do Uruguai aumentou para 0,4% em 2023, em comparação com 4,9% em 2022, refletindo uma recuperação da economia. A taxa de desemprego no Uruguai diminuiu de 7,9% em 2022 para 7,8% em 2023. A taxa de inflação no Uruguai diminuiu de 8,3% em 2022 para 5,1% em 2023.

Exercício findo em 31 de dezembro de		
Uruguai (%)	2023	2022
Crescimento do PIB	0,4	4,9
Inflação	5,1	8,3
Variação anual da IPP ¹	(2,3)	(1,9)
Desemprego	7,8	7,9

Fonte: INE (Instituto Nacional de Estadística de Uruguay) para inflação, variação anual IPP e desemprego; Banco Central do Uruguai para Crescimento do. ¹Índice de preços ao produtor.

Ambiente macroeconômico argentino

A economia argentina apresentou a maior inflação das últimas três décadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, atingindo 211,4%, com um aumento de preços marcado pelos preços de alimentos e bebidas não alcoólicas e bens domésticos com um crescimento anual de 251,3% e 231,7%, respectivamente. O país continua enfrentando desafios com altas taxas de inflação que fizeram o PIB cair 1,6%, bem como a queda do peso argentino que se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano em 356,3%.

Exercício findo em 31 de dezembro de		
Argentina (%)	2023	2022
Crescimento do PIB	(1,6)	5,2
Inflação	211,4	94,8
Variação anual da IPP ¹	260,3	98,2
Desemprego	5,7	6,3

Fonte: INDEC (Instituto Nacional de Estadística y censos de la República de Argentina). ¹Índice de preços ao produtor.

Hiperinflação

Colômbia e Uruguai são considerados economias não hiperinflacionárias. A Argentina é considerada uma economia hiperinflacionária e nos últimos três exercícios o índice de preços ao consumidor argentino ultrapassou 100%. A tabela abaixo apresenta a taxa de inflação argentina e o índice interno de preços no atacado dos últimos cinco exercícios:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023		
Exercício findo em 31 de dezembro de	Inflação argentina (%)	Índice interno de preços no atacado argentino (%)
2019	53,8	58,5
2020	36,1	38,4
2021	50,9	51,3
2022	94,8	94,8
2023	211,4	276,4

Variação cambial

O peso colombiano tem historicamente experimentado variações frequentes e substanciais em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. O peso colombiano desvalorizou-se em relação ao dólar norte-americano em 16,0% em 2021 e 20,8% em 2022, e valorizou 20,5% em 2023. A valorização do peso colombiano resultou no último trimestre do ano das expectativas do mercado sobre o FED, reduzindo a taxa de juros dos EUA. Essa valorização do peso colombiano ajudou o país a reduzir as pressões inflacionárias, mas não foi suficiente para manter as taxas de juro baixas. As flutuações do peso colombiano em relação ao dólar dos EUA também afetaram o valor das distribuições e dos dividendos em dólares dos EUA. Nossas vendas em cada um dos países onde operamos também são cotadas em moedas locais. O efeito das flutuações cambiais é mitigado pelo fato de que a maior parte de nossos custos e despesas operacionais é denominada em moeda local e uma parte significativa de nosso endividamento é denominada em pesos colombianos.

O peso uruguaio desvalorizou-se em relação ao dólar americano em 5,4% em 2021 e valorizou-se 10,3% em 2022 e 2,6% em 2023. A eficácia da política monetária no país pode ser uma preocupação, dada a economia fortemente dolarizada.

O peso argentino desvalorizou em relação ao dólar norte-americano em 22,1% em 2021, 72,5% em 2022 e 356,3% em 2023. A desvalorização do peso argentino para 2023 foi promovida pelo governo de Javier Milei, buscando reduzir o gasto público na manutenção do valor em relação ao dólar americano.

Para mais informações sobre os impactos da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e taxa de juros no resultado operacional e financeiro do emissor, vide o item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os auditores independentes emitiram relatório de auditoria sem ressalvas ou ênfases nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

2.4. Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que não foram introduzidos ou vendidos segmentos operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, uma vez que não houve incorporação, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve incorporação, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.5. Medições não contábeis

Medições não contábeis possuem caráter gerencial alinhadas com as práticas de mercado, e, portanto, não representam medidas contábeis de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

a) *informar o valor das medições não contábeis*

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de resultado financeiro, Impostos de renda, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”) e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período, ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos das depreciações e amortizações (“EBITDA”).

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes (“Margem EBITDA”).

O EBITDA Ajustado é calculado com base no EBITDA ajustado pela linha de outras despesas/receitas extraordinárias, prejuízo de operações descontinuadas e participação da renda em associados e empreendimentos em conjunto que são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado em suas análises por entender que, dessa maneira, despesas e receitas excepcionais e outros lançamentos extraordinários que podem comprometer a comparabilidade e análise dos resultados são eliminados.

A Margem EBITDA Ajustada é calculada pelo EBITDA Ajustado pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes (“Margem EBITDA Ajustada”).

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados abaixo.

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
EBITDA	1.652.596	1.892.121
EBITDA Ajustado	1.895.435	2.017.952
Margem EBITDA	6,8%	7,6%
Margem EBITDA Ajustada	7,8%	8,1%

Receita Operacional Recorrente e Margem da Receita Operacional Recorrente

A Receita Operacional Recorrente é o lucro líquido das atividades operacionais ajustado pela linha de outras despesas e receitas operacionais. A Margem da Receita Operacional Recorrente significa a receita operacional recorrente dividida pela receita de atividades ordinárias sob contratos com clientes.

A Receita Operacional Recorrente e a Margem da Receita Operacional Recorrente não são medidas contábeis reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um

indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. Estas medidas não devem ser consideradas isoladamente ou como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez da Companhia. Não possui significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Outras empresas podem calcular a Receita Operacional Recorrente e a Margem da Receita Operacional Recorrente de maneira diferente da Companhia. Estas medidas são utilizadas pela administração da Companhia para monitorar o desempenho do negócio e de suas operações.

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Receita operacional recorrente	1.131.734	1.285.588
Margem da receita operacional recorrente	4,6%	5,1%

Caixa líquido e índice de caixa líquido

O caixa líquido é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, e corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) deduzida de caixa e equivalentes de caixa. O Caixa Líquido não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao Caixa Líquido elaborada por outras empresas. O Caixa Líquido apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerada isoladamente ou como substituto indicador de liquidez ou desempenho. A Companhia utiliza o Caixa Líquido para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital. O Caixa Líquido pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias.

O índice de caixa líquido corresponde ao total do caixa líquido sobre o patrimônio líquido.

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Caixa líquido	(306.516)	(301.631)
Índice de caixa líquido	(3,3)%	(3,3)%

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro líquido para o exercício	356.518	302.546
Despesas tributárias	53.097	395.362
Depreciação e amortização	763.701	732.364
Despesas financeiras líquidas	479.280	461.849
EBITDA	1.652.596	1.892.121
Receita de venda de bens e serviços	24.435.461	25.029.760
Margem EBITDA	6,8%	7,6%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	110.473	83.685
Prejuízo de operações descontinuadas	0	0
Participação da renda em associados e empreendimentos em conjunto que são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	(132.366)	(42.146)
EBITDA Ajustado	1.895.435	2.017.952
Margem EBITDA Ajustada	7,8%	8,1%

Receita Operacional Recorrente e Margem da Receita Operacional Recorrente

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Lucro operacional	1.021.261	1.201.903
Receita/despesa não-recorrente	110.473	83.685
Receita operacional recorrente	1.131.734	1.285.588
Margem da receita operacional recorrente	4,6%	5,1%

Caixa líquido e índice de caixa líquido

(Em R\$ milhares, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
(+) Empréstimos e financiamentos circulantes	1.303.828	993.113
(+) Empréstimos e financiamentos não circulantes	299.945	585.691
(=) Total do passivo financeiro	1.603.773	1.578.804
(-) Caixa e equivalente de caixa	1.910.289	1.880.435
(=) Caixa Líquido	(306.516)	(301.631)

Total do patrimônio líquido	9.400.449	9.148.451
Índice de Caixa líquido	(3,3)%	(3,3)%

- c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações***

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia, motivo pelo qual a administração entende ser medidas práticas para aferir o seu desempenho operacional.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada são suplementares às demonstrações financeiras da Companhia e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), tampouco devem ser considerados isoladamente.

A Companhia acredita que EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada são as medidas para entendimento de sua condição financeira e dos resultados de suas operações, sendo utilizadas internamente como medida para avaliar a produtividade e eficiência, provando ser úteis para avaliar o desempenho econômico e financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada proporcionam aos investidores uma melhor compreensão de sua capacidade de cumprir suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Receita Operacional Recorrente e Margem da Receita Operacional Recorrente

A Receita Operacional Recorrente e a Margem Receita Operacional Recorrente não são medidas contábeis reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Estas medidas são utilizadas pela administração da Companhia para monitorar o desempenho do negócio e de suas operações.

Caixa Líquido e Índice de Caixa Líquido

O caixa líquido e o índice de caixa líquido não são medidas contábeis reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Estas medidas são utilizadas pela administração da Companhia para monitorar, controlar e administrar seu endividamento.

2.6. Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Não houve eventos subsequentes após as últimas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.7. Destinação de resultados

Período	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a legislação colombiana e o estatuto social da Companhia, a renda anual atribuída aos acionistas da entidade controladora deve ser aplicada da seguinte forma: (i) primeiro, uma quantia equivalente a 10% da renda anual atribuída aos acionistas da entidade controladora é reservada para constituir a reserva legal até que essa reserva seja igual a pelo menos 50% do capital social emitido; (ii) segundo, caso tenha havido perdas em anos anteriores, o saldo é utilizado para compensar tais perdas; e (iii) terceiro, os dividendos são distribuídos e pagos conforme determinado pela maioria da Assembleia Geral, caso tenham sido aprovadas as demonstrações financeiras do ano.
(a ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 0% destinados a reserva legal; e (ii) 100% destinados a reserva de lucros.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Código Comercial Colombiano estabelece que a Companhia deve, após o pagamento do imposto de renda, destinação a reservas legais e após compensar perdas de exercícios fiscais anteriores distribuir pelo menos 50% de sua renda anual atribuível aos acionistas da entidade controladora a todos os acionistas, em dinheiro, ou conforme determinado pela Assembleia Geral, mas em qualquer caso no prazo de um ano após a data em que os dividendos foram aprovados. Se o montante total atribuído à reserva legal de uma Companhia exceder o montante de seu capital social emitido, o percentual exigido para ser distribuído aumenta para 70%. A exigência mínima de dividendos em ações ordinárias de 50% ou 70%, conforme o caso, pode ser renunciada por um voto favorável de 78% das ações ordinárias da Companhia representadas na Assembleia Geral.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos é anual.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Exceto conforme previsto no Código Comercial Colombiano, não há restrições na distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada	A Companhia não tem uma política formalmente aprovada para destinação de resultado.

2.8. Itens relevantes não evidenciados

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

- i. *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos;*
- ii. *Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;*
- iii. *Contratos de construção não terminada; e*
- iv. *Contratos de recebimento futuros de financiamentos.*

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10. Plano de Negócios

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Investimentos da Companhia para 2024 totaliza R\$610.467 mil, sendo cerca de 62% na Colômbia, 33% no Uruguai e 5% na Argentina.

O atual plano de investimentos para a Colômbia está focado na modernização de processos de suporte e em um plano piloto para aproximadamente 42 conversões de lojas com foco em marca com baixo capex e três inaugurações de lojas, duas para o Éxito e uma para a Carulla.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Acreditamos que os recursos financeiros existentes e a geração de caixa operacional serão suficientes para nossos gastos de capital e plano de investimento e para atender nossas necessidades de liquidez. Entretanto, nossos gastos de capital e plano de investimento estão sujeitos a uma série de contingências, muitas das quais estão além de nosso controle, incluindo o crescimento contínuo e a estabilidade das economias da Colômbia, Argentina e Uruguai. Não podemos assegurar que completaremos com sucesso todos ou qualquer parte de nossos gastos de capital e nosso plano de investimento. Além disso, podemos participar de aquisições ou alienar ativos que não estejam orçados no plano de investimentos e gastos de capital e podemos modificar os planos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos ou serviços, indicando:

(i) Pesquisas em andamento

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d) oportunidades incluídas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG

O plano de negócios da Companhia incorpora investimentos relacionados a questões ESG em aproximadamente 2% do seu investimento total. Esses investimentos centram-se principalmente na renovação de edifícios existentes para conversão de sistemas de refrigeração em sistemas naturais, na instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energias renováveis, na recolha e no transporte de resíduos não perigosos em fracções segregadas na fonte e na redução de emissões de gases de refrigeração. A Companhia também destinou aproximadamente R\$5.480 mil em despesas com compostagem de biorresíduos, transporte de veículos comerciais leves, serviços de transporte de cargas e melhorias em sistemas de refrigeração.

2.11. Outros fatores que influenciaram significativamente o desempenho operacional

Não existem outros fatores que influenciem de forma relevante o nosso desempenho operacional.

3. Projeções

3.1. Projeções divulgadas e premissas

a) *objeto da projeção*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

b) *período projetado e o prazo de validade da projeção*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c) *premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

d) *valores dos indicadores que são objeto da previsão*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

3.2. Acompanhamento das projeções

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

4. Fatores de Risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os principais fatores de risco considerados relevantes na data deste Formulário de Referência são descritos abaixo, e que a Companhia acredita que podem influenciar a decisão dos investidores de adquirir valores mobiliários de sua emissão. Se esses riscos se materializarem, a situação comercial, financeira e patrimonial e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados. O preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia pode diminuir devido a qualquer um desses riscos, caso em que os potenciais investidores podem perder parte ou todo o seu investimento em valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário emitido pela Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, a menos que expressamente declarado em contrário ou se o contexto assim o indicar, mencionar o fato de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter, ou terá, ou terá um “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema pode ou poderia ter um efeito adverso material sobre as atividades, reputação, condição financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como sobre o preço do mercado de valores mobiliários emitidos pela Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de risco” devem ser entendidos neste contexto. Os fatores de risco descritos nesta seção estão sendo expostos em ordem decrescente de relevância, isto é, do mais relevante para o menos relevante para a Companhia, dentro de cada subitem, determinada pela administração da Companhia, com base nos cenários de risco aos quais a Companhia está exposta e na sua matriz de risco.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de risco” e o item “4.2. Riscos de mercado”, certos fatores de risco que estão em um item também podem se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de risco” e o item “4.2. Riscos de mercado”.

Os termos “nós”, “nosso”, “Éxito” ou “Companhia”, quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, o Éxito Almacenes S.A. e suas sociedades controladas e coligadas, a menos que seja expressamente declarado o contrário.

a) *Riscos relacionados ao emissor*

Nossos sistemas estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, que podem causar um efeito adverso material em nossos negócios e reputação.

A Companhia, como todas as organizações empresariais do mundo digital, está sujeita a uma ampla gama de ameaças cibernéticas, incluindo ataques, com diferentes níveis de sofisticação. Essas ameaças cibernéticas estão relacionadas à confidencialidade, disponibilidade e integridade dos sistemas e dados, incluindo informações confidenciais, classificadas ou pessoais dos clientes da Companhia.

A Companhia, não pode garantir que seus controles técnicos de segurança, mecanismos de aplicação de políticas, sistemas de monitoramento e supervisão de gerenciamento para lidar com essas ameaças serão suficientes para garantir que certos tipos de ataques, incluindo ataques cibernéticos, possam ocorrer.

Além disso, alguns fornecedores e prestadores de serviços da Companhia possuem acesso significativo a dados confidenciais e estratégicos coletados pelos sistemas, incluindo informações confidenciais sobre clientes.

Qualquer acesso não autorizado, liberação ou violação de nossos sistemas e dados ou de nossos clientes, fornecedores ou prestadores de serviços pode afetar nossas operações, particularmente nossas operações de varejo digital, causar perdas de informações e nos fazer incorrer em custos significativos, incluindo o custo de recuperação de informações perdidas, o que poderia ter um efeito material adverso em nossos negócios e reputação.

Os sistemas de informação podem sofrer interrupções devido a fatores alheios ao controle da Companhia, como desastres naturais, hacking, interrupções de energia, falhas em telecomunicações e vírus de computador, entre outros fatores. Qualquer um desses tipos de interrupção pode afetar adversamente as operações, impactando a geração de caixa e a condição financeira.

A falha em proteger o banco de dados, que contém os dados pessoais de clientes e funcionários, e desenvolvimentos nas leis de proteção de dados e privacidade, podem ter um efeito adverso em nos negócios, na condição financeira ou nos resultados operacionais.

A Companhia mantém um banco de dados de informações sobre fornecedores, funcionários e clientes, que inclui, principalmente, mas não se limita a, dados coletados quando os clientes se inscrevem em programas de fidelidade. Se ocorrer uma violação em procedimentos de segurança que afetem a integridade do banco de

dados, incluindo acesso não autorizado a quaisquer informações pessoais de clientes, funcionários ou fornecedores, a Companhia pode estar sujeita a novos processos legais que podem resultar em danos, multas e danos à reputação.

Em caso de descumprimento das leis colombianas, uruguaias e argentinas ou qualquer outra lei aplicável relacionada a dados pessoais, ou no caso de uma violação de dados pessoais, a Companhia pode estar sujeita a processos judiciais, multas (incluindo a suspensão de atividades relacionadas à gestão de dados pessoais) e danos à reputação, que podem afetar material e adversamente a Companhia.

Nossos supermercados tradicionais e lojas de varejo enfrentam uma concorrência crescente das vendas pela Internet, o que pode afetar negativamente as vendas dos canais tradicionais, e nossa estratégia de transformação digital pode não ser uma resposta eficaz a esta concorrência emergente.

Nos últimos anos, as vendas no varejo de alimentos, roupas e eletrodomésticos pela internet aumentaram significativamente na Colômbia e em outros países da América Latina onde temos operações. Esperamos que esta tendência continue à medida que os varejistas mais tradicionais entram no campo do varejo on-line ou expandem sua infraestrutura existente relacionada às vendas pela internet. O crescimento do negócio varejista pela internet de nossos concorrentes provavelmente prejudicaria não apenas nossas operações de varejo, mas também nossas operações de varejo pela internet. Os varejistas pela Internet são capazes de vender diretamente aos consumidores, reduzindo a importância dos canais de distribuição tradicionais, tais como supermercados e lojas de varejo. Certos varejistas de alimentos pela Internet têm custos operacionais significativamente menores do que os hipermercados e supermercados tradicionais porque não dependem de uma rede cara de pontos de venda varejistas ou de uma grande força de trabalho. Como resultado, os varejistas de alimentos pela Internet são capazes de oferecer seus produtos a custos mais baixos do que nós oferecemos e, em certos casos, são capazes de contornar os intermediários do varejo e entregar produtos particularmente frescos e de alta qualidade aos consumidores. Acreditamos que nossos clientes estão usando cada vez mais a internet para fazer compras eletrônicas de alimentos e outros produtos de varejo, e que esta tendência provavelmente continuará.

Além disso, a tecnologia empregada nas vendas a varejo de alimentos e eletrodomésticos evolui constantemente como parte de uma cultura digital moderna. Talvez não sejamos capazes de nos adaptar a essas mudanças com rapidez suficiente para atender às exigências e preferências de nossos clientes, bem como aos padrões da indústria em que operamos.

Se as vendas pela internet em nossos países de operação continuarem a crescer, a

confiança dos consumidores nos canais de distribuição tradicionais, como nossos supermercados e lojas de varejo, poderá diminuir significativamente, o que poderá ter um efeito material adverso em nossa condição financeira e nos resultados das operações.

Nossa capacidade de acessar os mercados de crédito, bem como os mercados de capitais de dívida e de ações, em condições favoráveis para obter financiamento para financiar nossas operações ou refinarnciar nossos vencimentos de dívida, pode ser limitada devido à deterioração desses mercados.

A capacidade de nossas subsidiárias de acessar mercados de capitais internacionais e locais e financiar nossas operações e potencialmente refinarnciar nossos vencimentos de dívida em termos aceitáveis para nós pode ser afetada negativamente devido à volatilidade nas economias global e local, à escalada do conflito militar entre Ucrânia e Rússia, aos potenciais impactos na demanda de novos lockdowns de potenciais pandemias e endemias, a descoberta de corrupção por governos e empresas privadas em mercados emergentes e novas rupturas geopolíticas no mundo, que poderiam envolver países desenvolvidos e, por sua vez, poderiam piorar a percepção de risco em relação aos mercados emergentes, ou a ocorrência de qualquer um dos riscos descritos nesta seção. Essas condições, juntamente com baixas significativas no setor de serviços financeiros e a reprecificação do risco de crédito, podem dificultar a obtenção de financiamento para nossas necessidades de capital em condições favoráveis.

O acesso ao crédito e aos mercados de capitais depende de uma série de fatores, muitos dos quais não podemos controlar, incluindo mudanças em: taxas de juros, os mercados financeiros estruturados e comerciais, taxas de impostos devido a novas ou mudanças na legislação tributária existente, controles e restrições cambiais e de investimento, percepções de mercado sobre os setores em que operamos, que são determinados principalmente pela nossa força financeira e operacional. Como resultado desses fatores, podemos ser forçados a rever o cronograma e o escopo de seus projetos de crescimento, afetando negativamente nossos resultados e sua condição financeira.

Estamos cada vez mais dependentes das vendas com cartão de crédito. Quaisquer mudanças nas políticas dos adquirentes comerciais podem nos afetar negativamente.

Estamos cada vez mais dependentes das vendas com cartão de crédito. Em nosso segmento na Colômbia, as vendas a clientes que utilizam cartões de crédito, incluindo os cartões de crédito Tuya, representaram 32,7%, 33,1% e 32,2% da nossa receita consolidada de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de

dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente. No nosso segmento no Uruguai, os clientes que utilizavam cartões de crédito representavam 31,2%, 30,2% e 29,1% da nossa receita consolidada de contratos com clientes nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. No nosso segmento na Argentina, as vendas com cartão de crédito representaram 35,0%, 38,1% e 40,1% da nossa receita consolidada de contratos com clientes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente. A fim de oferecer vendas com cartão de crédito a nossos clientes, dependemos das políticas dos adquirentes comerciais, incluindo as taxas cobradas pelos adquirentes. Qualquer mudança nas políticas dos adquirentes, incluindo, por exemplo, suas taxas de desconto comercial, pode nos afetar negativamente.

Nossos procedimentos de gerenciamento de riscos de mercado podem não ser capazes de reduzir nossa exposição a tais riscos, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a riscos de mercado, que incluem riscos de crédito, taxa de juros, taxa de câmbio, liquidez e variação do preço das ações. Até a data deste relatório anual, não possuímos uma política formal de gestão de riscos de mercado. Além disso, utilizamos instrumentos de proteção patrimonial que visam apenas mitigar o risco cambial, sem parâmetros formais e objetivos de gerenciamento de riscos.

A ausência de uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado e de parâmetros objetivos de gerenciamento de riscos pode aumentar nossa exposição a tais riscos e reduzir a efetividade das ações de mitigação adotadas. Se não formos capazes de desenvolver, implementar, monitorar e, quando necessário, atualizar nossos procedimentos de gerenciamento de risco de mercado para lidar com os riscos atuais ou em desenvolvimento, talvez não possamos prevenir ou reduzir nossa exposição, o que pode resultar em perdas imprevistas e ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia poderá emitir novos valores mobiliários para honrar quaisquer opções a serem outorgadas no âmbito de um programa de opção de compra de ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em nosso capital social.

A Companhia poderá aprovar futuramente um plano de opção de compra de ações, no qual serão outorgadas opções aos nossos conselheiros. Os beneficiários de tais opções podem decidir exercer seus direitos, o que pode diluir a participação de nossos investidores em nosso capital social, uma vez que essas opções seriam calculadas sem levar em conta as expectativas de nosso valor de mercado.

Nossa distribuição de produtos depende de um número limitado de centros

de distribuição e dependemos dos sistemas de transporte e infraestrutura nas geografias onde operamos para entregar nossos produtos, e qualquer interrupção em um de nossos centros de distribuição ou atraso relacionado ao transporte e infraestrutura pode afetar adversamente nossas necessidades de fornecimento e nossa capacidade de distribuir produtos para nossas lojas e clientes.

Na Colômbia, nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, aproximadamente 72% e 71%, respectivamente, de nossos produtos foram distribuídos por meio de nossos centros de distribuição, armazéns e plataformas logísticas. Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos 10 centros de distribuição e armazéns e 3 plataformas logísticas na Colômbia. Na Argentina, nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, aproximadamente 50% e 59%, respectivamente, de nossos produtos foram distribuídos através de nosso centro de distribuição localizado na região central do país. No Uruguai, nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, aproximadamente 41% e 34%, respectivamente, de nossos produtos foram distribuídos por nossos centros de distribuição e armazéns. Em 31 de dezembro de 2023, tínhamos seis centros de distribuição e armazéns no Uruguai. O sistema de transporte e a infraestrutura na Colômbia, Argentina e Uruguai são subdesenvolvidos e precisam de investimentos significativos para trabalhar de forma eficiente e atender às nossas necessidades de negócios.

Qualquer interrupção ou redução significativa no uso ou operação da infraestrutura de transporte nas cidades onde nossos centros de distribuição estão localizados ou em operação em um de nossos centros de distribuição, como resultado de desastres naturais, incêndio, acidentes, falhas sistêmicas, greves ou outras causas inesperadas, pode atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir produtos para nossas lojas e pode diminuir nossas vendas, que pode ter um efeito material adverso sobre nós.

Nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas, o que pode exigir a abertura de novos centros de distribuição ou a expansão dos já existentes para suprir e atender a demanda de lojas adicionais. Nossas operações podem ser afetadas negativamente se não formos capazes de abrir novos centros de distribuição ou expandir nossos centros de distribuição existentes, a fim de atender às necessidades de abastecimento dessas novas lojas.

Nosso negócio depende de marcas fortes. Podemos não ser capazes de manter e aprimorar nossas marcas, ou podemos receber reclamações desfavoráveis dos clientes ou publicidade negativa, o que poderia afetar negativamente nossas marcas.

Acreditamos que nossas marcas Éxito, Carulla, Surtimax, Super Inter, Surtimayorista, Devoto, Disco, Geant e Libertad contribuem significativamente para o sucesso de nossos negócios. Também acreditamos que a manutenção e o aprimoramento dessas marcas são fundamentais para expandir nossa base de clientes, o que depende em grande parte de nossa capacidade de continuar a criar a melhor experiência de cliente, com base em nossos preços competitivos e em nossa grande variedade de produtos.

Reclamações de clientes ou publicidade negativa sobre nossas ofertas de produtos ou serviços podem prejudicar nossa reputação e diminuir a confiança dos consumidores em nós. Uma redução na força de nossas marcas e reputação poderia afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

Nossas vendas dependem da eficácia de nossas campanhas de publicidade e marketing, o que pode afetar adversamente nossas receitas e lucratividade.

Para promover o aumento do tráfego de clientes e atraí-los para nossas lojas, dedicamos recursos substanciais às nossas campanhas de publicidade e marketing. Nossas receitas e lucratividade dependem de nossa capacidade de, entre outras coisas, identificar nossos consumidores-alvo e decidir sobre a mensagem de marketing e o método de comunicação para alcançá-los de forma mais eficaz. Se não concebermos, planejarmos ou executarmos nossas atividades de publicidade e marketing para aumentar com sucesso e eficiência as receitas e a participação de mercado, nossa lucratividade e posição financeira podem ser afetadas negativamente.

Podemos não ser capazes de renovar ou manter os contratos de locação de nossas lojas em termos aceitáveis, ou de forma alguma, e podemos não ser capazes de obter ou renovar as licenças operacionais de nossas lojas ou centros de distribuição em tempo hábil.

A maioria das nossas lojas são alugadas. A localização estratégica de nossas lojas é fundamental para o desenvolvimento de nossa estratégia de negócios e, como resultado, podemos ser afetados negativamente se um número significativo de nossos contratos de locação for rescindido e não renovarmos esses contratos de locação em termos aceitáveis, ou de forma alguma. Além disso, de acordo com as leis aplicáveis, os proprietários podem aumentar o aluguel periodicamente, geralmente todos os anos. Um aumento significativo no aluguel de nossos imóveis locados pode afetar adversamente nossa posição financeira e resultados operacionais.

Nossas lojas e centros de distribuição também estão sujeitos a determinadas licenças de operação. Nossa impossibilidade de obter ou renovar essas licenças de operação pode resultar na aplicação de multas e, conforme o caso, no fechamento de lojas ou centros de distribuição. Dado que operações eficientes e ininterruptas em nossas lojas e centros de distribuição são um fator crítico para o sucesso de nossa estratégia de negócios, podemos ser afetados negativamente no caso de seu fechamento como resultado de nossa incapacidade de obter ou renovar as licenças operacionais necessárias. Além disso, as propriedades imobiliárias atualmente empregadas por nós e nossas lojas e centros de distribuição para nossa operação estão sujeitas aos regulamentos de zoneamento para propriedades localizadas na Colômbia. Essas normas incluem a lei de zoneamento e planejamento emitida pelo município e a licença de zoneamento, que deve atender aos requisitos da lei de zoneamento e planejamento. Qualquer falha por parte de nós em cumprir os requisitos de zoneamento (lei de zoneamento e permissões) em relação às instalações operadas pode implicar em multas monetárias ou o desligamento das instalações e, consequentemente, um efeito adverso sobre a condição financeira e os resultados das operações.

Podemos não conseguir atrair ou reter pessoal-chave na condução dos negócios.

Para apoiar e desenvolver nossas operações, devemos atrair e reter pessoal com habilidades e conhecimentos específicos. Enfrentamos vários desafios inerentes à administração de muitos funcionários em uma ampla área geográfica. Pessoas-chave podem nos deixar por diversos motivos e o impacto dessas saídas é difícil de prever, o que pode dificultar a implementação de nossos planos estratégicos e afetar adversamente nossos resultados e operações.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Somos e podemos ser parte em processos judiciais e administrativos relacionados a responsabilidade civil, regulatória, tributária, civil (extracontratual) causada por uma conduta criminosa e questões trabalhistas, que não podemos assegurar que serão decididas a nosso favor. Nossa administração faz provisões para processos de acordo com a consulta com consultores jurídicos externos. Essas provisões podem não ser suficientes para cobrir o custo total decorrente de decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos. Se todos ou um número significativo desses processos judiciais e administrativos tiverem um resultado desfavorável para nós, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser afetados material e adversamente. Além das provisões financeiras e do custo dos honorários advocatícios associados aos processos, podemos ser obrigados a fornecer garantias em juízo em conexão com os processos, o que pode afetar adversamente nossa

condição financeira. Ver “Item 4. Informações sobre a Companhia—B. Visão Geral dos Negócios – Processos Judiciais” e nota 22 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas em outra parte deste relatório anual, para uma descrição de nossas contingências relevantes de litígio.

Podemos não ser capazes de proteger nossos direitos de propriedade intelectual.

Nosso sucesso futuro depende significativamente de nossa capacidade de proteger nossas marcas atuais e futuras e de defender nossos direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, direitos autorais, nomes de domínio, segredos comerciais e know-how. Recebemos inúmeros registros de marcas que cobrem nossas marcas e produtos e depositamos, e esperamos continuar a depositar, pedidos de marcas buscando proteger marcas e produtos recentemente desenvolvidos. Não podemos assegurar que os registros de marcas serão emitidos com relação a qualquer um de nossos pedidos. Há também o risco de que possamos inadvertidamente não renovar uma marca em tempo hábil ou que nossos concorrentes desafiem, invalidem ou contornem quaisquer marcas existentes ou futuras emitidas ou licenciadas por nós. Não podemos ter certeza de que as medidas que tomamos para proteger nossa carteira de direitos de propriedade intelectual (incluindo registro de marcas e nomes de domínio) tais como sigilo e outras disposições contratuais, e medidas técnicas para proteger muitos de nossos produtos, serviços e ativos intangíveis serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de nossos direitos de propriedade. Qualquer falha em nossa capacidade de proteger nossos direitos de propriedade contra violação ou apropriação indevida pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações, fluxos de caixa ou condição financeira e, em particular, em nossa capacidade de desenvolver nossos negócios.

Nossos direitos de propriedade podem ser invalidados, contornados ou contestados. Poderemos ter de tomar medidas legais para fazer valer os nossos direitos de propriedade intelectual, para proteger os nossos segredos comerciais ou para determinar a validade ou o âmbito dos nossos direitos de propriedade de terceiros. Os processos judiciais são inerentemente incertos e os resultados de tais processos podem ser desfavoráveis para nós. Qualquer ação legal, independentemente do resultado, pode resultar em custos substanciais e no desvio de recursos e da atenção da gestão.

b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Entendemos que não há riscos relacionados a nossos acionistas além daqueles mencionados no item acima.

c) *Riscos relacionados à suas controladas e coligadas*

Os riscos relacionados à Companhia são os mesmos que os relacionados às suas subsidiárias e suas afiliadas.

d) *Riscos relacionados aos seus administradores*

A Companhia pode não ser capaz de recrutar ou manter pessoas chave. Para suportar e desenvolver suas operações, a Companhia deve atrair e manter colaboradores com competências e conhecimentos específicos.

Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, poderá não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. O sucesso também depende da habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia da informação, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa, e a Companhia poderá não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, conseqüentemente, os resultados operacional e financeiro da Companhia poderão ser adversamente afetados.

e) *Riscos relacionados aos seus fornecedores*

Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

Não podemos garantir que nossos prestadores de serviços ou fornecedores não se envolvam em práticas irregulares.

Dada a descentralização e a terceirização das operações dos nossos prestadores de serviços e das cadeias produtivas dos nossos fornecedores, não podemos garantir que eles não terão problemas quanto às condições de trabalho, sustentabilidade, terceirização da cadeia de fornecimento ou produção e condições inadequadas de segurança, ou que não se engajarão nessas práticas irregulares para reduzir custos de serviços ou produtos. Caso um número significativo de nossos prestadores de serviços ou fornecedores se envolva nessas práticas, nossa reputação poderá ser prejudicada e, conseqüentemente, a percepção de nossos clientes sobre nossos produtos poderá ser afetada negativamente, causando uma redução nas vendas e nos resultados operacionais, bem como no preço de negociação das ações ordinárias, ADSs e BDRs do Éxito.

Algumas categorias de produtos que vendemos são principalmente adquiridos de alguns poucos fornecedores e a concentração excessiva poderia afetar a disponibilidade desses produtos.

Algumas categorias de produtos que vendemos são adquiridas principalmente de alguns fornecedores. Se algum fornecedor não for capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência com que normalmente os adquirimos, e não conseguirmos substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de todo, poderemos não conseguir manter o nosso nível habitual de vendas na categoria de produto em questão, o que pode ter um efeito material adverso sobre nossos negócios e operações e, conseqüentemente, nossos resultados das operações.

f) Riscos relacionados aos seus clientes

Podemos ser responsabilizados por incidentes de consumo envolvendo reações adversas após o consumo de produtos vendidos por nós.

Os produtos vendidos em nossas lojas podem fazer com que os consumidores sofram reações adversas. Incidentes envolvendo esses produtos podem ter um efeito adverso material em nossas operações, condição financeira, resultados de operações e reputação. Processos legais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser iniciados contra nós, com alegações, entre outras, de que nossos produtos eram defeituosos, danificados, adulterados, contaminados, não contêm as propriedades anunciadas ou não contêm informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou interações com outras substâncias químicas. Qualquer risco real ou possível à saúde associado a esses produtos, incluindo publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar a uma perda de confiança entre nossos clientes quanto à segurança, eficácia e qualidade dos produtos vendidos em nossas lojas, especialmente nossos produtos de marca própria. Qualquer alegação desta natureza feita contra nossas marcas ou produtos vendidos em nossas lojas pode ter um efeito adverso material em nossas operações, condição financeira, resultados de operações e reputação.

g) Riscos relacionados a setores da economia nos quais o emissor opera

Segundo a lei brasileira, somos uma Companhia estrangeira, sujeita à legislação estrangeira, e a legislação societária brasileira não se aplica a nós.

A Companhia é uma sociedade estrangeira existente sob as leis da Colômbia e, conseqüentemente, suas atividades são regidas pelas leis da Colômbia. A Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (ou a Lei das Sociedades Anônimas) não se aplica à Companhia. Assim, aumentos de capital, direitos e

obrigações dos acionistas, incluindo direitos de voto, direito de se retirar da Companhia, direitos de preferência, distribuição de dividendos, participação em Assembleias gerais, eleição de membros da administração, conflitos de interesse, entre outros, são regidos pelas leis e regulamentos da Colômbia, que diferem da legislação societária brasileira.

Os detentores de BDRs poderão enfrentar mais dificuldades para proteger seus interesses do que um acionista de uma companhia brasileira.

Os negócios da Companhia são regidos por seu Estatuto Social, bem como por outras leis e regulamentos aplicáveis, incluindo certas leis de títulos da Colômbia e regulamentos da Bolsa de Valores da Colômbia (ou BVC), onde as ações da Companhia estão atualmente listadas para negociação. Os direitos dos acionistas da Companhia e as responsabilidades de seus diretores e executivos sob as leis da Colômbia são diferentes daqueles aplicáveis a uma Companhia constituída no Brasil. O estatuto da Companhia prevê disposições diferentes daquelas da legislação brasileira. Os regulamentos colombianos que regem os valores mobiliários das Companhias colombianas podem não ser tão abrangentes quanto os vigentes no Brasil, e as leis e regulamentos colombianos com respeito à governança corporativa e questões de relatórios podem não ser tão protetores dos acionistas minoritários quanto a legislação societária brasileira. Por esta razão, os titulares dos BDRs podem achar mais difícil proteger seus interesses com relação às ações tomadas pelos diretores e administradores da Companhia e seus principais acionistas do que teriam como acionistas de uma companhia brasileira.

A Companhia está sediada na Colômbia, o que pode dificultar que se execute sentenças contra a Companhia, seus diretores e executivos no Brasil.

A Companhia está sediada na Colômbia e a maior parte de seus ativos está localizada fora do Brasil. Além disso, a maioria de seus diretores e diretores executivos reside fora do Brasil. Como resultado, pode ser difícil efetuar a entrega de notificações judiciais dentro do Brasil a essas pessoas ou executar sentenças fora do Brasil obtidas contra a Companhia ou essas pessoas nos tribunais brasileiros, incluindo sentenças em ações baseadas em violações de leis e regulamentos de valores mobiliários. Pode ser mais complicado ou difícil para um investidor brasileiro mover uma ação em um tribunal fora do Brasil contra a Companhia ou contra essas pessoas com base em violações das leis e regulamentos de valores mobiliários brasileiros do que seria se a Companhia fosse brasileira.

A Companhia é regida por seu Estatuto Social, pela legislação colombiana e pelas regulamentações da Bolsa de Valores da Colômbia (ou BVC), onde as ações da Companhia estão atualmente listadas para negociação. Os direitos dos acionistas de tomar medidas legais contra os diretores da Companhia, as ações dos acionistas

minoritários e as responsabilidades fiduciárias dos diretores da Companhia sob as leis da Colômbia são amplamente regidos pelo Código Comercial Colombiano de 1971. Como resultado, os titulares dos BDRs da Companhia podem achar mais difícil proteger seus interesses tomando medidas contra a Companhia, a administração da Companhia ou os principais acionistas do que teriam como acionistas de uma companhia brasileira constituída no Brasil e cujos administradores, diretores e/ou principais acionistas também estão localizados no Brasil.

As exigências associadas por ser um emissor estrangeiro de BDRs no Brasil exigirão recursos significativos da nossa parte e atenção de nossa administração.

Como emissor estrangeiro, estamos sujeitos a certas regras sob as leis e regulamentos aplicáveis às companhias abertas no Brasil, incluindo regras e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pela Bolsa de Valores (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"). Estas regras e regulamentos podem aumentar nossos custos legais, contábeis e de conformidade financeira e podem tornar certas atividades mais demoradas e caras. Por exemplo, como emissor estrangeiro de BDRs no Brasil, somos obrigados a nomear um representante legal no Brasil, preparar e divulgar anualmente certos formulários, como este Formulário de Referência, bem como divulgar uma versão em português de todas as informações materiais divulgadas por nós na Colômbia, incluindo demonstrações contábeis, fatos relevantes e outros arquivamentos. Quaisquer novas regras e regulamentos relacionados à divulgação, relatórios, controles financeiros e governança corporativa adotados pela CVM, B3 ou outros órgãos reguladores ou autorreguladores podem resultar em um aumento significativo de nossos custos, o que poderia afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados de nossas operações. As obrigações existentes e quaisquer novas obrigações também exigirão atenção substancial de nossa administração e podem desviar a atenção da administração de nossos negócios. Tais aumentos de custos e desvio da atenção da administração podem afetar materialmente e adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e os resultados de nossas operações.

Os detentores de BDRs poderão não receber dividendos. Além disso, a distribuição de dividendos disponíveis aos detentores de BDRs poderá estar sujeita a restrições cambiais.

De acordo com a lei colombiana, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, salvo decisão em contrário por um número de acionistas representando pelo menos 78% do capital social votante, pelo menos 50% do lucro líquido após o pagamento das devidas retenções. O percentual mínimo de distribuição poderá ser elevado para 70% se o valor das reservas legais exceder o valor do capital social. Este lucro ajustado pode ser usado para absorver perdas ou ser apropriado conforme permitido pela Lei

das Sociedades por Ações Colombiana e pode não ser pago como dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos a seus acionistas em qualquer exercício fiscal se o conselho de administração determinar que tais distribuições seriam desaconselháveis em vista de sua situação financeira, e os acionistas aprovarem a retenção de todos os lucros com o voto favorável de acionistas representando pelo menos 78% do capital social votante.

Além disso, os mercados de câmbio da Colômbia são extremamente regulamentados. A lei colombiana permite que o Banco Central da Colômbia imponha controles cambiais para regular a remessa de dividendos e/ou investimentos estrangeiros se as reservas em moeda estrangeira do Banco Central da Colômbia caírem abaixo de um nível igual ao valor de três meses de importações de bens e serviços para a Colômbia. Uma intervenção que impeça a Companhia, o Depositário dos BDRs e o Custodiante dos BDRs de remeter ou converter Pesos para dólares prejudicaria a possibilidade de converter pagamentos em dólares norte-americanos para fins de pagamento de dividendos aos detentores de BDRs.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atua

Estamos sujeitos a vários regulamentos, incluindo leis antitruste e de concorrência, regulamentos aplicáveis à condução de nossas operações e controles de exportação e importação, e nosso descumprimento desses regulamentos pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Estamos sujeitos a diversas regulamentações e o descumprimento dessas regulamentações poderá ter um efeito adverso relevante sobre nós. Por exemplo, a nossa capacidade de concluir fusões, aquisições e/ou desenvolver o nosso negócio pode ser limitada pelas leis antitruste e de concorrência aplicáveis e qualquer incumprimento pode afetar negativamente a nossa reputação e posição financeira. Estas leis incluem uma proibição geral contra todos os tipos de práticas, procedimentos ou sistemas que tendem a limitar a livre concorrência ou a manter ou determinar preços desiguais. Qualquer descumprimento dessas leis poderá resultar na imposição de multas e sanções materiais. Também estamos sujeitos a regulamentações com relação à fabricação, importação, distribuição e comercialização de nossos produtos e qualquer alteração nas regulamentações poderá nos afetar adversamente. As atividades descritas acima estão sujeitas à vigilância de autoridades competentes com autoridade suficiente para impor advertências, multas, sanções, incluindo encerramento temporário ou permanente de operações, em caso de violações, o que poderia ter um efeito adverso relevante sobre nós. Além disso, estamos sujeitos a controles governamentais de exportação e importação que podem prejudicar nossa capacidade de competir nos mercados internacionais e nos sujeitar a responsabilidades caso não cumpramos as leis aplicáveis. Poderemos estar sujeitos a possíveis perdas de privilégios de exportação

ou importação, multas e sanções materiais, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nós. Além disso, nossos negócios podem estar sujeitos a leis e regulamentos de controle de comércio exterior e dos EUA, incluindo programas de sanções econômicas, como aqueles administrados pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA. As violações das leis de controle comercial e dos regulamentos de sanções são puníveis com sanções criminais ou civis severas, que podem ter um efeito material adverso em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

Enfrentamos concorrência significativa e pressão para nos adaptarmos às mudanças nos hábitos e preferências dos consumidores, o que pode afetar adversamente nossa participação de mercado e nossa renda líquida.

Atuamos principalmente na indústria de varejo de alimentos na Colômbia, Uruguai e Argentina, incluindo o segmento de eletrodomésticos, que são altamente competitivos. Competimos com outros varejistas com base no preço, mix de produtos, localização e layout da loja e serviços. Os hábitos de consumo estão em constante mudança e talvez não sejamos capazes de antecipar e responder rapidamente a essas mudanças. Enfrentamos intensa concorrência de outros formatos de lojas e subsegmentos dentro da indústria varejista de alimentos, especialmente o setor de cash e carry e hard-discount, que nos últimos anos tem imposto uma pressão competitiva significativa em nossas lojas de hipermercados. Também enfrentamos a concorrência de pequenos varejistas e varejistas regionais, principalmente no segmento de varejo, e especialmente daqueles que operam no segmento informal das economias colombianas. Aquisições ou consolidações dentro do setor também podem aumentar a concorrência e afetar adversamente nossa participação de mercado e nosso lucro líquido.

Se não conseguirmos competir com sucesso em nossos mercados-alvo (incluindo a adaptação de nosso mix ou layout de formato de loja, identificando locais e abrindo lojas em áreas preferenciais, e ajustando rapidamente nosso mix de produtos ou preços sob cada um de nossas marcas e segmentos) ou de outra forma nos ajustarmos às mudanças de hábitos e preferências dos consumidores, como a compra de dispositivos móveis, poderemos perder participação de mercado, o que afetaria adversamente nossa condição financeira e os resultados das operações.

A indústria de varejo de alimentos nos mercados onde operamos é sensível às diminuições do poder de compra do consumidor e aos ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, a indústria de varejo de alimentos nos mercados onde operamos, incluindo Colômbia, Uruguai e Argentina, passou por períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos dos consumidores. O sucesso das operações nos setores de varejo de alimentos e eletrodomésticos depende de vários fatores relacionados aos gastos e à renda do consumidor, incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, emprego e níveis salariais. Reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas adotadas por nós e Companhias de cartão de crédito podem afetar negativamente nossas vendas, especialmente para eletrodomésticos. Condições econômicas desfavoráveis na Colômbia ou em outros países latino-americanos onde operamos, ou condições econômicas desfavoráveis no mundo inteiro refletidas na economia colombiana e nos outros países onde operamos, podem reduzir significativamente os gastos dos consumidores e a renda disponível, particularmente para classes de renda mais baixas, que têm menos acesso ao crédito do que classes de renda mais altas, condições mais limitadas de refinanciamento da dívida e maior suscetibilidade a ser afetada por aumentos na taxa de desemprego. Estas condições podem ter um efeito adverso material em nossa condição financeira e nos resultados de nossa operação.

De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estatística ("DANE") da Colômbia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o PIB colombiano aumentou 0,6% quando comparado ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2022, enquanto o PIB aumentou 7,5% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2021. A indústria colombiana de varejo e atacado como um todo diminuiu 4,0% e 21,1% durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Nossos resultados de operações e condição financeira foram, e continuarão sendo afetados pelo fraco PIB dos países onde operamos. Os desenvolvimentos na economia dos países latino-americanos onde operamos, principalmente a Colômbia, podem afetar as taxas de crescimento desses países e, conseqüentemente, o uso de nossos produtos e serviços, o que pode afetar negativamente o preço comercial de nossos BDRs e ações ordinárias.

Como a indústria varejista é geralmente percebida como essencialmente orientada para o crescimento, dependemos da taxa de crescimento da população urbana da Colômbia e dos diferentes níveis de renda. Qualquer diminuição ou desaceleração dessas métricas na Colômbia, Uruguai e Argentina pode afetar adversamente nossas vendas e nossos resultados operacionais.

j) Riscos relacionados às questões sociais

Poderíamos ser materialmente afetados negativamente por violações da Lei de Práticas Corruptas Estrangeiras dos EUA, a Lei Colombiana No. 2195 de 2022 e leis anticorrupção similares.

Estamos sujeitos a uma série de leis anticorrupção, incluindo, sem limitação, a Lei de Práticas de Corrupção no Exterior dos EUA (a "FCPA") e a Lei Colombiana nº 2.195 de 2022.

A FCPA e leis anticorrupção semelhantes em outras jurisdições geralmente proíbem as empresas e seus intermediários de fazer pagamentos indevidos a funcionários do governo ou outras pessoas com a finalidade de obter ou manter negócios. Nos últimos anos, assistimos a um aumento substancial na atividade de aplicação da lei anticorrupção, com investigações e processos de execução mais frequentes e agressivos por parte do Departamento de Justiça dos EUA e da SEC, aumento da atividade de aplicação da lei por parte de reguladores fora dos EUA e aumentos nos processos criminais e civis movidos contra empresas e pessoas físicas.

Na Colômbia, a Lei nº 1778 de 2016, conforme alterada pela Lei nº 2195 de 2022, criou um caso de responsabilidade para as Companhias se qualquer um de seus acionistas controladores, funcionários, contratadas, administradores ou de qualquer uma de suas subsidiárias, realize crimes de suborno estrangeiro. As sanções incluem multas (até 200.000x o salário-mínimo mensal atual), entre outras sanções administrativas, responsabilidade civil (extracontratual) causada por conduta criminosa e proibição de contratar com o Governo colombiano. Da mesma forma, a legislação colombiana contempla

entre seus critérios para limitar a responsabilidade corporativa a existência, execução e eficácia de programas de transparência e ética Empresarial ou mecanismos anticorrupção dentro da Companhia.

O não cumprimento das leis anticorrupção em qualquer um dos países onde temos operações ou aos quais estamos sujeitos ou quaisquer investigações de má conduta, ou ações de execução podem nos sujeitar a multas, perda de licenças operacionais, proibição de celebrar contratos e danos à reputação, bem como outras penalidades, incluindo prisões individuais, que podem nos afetar material e adversamente, nossa reputação e o preço comercial das ações ordinárias, ADSs e BDRs do Éxito.

k) Riscos relacionados às questões ambientais

Estamos sujeitos às leis e regulamentos ambientais e qualquer não conformidade pode afetar adversamente nossa reputação e nossa posição financeira.

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais, ambientais, de saúde e de segurança municipais em cada uma das jurisdições em que operamos. Estas leis e regulamentos regem, entre outras coisas, as emissões atmosféricas, as descargas de águas residuais, a utilização, manuseamento e eliminação de substâncias e resíduos perigosos, a contaminação do solo e das águas subterrâneas, o ruído, a publicidade exterior, as obrigações pós-consumo de resíduos como gerador, o armazenamento de produtos perigosos bens e saúde e segurança e, em geral, relacionados com a preservação e proteção do meio ambiente, especialmente em relação aos nossos postos de gasolina e lojas. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentos estabelecem exigências e normas de licenciamento ambiental para a liberação de efluentes, emissões gasosas, gerenciamento de resíduos sólidos e áreas protegidas. Nós incorremos em despesas para a prevenção, controle, redução ou eliminação de liberações no ar, solo e água em nossos postos de gasolina e lojas, bem como no descarte e manuseio de resíduos em nossas lojas e centros de distribuição. Qualquer falha no cumprimento dessas leis e regulamentos pode nos submeter a sanções administrativas e criminais (incluindo a suspensão de atividades pelas autoridades governamentais ambientais), além da obrigação de remediar ou indenizar outros pelos danos causados. Não podemos garantir que essas leis e regulamentos não se tornem mais rígidos. Se o fizerem, poderemos ser obrigados a aumentar, talvez significativamente, nossos gastos de capital e custos para cumprir estas leis e regulamentos ambientais. Investimentos ambientais imprevistos podem reduzir os fundos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar de forma material e adversa.

1) Riscos relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Como parte do processo de identificação e mensuração dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas, a Companhia determinou o impacto e o escopo de suas ações no curto, médio e longo prazo.

Seguindo as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD), a Companhia identificou e classificou os riscos e oportunidades de mudanças climáticas nos quais há potencial para gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas da Companhia. Como resultado, a Companhia realizou classificação de probabilidade de risco e impacto nos resultados das operações da Companhia.

Tipo de risco	Impulsionador de risco	Descrição do Risco
Transição Política e jurídica	- Regulamentos e padrões emergentes	Restrição ou proibição de insumos, como

			refrigerantes, combustíveis, etc.		
Físico - Agudo			Aumento da gravidade de eventos climáticos extremos		Interrupção de continuidade
Físico - Crônico			Mudança nos padrões de precipitação empresarial e variabilidade climática extrema		BI e realocação de cadeias de suprimentos
Probabilidade			Impacto		
Linha de Base	IDEAM	2DS	Linha de Base	IDEAM	2DS
Quase certo	Provável	Provável	Moderado	Principal	Principal
Quase certo	Provável	Quase certo	Moderado	Principal	Moderado
Quase certo	Quase certo	Quase certo	Catastrófico	Catastrófico	Catastrófico

Em consequência disso, os principais riscos climáticos da Companhia estão associados à proibição ou restrição de gases refrigerantes ou combustíveis, à realocação de nossa cadeia de fornecimento primária e à interrupção de nossas operações.

m) Riscos Macroeconômicos

Nossa operação está exposta à alta volatilidade nas principais variáveis do ambiente macroeconômico, como inflação, desvalorização, taxas de juros e/ou preços de commodities, que afetam significativamente os objetivos financeiros, a atividade comercial ou o desenvolvimento de sua estratégia do Grupo.

Como organização, estamos expostos a diferentes fatores de risco:

- A inflação pode impactar tanto os custos de aquisição dos produtos quanto o poder de compra dos consumidores. Se a inflação subir mais rápido do que a renda dos consumidores, eles podem reduzir seus gastos com bens não essenciais, afetando as vendas.*

- *Aumento das taxas de juros que pode ter efeito no custo da dívida da empresa.*
- *Mudanças na atividade econômica, como recessões ou desacelerações, podem afetar a demanda por produtos. A atual desaceleração econômica está fazendo com que os consumidores sejam mais cautelosos com seus gastos, optando por produtos mais baratos ou adiando compras não essenciais, o que pode reduzir o faturamento de uma empresa.*
- *As decisões governamentais relativas às políticas fiscal e monetária podem ter um impacto significativo na economia em geral e, portanto, no desempenho da empresa. Mudanças nas taxas de juros, políticas de gastos públicos ou reformas tributárias podem afetar a lucratividade e a capacidade de crescimento da empresa.*
- *Flutuações nas taxas de câmbio que podem afetar os custos de importação.*
- *A percepção do risco-país pode afetar a atratividade das ações da Companhia para investidores internacionais.*

As condições políticas e econômicas dos países em que operamos e onde nossas ações são negociadas podem nos afetar negativamente.

Somos vulneráveis às crises econômicas internacionais e ao declínio da renda per capita nos países em que operamos. Uma diminuição no consumo nesses mercados pode afetar negativamente nossas vendas.

Enfrentamos riscos relacionados aos mercados internacionais em que operamos, incluindo principalmente:

- interferência dos governos locais nas políticas econômicas;
- taxas de câmbio instáveis e desvalorização das moedas locais;
- deterioração das condições econômicas;
- inflação e taxas de juros;
- ambiente altamente regulamentado;
- aumentos salariais e controles de preços;
- controles cambiais estrangeiros e restrições às remessas ao exterior, incluindo remessa de dividendos;

- política fiscal e regime tributário;
- política de comércio exterior, incluindo impostos e tarifas;
- liquidez nos mercados financeiros, de capitais e de crédito; e
- outros riscos políticos, sociais e econômicos que afetam os mercados em que operamos.

A ocorrência de qualquer um desses fatores, bem como qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais nos mercados em que operamos ou pretendemos operar, pode nos impedir de cumprir nossas metas estratégicas nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, e pode nos afetar negativamente.

As condições econômicas e políticas na Colômbia podem afetar adversamente nossos negócios, os resultados das operações e o preço comercial dos BDRs e de nossas ações ordinárias.

As condições econômicas e políticas na Colômbia podem afetar adversamente nossos negócios, os resultados das operações e o preço comercial dos BDRs e de nossas ações ordinárias, já que nossas operações na Colômbia representaram 75,0% e 74,1% de nossa receita consolidada de atividades ordinárias segundo contratos com clientes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Crescimento econômico ou contrações, inflação, mudanças na lei, regulamentação, política ou futuras decisões judiciais e interpretações de políticas envolvendo controles cambiais e outros assuntos como (mas não limitado a) depreciação da moeda, inflação, taxas de juros, tributação, leis e regulamentações bancárias e outros desenvolvimentos políticos ou econômicos na Colômbia ou que afetem o ambiente geral de negócios e podem, por sua vez, nos afetar adversamente.

O Presidente Gustavo Petro, que tomou posse em agosto de 2022, herdou altos níveis de gastos do governo, e as medidas para cumprir as metas fiscais podem levar a protestos em todo o país, paralisando durante dias as atividades nas principais cidades da Colômbia. Além disso, embora ao longo da história recente governos eleitos (e o Congresso colombiano também) tenham adotado políticas econômicas de livre mercado quase sem intervenções econômicas, não podemos prever quais políticas, se houver, serão adotadas pelo novo governo e/ou congresso e se essas políticas terão um impacto negativo na economia colombiana ou em nosso desempenho Empresarial e financeiro.

Em 8 de agosto de 2022, o Ministério da Fazenda da Colômbia apresentou ao congresso colombiano um projeto de reforma tributária propondo várias mudanças no atual regime tributário colombiano. A reforma tributária foi aprovada pelo congresso colombiano em 17 de novembro de 2022, e foi sancionada pelo presidente

Gustavo Petro em 13 de dezembro de 2022, nos termos da Lei nº 2.277 de 2022. A reforma tributária teve efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023. A reforma tributária inclui, entre outros: (i) um novo imposto de equidade permanente aplicável a pessoas físicas e não-residentes colombianos, (ii) um aumento na taxa do imposto sobre dividendos para acionistas locais e estrangeiros, (iii) um aumento na alíquota do imposto sobre ganhos de capital de longo prazo, de 10% para 15%, e (iv) a eliminação de benefícios e isenções fiscais específicas, como a regra que isentou a tributação do ganho de capital na alienação de ações listadas em bolsa (atualmente aplicável à alienação de menos de 10% do total de ações em circulação, que ficaria limitada a 3% do total de ações em circulação a partir de 2023), (5) uma sobretaxa de imposto de renda para empresas que se dedicam à extração de petróleo bruto e carvão variando de 0% a 15% e com base nos preços internacionais, e (6) a introdução de um imposto mínimo com base na taxa efetiva determinada sobre lucros contábeis.

Além disso, o Governo colombiano apresentou outros projetos de lei relevantes, que estão atualmente em discussão no congresso colombiano. Um deles é o projeto de reforma previdenciária, que reestrutura o sistema previdenciário em um "sistema de pilares" que administra e atribui recursos de acordo com a idade, a condição dos filiados, entre outros, bem como alterações nos regimes previdenciários aplicáveis às mulheres. Outro projeto de lei relevante apresentado pelo governo colombiano é o projeto de reforma trabalhista, que inclui uma reforma de 18 pontos na legislação trabalhista individual e coletiva. O projeto de reforma trabalhista foi arquivado, mas o Governo decidiu apresentá-lo novamente ao Congresso colombiano com algumas alterações; no entanto, o projeto mantém os principais aspectos promovidos no primeiro projeto, abrangendo diversas áreas como: terceirização/subcontratação, estabilidade no emprego e modalidades de contratação; regulamentos relativos à utilização de contratos de serviços; contratos de aprendizagem; duração da jornada de trabalho; trabalhar através de plataformas digitais; trabalho informal e migrante, sobretaxas e indenizações por rescisão; entre outros. Em relação às disposições sobre horas extras, os empregados teriam direito a altas sobretaxas de trabalho por duas horas extras diárias, e o trabalho realizado em dias de descanso seria compensado com um adicional de 25%. Outros elementos-chave da lei de reforma laboral incluem indenizações mais elevadas por rescisão unilateral e novos regulamentos para contratos de aprendizagem que envolveriam todos os custos laborais. Além disso, está em curso a redução gradual da jornada máxima legal de trabalho de 48 para 42 horas, não sendo permitida qualquer redução salarial aos empregados. Espera-se que esta redução seja totalmente implementada até julho de 2026.

O Governo colombiano também apresentou um projeto de lei que propõe alterações à regulamentação do seguro de saúde na Colômbia, tentando implementar um sistema de saúde pública no país. O projeto de lei do Plano de Desenvolvimento

Nacional foi aprovado pelo congresso colombiano em 5 de maio de 2023 e sancionado pelo presidente em 19 de maio de 2023.

Podemos ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou fiscais, e outros desenvolvimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar a Colômbia. Não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo colombiano e se tais políticas afetariam adversamente a economia colombiana e, conseqüentemente, a nós.

Em maio de 2021, a S&P Global Ratings ("S&P") baixou a classificação de crédito soberano da Colômbia de "BBB" para "BB+" após protestos que forçaram o governo do país a retirar uma proposta de reforma fiscal que visava financiar gastos transitórios e estruturais mais altos. Em julho de 2021, a Fitch Ratings ("Fitch") também baixou a classificação de crédito da Colômbia de "BBB-" para "BB+" devido à deterioração das finanças públicas com grandes déficits fiscais e um aumento do nível da dívida pública. Em outubro de 2021, a Moody's Investors Service ("Moody's") afirmou a classificação Baa2 e mudou a perspectiva da classificação da Colômbia para estável de negativa, apoiada pelo histórico do governo de gestão macroeconômica prudente e capacidade de construir consenso e promover políticas que promovam o crescimento econômico e apoiem as métricas fiscais. A perspectiva estável reflete a expectativa da Moody's de que as medidas fiscais aprovadas pelo governo e a recuperação econômica pós-pandêmica apoiarão a estabilização da dívida. Em maio e junho de 2022, a S&P e a Fitch, respectivamente, afirmaram a classificação de crédito da Colômbia. Qualquer redução adicional da classificação de crédito da Colômbia poderia afetar negativamente a economia colombiana e a nós.

Em janeiro de 2024, a S&P Global Ratings ("S&P") manteve a classificação de crédito soberano de longo prazo em moeda estrangeira da Colômbia em "BB+", no entanto, rebaixou a perspectiva da classificação da Colômbia de estável para negativa devido ao baixo crescimento econômico e seus efeitos sobre as finanças públicas. Em dezembro de 2023, a Fitch Ratings ("Fitch") confirmou a classificação da Colômbia para "BB+" e sua perspectiva estável.

Em junho de 2023, a Fitch Ratings afirmou a elevação da classificação do Uruguai de "BBB-" para "BBB" e revisou a perspectiva de classificação de crédito para estável de negativo. A revisão reflete a resiliência fiscal do Uruguai através da pandemia e da melhoria contínua na posição fiscal estrutural. A classificação "BBB-" é apoiada por um PIB per capita relativamente alto, fortes indicadores de governança e força institucional evidenciada por uma forte campanha de vacinação, assim como uma posição de liquidez robusta. É limitada pelas fracas perspectivas de crescimento econômico no médio prazo, pelos desafios de competitividade e por uma recuperação relativamente lenta pós-pandêmica, pela elevada dívida pública e seu grande componente em moeda estrangeira, um recorde de inflação elevada e flexibilidade

de políticas que sua debilidade no contexto da dolarização prevalecente, indexação e dívida financeira rasa. Qualquer rebaixamento da classificação de crédito do Uruguai poderia afetar negativamente a economia uruguaia e a nós.

Em junho de 2023, a Fitch Ratings elevou a classificação de inadimplência do emissor (IDR) de longo prazo em moeda estrangeira (FC) da Argentina de "C" para "CC", refletindo que não há mais a percepção de que um processo semelhante ao de inadimplência tenha começado em o país. O registro de amortização da dívida da Argentina é um dos mais fracos entre os governos soberanos avaliados. Qualquer rebaixamento da classificação de crédito da Argentina poderá afetar adversamente a economia argentina e a nós. Em dezembro de 2023, Javier Milei assumiu o cargo de presidente da Argentina apresentando enormes propostas econômicas para resolver a disfunção e estagnação macroeconômica de longa data. Contudo, não é possível garantir se tais mudanças ocorrerão ou até mesmo quando, nem pode ser estimado o impacto que poderão ter sobre as condições econômicas, políticas e regulatórias da Argentina e em nossos negócios.

Os desenvolvimentos e a percepção de risco em outros países podem afetar negativamente o preço dos títulos colombianos, incluindo os BDRs e nossas ações ordinárias.

O valor de mercado dos títulos de emissores colombianos é afetado em graus variados pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo países desenvolvidos como os Estados Unidos e alguns países europeus e de mercados emergentes. As reações dos investidores aos desenvolvimentos nesses países podem afetar negativamente o valor de mercado dos títulos de emissores colombianos, incluindo os BDRs e nossas ações ordinárias. Os preços de negociação no BVC, por exemplo, têm sido historicamente afetados pela flutuação das taxas de juros aplicáveis nos Estados Unidos e pela variação dos principais índices de ações dos Estados Unidos. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente nos Estados Unidos, pode diminuir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais colombianos, afetando negativamente os BDRs e nossas ações ordinárias. Além disso, crises ou desenvolvimentos significativos em outros países e mercados de capitais podem diminuir o interesse dos investidores em títulos de emissores colombianos, incluindo os BDRs e nossas ações ordinárias, e seu preço de negociação, limitando ou impedindo nosso acesso aos mercados de capitais e a fundos para financiar nossas operações futuras em termos aceitáveis.

A volatilidade cambial pode afetar adversamente as economias dos países onde operamos e nós.

O peso colombiano tem historicamente experimentado variações frequentes e

substanciais em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. O peso colombiano depreciou-se em relação ao dólar americano em 16,0% em 2021 e 20,8% em 2022, e valorizou 20,5% em 2023. A valorização do peso colombiano foi promovida no último trimestre do ano pelas expectativas do mercado de que o FED reduzisse a taxa de juro dos EUA. Esta valorização do peso colombiano ajudou o país a reduzir as pressões inflacionistas, mas não foi suficiente para manter as taxas de juro baixas. As flutuações do peso colombiano em relação ao dólar americano também afetariam o valor das distribuições e dividendos em dólares americanos. Nossas vendas em cada um dos países onde operamos também são cotadas em moedas locais.

O peso uruguaio depreciou em relação ao dólar americano 5.6% em 2021 e valorizou 10,3% em 2022 e 2,6% em 2023. A eficácia da política monetária no país pode ser uma preocupação, dada a economia fortemente dolarizada.

O peso argentino se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano em 22,1% em 2021, 72,5% em 2022 e 356,3% em 2023. A última desvalorização do peso argentino foi promovida pelo governo de Javier Milei, buscando reduzir os gastos públicos na manutenção do valor da moeda frente ao dólar norte-americano.

O governo colombiano e o Banco Central da Colômbia exercem influência significativa sobre a economia colombiana. As condições políticas e econômicas podem ter um impacto em nossos negócios, situação financeira e resultados de operações.

O Governo e o Banco Central da Colômbia podem intervir na economia colombiana e fazer mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória, o que poderia resultar na desvalorização da moeda e nas mudanças nas reservas internacionais. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou fiscais, e outros desenvolvimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar a Colômbia ou os mercados internacionais. Possíveis desenvolvimentos incluem flutuações nas taxas de câmbio, inflação, instabilidade de preços, mudanças nas taxas de juros, liquidez dos mercados domésticos de capital e dívida, controles cambiais, exigências de depósitos sobre empréstimos estrangeiros, controles sobre fluxos de capital e limites ao comércio exterior.

Embora o governo colombiano não tenha imposto restrições cambiais desde 1990, os mercados de moeda estrangeira da Colômbia têm sido historicamente extremamente regulados. A lei colombiana permite que o Banco Central colombiano imponha controles cambiais para regular a remessa de dividendos e/ou investimentos estrangeiros caso as reservas de moeda estrangeira do Banco Central colombiano caiam abaixo de um nível igual ao valor de três meses de importação de bens e

serviços para a Colômbia. Uma intervenção que nos impeça de possuir, utilizar ou remeter dólares prejudicaria nossa condição financeira e os resultados das operações, e prejudicaria nossa capacidade de converter qualquer pagamento em dólares americanos.

O governo colombiano tem poder considerável para moldar a economia colombiana e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das Companhias. O governo colombiano pode procurar implementar novas políticas destinadas a controlar a flutuação do peso em relação ao dólar americano e promover a estabilidade dos preços internos. O presidente da Colômbia tem poder considerável para determinar políticas e ações governamentais relacionadas à economia e pode adotar políticas que sejam inconsistentes com as do governo anterior ou que podem nos afetar negativamente.

A implementação de novos controles cambiais e restrições às entradas e saídas de capitais poderiam limitar a disponibilidade de crédito internacional e ameaçar o sistema financeiro, afetando negativamente a economia argentina e, conseqüentemente, os nossos negócios.

Embora não existam restrições à capacidade das filiais na Argentina para transferir fundos para a Companhia seja sob a forma de dividendos em dinheiro, ou reembolsos de empréstimos ou pagamentos adiantados, devido à crise cambial gerada em agosto de 2019 e à contínua redução das reservas de moeda estrangeira do Banco Central Argentino, desde 1º de setembro de 2019 o governo argentino impôs rígidos controles cambiais e restrições de transferências, que tornaram mais custosa a remessa de rendimentos de investimentos na Argentina em moeda estrangeira a investidores estrangeiros ou de fazer certos pagamentos ou distribuições para fora da Argentina.

Em resposta às restrições cambiais reimpostas, desenvolveu-se novamente um mercado comercial não oficial de dólares americanos no qual a taxa de câmbio peso argentino-dólar americano difere substancialmente da taxa de câmbio oficial do peso argentino - dólar americano no mercado de divisas. Além disso, o acesso à moeda estrangeira e a sua transferência para fora da Argentina também pode ser obtido através de transações no mercado de capitais denominadas "blue-chip swap", sujeitas a certas restrições, o que é significativamente mais caro do que a aquisição de moeda estrangeira no mercado de divisas.

No passado, o governo argentino impôs também restrições informais à capacidade de aquisição de moeda estrangeira por entidades e indivíduos, consistindo em medidas de fato como as descritas acima. Não obstante as medidas adotadas pelo governo argentino nos últimos anos, no futuro o governo argentino poderá reestabelecer mais controles cambiais, restrições de transferência, restrições à livre

circulação de capitais, e poderá implementar outras medidas em resposta à saída de capitais ou a uma depreciação significativa do peso argentino, o que poderá limitar ainda mais a nossa capacidade de receber dividendos, distribuições, ou o produto de qualquer venda de ações dos nossos investimentos na Argentina. Tais medidas poderiam conduzir a novas tensões políticas e sociais, e poderiam minar as finanças públicas do governo argentino, o que poderia afetar negativamente a economia e as perspectivas de crescimento econômico da Argentina e, conseqüentemente, afetar negativamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Se os Estados Unidos impuserem sanções à Colômbia no futuro, nossos negócios poderão ser adversamente afetados.

A Colômbia está entre várias nações cuja elegibilidade para receber ajuda externa dos Estados Unidos depende de seu progresso no controle da produção e trânsito de drogas ilegais, o que está sujeito a uma revisão anual pelo Presidente dos Estados Unidos. Embora a Colômbia seja atualmente elegível para receber tal ajuda, ela pode não permanecer elegível no futuro. Uma constatação do Presidente dos Estados Unidos de que a Colômbia não cumpriu comprovadamente suas obrigações decorrentes de acordos internacionais antinarcóticos pode resultar na imposição de sanções econômicas e comerciais à Colômbia, o que poderia resultar em conseqüências econômicas adversas na Colômbia, inclusive ameaçando potencialmente nossa capacidade de obter o financiamento necessário para desenvolver nossos negócios e poderia aumentar ainda mais os riscos políticos e econômicos associados às nossas operações.

Os desenvolvimentos em outros mercados emergentes podem afetar negativamente o valor de mercado de nossas ações ordinárias e de nossos BDRs.

Os mercados emergentes estão sujeitos a riscos maiores do que os mercados mais desenvolvidos, e a turbulência financeira em qualquer mercado emergente pode perturbar os negócios na Colômbia e afetar adversamente o preço de nossas ações ordinárias e nossos BDRs. Além disso, a turbulência financeira em qualquer país importante de mercado emergente pode afetar adversamente os preços nos mercados de ações e preços de títulos de capital de emissores em outros países de mercado emergente, à medida que os investidores movimentam seu dinheiro para mercados mais estáveis e desenvolvidos. Um aumento dos riscos percebidos associados ao investimento em mercados emergentes poderia amortecer os fluxos de capital para a Colômbia e afetar adversamente a economia colombiana em geral, bem como o interesse dos investidores em nossas ações ordinárias e em nossos BDRs. Não podemos assegurar que o valor de nossas ações ordinárias e de nossos BDRs não será afetado negativamente por eventos em outros mercados emergentes ou na economia global em geral.

As condições políticas nos outros mercados emergentes e nos Estados Unidos podem afetar adversamente nossos resultados de operações e nossa condição financeira.

A economia colombiana e o valor de mercado dos títulos emitidos por emissores colombianos e emissores com operações na Colômbia podem ser, em diferentes graus, afetados pelas condições econômicas e de mercado em outros países de mercados emergentes e nos Estados Unidos. Além disso, as condições econômicas na Colômbia estão correlacionadas com as condições econômicas nos Estados Unidos como resultado, entre outras coisas, do Acordo de Livre Comércio Estados Unidos-Colômbia ("USCOFTA") e do aumento da atividade econômica entre os dois países.

Condições econômicas adversas nos Estados Unidos, a rescisão ou renegociação de acordos de livre comércio, incluindo o, ou outros eventos relacionados, poderiam ter um efeito adverso sobre a economia colombiana. Embora as condições econômicas em outros países de mercados emergentes e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas na Colômbia, as reações dos investidores aos acontecimentos em outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos dos ativos colombianos. Não pode haver garantia de que futuros desenvolvimentos em outros países de mercados emergentes e nos Estados Unidos, sobre os quais não temos controle, incluindo a renegociação de acordos de livre comércio como o USCOFTA, não terão um efeito adverso material sobre nossa capacidade de servir nossa dívida, o que poderia prejudicar nossa capacidade de fazer pagamentos de dividendos e poderia afetar adversamente o preço de mercado de nossas ações ordinárias e nossos BDRs.

Historicamente, a Colômbia tem vivido vários períodos de violência e instabilidade. A futura violência e instabilidade na Colômbia pode afetar negativamente a economia colombiana e nossas operações.

A Colômbia passou por vários períodos de violência nas últimas cinco décadas, principalmente devido às atividades de guerrilheiros, grupos paramilitares, cartéis de drogas e bandas criminosas conhecidas como Bacrim. Em resposta, o governo colombiano implementou várias políticas de segurança e fortaleceu suas forças militares e policiais, incluindo a criação de unidades especializadas.

Apesar do tratado de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) ("FARC"), uma diminuição duradoura da violência ou do crime relacionado às drogas na Colômbia ou a integração bem-sucedida de ex-membros da guerrilha na sociedade colombiana, pode não ser alcançada. Em 2018, o governo colombiano suspendeu as negociações de paz com o Exército de Libertação Nacional ("ELN") e, em 2019, um

grupo minoritário de dissidentes dentro das FARC anunciou seu retorno às atividades ilegais. Durante 2019, o ELN perpetrou diferentes ataques terroristas na Colômbia, incluindo um carro-bomba em uma academia de polícia em Bogotá, que resultou em 21 mortos e muitos outros feridos. Uma escalada de violência ou de crimes relacionados às drogas pode ter um impacto negativo sobre a economia colombiana e sobre nós.

Além disso, o acordo de paz alcançado com as FARC pode ser modificado por futuros governos, incluindo o atual presidente. Se houver desvios do acordo de paz, não pode haver garantia de que as ações criminosas não se agravarão na Colômbia. Embora o Congresso colombiano tenha aprovado certos regulamentos para implementar o acordo de paz final, tais como a lei que rege o Sistema Especial de Justiça de Paz (Jurisdicción Especial para la Paz), as leis promulgadas pelo Congresso colombiano a este respeito podem diferir das disposições do acordo de paz.

Durante 2020, os dissidentes do ELN e das FARC, juntamente com outros grupos criminosos dissidentes, continuaram a operar na Colômbia e, embora a situação de segurança tenha melhorado drasticamente nos últimos anos, não há garantias de que a situação não se deteriore novamente. Qualquer aumento na prática de sequestros ou atividade terrorista na Colômbia ou nas áreas de nossos projetos em geral podem perturbar as cadeias de abastecimento e desencorajar indivíduos qualificados de se envolverem em nossas operações.

Durante sua campanha presidencial, o Presidente da Colômbia, Sr. Gustavo Petro, expressou seu apoio ao restabelecimento das negociações com o ELN. Em outubro de 2022, o governo do Sr. Gustavo Petro anunciou o restabelecimento de tais negociações. Até esta data, talvez não possamos antecipar o resultado ou as consequências de tais negociações, e como elas podem afetar nossos negócios.

Além disso, a região da América Latina passou recentemente por uma onda de protestos e violência exigindo reformas sociais nos regimes de pensão e aposentadoria, acesso à saúde, acesso à educação, proteção ambiental e tomada de medidas contra a desigualdade, entre outras, sofreu greves e outras manifestações relacionadas à agitação política na região. Tais protestos também ocorreram na Colômbia, e o governo colombiano não conseguiu chegar a um acordo com os líderes dos protestos.

Além disso, tudo isso pode afetar a percepção de que as coisas não melhoraram na Colômbia e pode prejudicar nossa capacidade de acessar capital de forma oportuna ou econômica. Não há garantias de que tentativas contínuas de reduzir ou prevenir a guerrilha, o tráfico de drogas ou a atividade criminosa serão bem-sucedidas ou que a guerrilha, o tráfico de drogas e/ou a atividade criminosa não interromperão nossas operações no futuro.

Uma implementação fracassada dos acordos de paz com as FARC pode afetar a segurança da Colômbia e nossas operações.

Desde o início das negociações dos acordos de paz celebrados entre o governo colombiano e as FARC em 24 de novembro de 2016, as ações de guerrilha contra as atividades relacionadas à manutenção em nosso setor diminuíram. No entanto, o processo de implementação envolve alguns riscos que podem afetar nossas operações no futuro, como o surgimento de novas estruturas criminosas compostas por membros dissidentes das FARC e o consequente aumento da atividade criminosa, especialmente em áreas urbanas, novos pedidos de restituição de terras despojadas durante o conflito, áreas com alta presença de minas antipessoais, a formação de um novo partido político composto por ex-guerrilheiros, juntamente com o surgimento de novas forças políticas em todas as regiões em que operamos, e o fortalecimento de grupos de pressão social. Além disso, dependendo das ações do Presidente Duque, a implementação dos tratados de paz poderia produzir resultados políticos incertos. Caso algum desses riscos se materialize, o desenvolvimento de novos projetos poderá ser retardado ou descontinuado, e/ou poderá levar a um cenário de instabilidade sócio-política, o que poderá aumentar as demandas de investimento social e econômico para as companhias que operam na Colômbia.

O acordo de paz assinado com as FARC pode resultar na promulgação de novas leis e regulamentos, cujo impacto em nossas operações é imprevisível.

A implementação do acordo de paz com as FARC exigiu e pode continuar exigindo a promulgação de novas leis e regulamentos, que podem impactar nossa atividade de maneiras que não podemos antecipar. A legislação foi promulgada em conexão com a implementação da Reforma Rural Integral, conforme previsto no acordo de paz. Tal legislação incluiu a criação de um Fundo de Tierras para a Reforma Rural Integral e estabeleceu certos parâmetros para conceder terras a determinadas populações beneficiadas e quais propriedades estão sujeitas a serem concedidas. Além disso, o Congresso colombiano aprovou leis que regem o Sistema Especial de Justiça de Paz (Jurisdicción Especial para la Paz), que vem avançando de acordo com o acordo de paz. O impacto de tal nova legislação ainda é desconhecido, e outras regulamentações podem ser necessárias para que tal legislação seja implementada. Além disso, as leis promulgadas pelo Congresso colombiano podem diferir das disposições do acordo de paz e levar a uma escalada de atos criminosos e terroristas das FARC ou de outros grupos na Colômbia. Novas leis ou regulamentos promulgados em conexão com a implementação do acordo de paz podem ter impacto em nossa atividade e podem ter um efeito negativo em nossa condição financeira e resultados de operações e no preço de mercado de nossas ações ordinárias e nossos BDRs.

O governo colombiano pode apreender ou expropriar nossos bens sob certas

circunstâncias.

Nos termos dos artigos 58 e 59 da Constituição colombiana, o Governo colombiano pode exercer seus poderes de domínio eminentes em relação a nossos bens se qualquer ação desse tipo for considerada pelo Governo colombiano como sendo necessária para proteger os interesses públicos. Poderes de domínio eminentes podem ser exercidos através de: (i) um processo ordinário de expropriação judicial (expropiación judicial), (ii) um processo administrativo de expropriação (expropiación administrativa) ou (iii) uma expropriação por motivo de guerra (expropiación en caso de guerra). Em todos os casos, teríamos direito a uma indenização (indenização prévia) pelos bens expropriados. Também, como regra geral, a indenização deve ser paga antes que o bem seja efetivamente expropriado (exceto no caso de expropriação por motivos de guerra, em cujo caso a indenização pode ser quantificada e paga posteriormente). Entretanto, a compensação pode ser inferior ao preço pelo qual o ativo expropriado poderia ser vendido em uma venda de mercado livre ou ao valor do ativo como parte de um negócio em andamento. Qualquer apreensão ou expropriação pelo governo colombiano poderia afetar adversamente nossos negócios, resultados de operações e condição financeira e o preço de mercado de nossas ações ordinárias e nossos BDRs.

Estamos sujeitos a novos e mais altos impostos resultantes de mudanças nas regulamentações fiscais ou na interpretação das mesmas na Colômbia.

Novas leis e regulamentos fiscais e incertezas na interpretação com relação às políticas fiscais existentes e futuras podem nos afetar. Nos últimos anos, o Congresso colombiano impôs impostos adicionais e promulgou modificações nos impostos existentes relacionados a transações financeiras, renda, imposto sobre o valor agregado (IVA) e impostos sobre o patrimônio líquido. Mudanças nas leis e regulamentos fiscais, e suas interpretações, podem criar encargos fiscais adicionais para nós e nossas Companhias, aumentando as taxas e impostos, criando novos impostos, limitando deduções fiscais, e/ou eliminando incentivos fiscais e renda não tributada. Além disso, as autoridades fiscais e os tribunais competentes podem interpretar as regulamentações fiscais de forma diferente da nossa, o que poderia resultar em litígios fiscais e custos e penalidades associadas em parte devido à novidade e complexidade da nova regulamentação.

Em 14 de setembro de 2021, o Congresso promulgou a Lei 2155 de 2021, aprovando a última reforma tributária na Colômbia. A reforma tributária introduziu mudanças na lei tributária colombiana, entre outras: (i) a alíquota do imposto de renda de pessoa jurídica foi aumentada para 35% que será aplicada a partir do exercício de 2022, (ii) um novo imposto de "normalização" (*impuesto de normalización tributaria*) foi introduzido por meio de um imposto sobre ativos não declarados e/ou passivos inexistentes a uma alíquota de 17% a ser acionado em 1º de janeiro de 2022, (iii)

regras diferentes sobre transparência tributária, e (iv) a definição de proprietário beneficiário final foi modificada e também foram introduzidas regras sobre a informação de proprietários beneficiários finais.

Em 8 de agosto de 2022, o Ministério da Fazenda da Colômbia apresentou ao congresso colombiano um projeto de reforma tributária propondo várias mudanças no atual regime tributário colombiano. A reforma tributária foi aprovada pelo congresso colombiano em 11 de novembro de 2022, e foi sancionada pelo presidente Gustavo Petro em 13 de dezembro de 2022, nos termos da Lei nº 2.277, de 2022, a qual entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023. A reforma inclui, entre outros: (i) um novo imposto de equidade permanente aplicável a pessoas físicas e não-residentes colombianos, (ii) um aumento na taxa de imposto sobre dividendos para acionistas locais e estrangeiros, (iii) um aumento na alíquota do imposto sobre ganhos de capital de longo prazo de 10% para 15%, (iv) a eliminação de benefícios e isenções fiscais específicas, como a regra que isentou a tributação do ganho de capital na alienação de ações listadas em bolsa (atualmente aplicável à alienação de menos de 10% do total de ações em circulação, que ficaria limitada a 3% do total de ações em circulação a partir de 2023), (v) uma sobretaxa de imposto de renda para empresas que se dedicam à extração de petróleo bruto e carvão variando de 0% a 15% e com base nos preços internacionais, e (vi) a introdução de um imposto mínimo com base na taxa efetiva determinada sobre lucros contábeis. Novas leis ou regulamentos fiscais podem ter impacto em nossa atividade e podem ter um efeito negativo em nossa condição financeira e resultados de operações e no preço de mercado de nossas ações ordinárias e nossos BDRs.

A disrupção ou volatilidade nos mercados financeiros e de crédito globais pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Os mercados financeiros e de crédito globais experimentam extrema volatilidade e interrupções, incluindo liquidez e disponibilidade de crédito severamente diminuídas, aumento das taxas de juros e inflação, declínios na confiança do consumidor, declínios no crescimento econômico, aumento nas taxas de desemprego e incerteza sobre a estabilidade econômica.

Tal volatilidade e incerteza nos mercados financeiros e de crédito globais também levaram, em geral, a um aumento no custo de financiamento para emissores e mutuários colombianos e internacionais. Mais recentemente, os fechamentos do Silicon Valley Bank e do Signature Bank e sua colocação em recuperação judicial com a Federal Deposit Insurance Corporation e as crises de liquidez experimentadas pelo First Republic Bank e pelo Credit Suisse em março de 2023 criaram riscos e preocupações de liquidez de instituições financeiras específicas e mais amplas.

A incerteza permanece sobre as preocupações com a liquidez no setor de serviços

financeiros e os impactos potenciais na economia global em geral, e nossos negócios, nossos parceiros de negócios e/ou a indústria como um todo podem ser afetados negativamente de maneiras que não é possível prever neste momento.

Se outros bancos e instituições financeiras entrarem em recuperação judicial ou se tornarem insolventes no futuro em resposta às condições financeiras que afetam o sistema bancário e os mercados financeiros, nossa capacidade de acessar nosso caixa, equivalentes de caixa e investimentos existentes pode estar ameaçada e ter um efeito adverso relevante em nossos negócios e condição financeira. Além disso, se qualquer um de nossos clientes, fornecedores ou outras partes com as quais conduzimos negócios não puder acessar fundos, a capacidade dessas partes de pagar ou cumprir suas obrigações conosco ou de entrar em novos acordos comerciais que exijam pagamentos adicionais para nós ou financiamento adicional poderá ser afetada negativamente.

Além disso, as preocupações dos investidores em relação aos sistemas financeiros dos EUA ou internacionais podem resultar em condições de financiamento comercial menos favoráveis, incluindo taxas de juros ou custos mais altos e pactos financeiros e operacionais mais apertados, ou limitações sistêmicas no acesso a fontes de crédito e liquidez, tornando assim mais difícil para nós adquirir financiamento em termos aceitáveis ou de forma alguma. Qualquer declínio material no financiamento disponível pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

n) Risks related to the securities issued by the Company

Os detentores de BDRs do Éxito não têm direito a participar das assembleias de acionistas e só podem votar por meio do Depositário do BDR e do Custodiante do BDR, de acordo com o Acordo de Depósito de BDR do Éxito.

De acordo com a lei colombiana, apenas acionistas registrados nos livros societários do Éxito podem participar das assembleias de acionistas. Os BDRs são registrados em nome do Depositário e do Custodiante, de modo que um titular de BDRs do Éxito não tem o direito de participar das assembleias de acionistas do Grupo Éxito. Os direitos de voto dos titulares de BDRs só podem ser exercidos de acordo com o contrato de depósito e custódia relativo aos BDRs do Éxito. Como tal, existem limitações práticas na capacidade dos detentores de BDRs do Éxito de exercerem seus direitos de voto devido às etapas adicionais envolvidas na comunicação com os detentores de BDRs do Éxito.

Na medida em que os titulares de ações ordinárias do Éxito tenham direito a voto em assembleia geral, poderão exercer seu direito de voto comparecendo pessoalmente à assembleia ou votando por procuração. Por outro lado, os detentores dos BDRs do Éxito receberão notificação da Assembleia Geral por correio do Depositário, após a convocação da Assembleia Geral. Para exercer seu direito de voto, os titulares de

BDRs do Êxito devem instruir o Depositário em tempo hábil, de acordo com os procedimentos informados pelo Êxito. Esse processo de votação pode levar mais tempo para os detentores de BDRs do Êxito do que para os detentores de ações ordinárias. Se o Depositário não receber instruções de voto atempadas para a totalidade ou parte dos BDRs do Êxito, o Depositário não poderá exercer o voto, embora possa utilizar, a pedido do Êxito, todas as ações representativas dos BDRs (tenham ou não sido recebidas instruções de voto em relação a tais BDRs) com o único objetivo de estabelecer quórum em assembleia de acionistas, na medida permitida pelos regulamentos aplicáveis.

A Companhia não pode assegurar que os detentores de BDRs do Êxito receberão os materiais de votação a tempo de enviar suas instruções de voto ao Depositário. Além disso, o Depositário e seus agentes não são responsáveis pelo não cumprimento por parte dos detentores de BDRs de suas instruções de voto ou pela forma como tais instruções de voto são executadas. Assim, os detentores de BDRs podem não ser capazes de exercer seus direitos de voto, e não terão recurso se os votos não forem contados conforme solicitado

Companhia pode decidir retirar seus BDRs da B3

A Companhia pode decidir retirar seus BDRs da B3. A descontinuidade voluntária do programa de BDR dependerá, entre outras obrigações, do cumprimento dos procedimentos para eventual descontinuidade do programa estabelecidos pela B3 em seu Manual do Emissor. Diferentemente da saída de companhias abertas brasileiras para negociação em mercados regulados de valores mobiliários, atualmente não há exigência de oferta pública de aquisição como condição para a descontinuidade do programa de BDR. Portanto, os detentores de BDRs da Companhia não poderão impedir a saída da Companhia junto à CVM e a saída de seus BDRs da B3.

As regras atuais da B3 não permitem que empresas estrangeiras, como a Companhia, ingressem nos segmentos especiais de listagem da B3 e, portanto, os detentores de BDRs da Companhia não podem se beneficiar das práticas de governança corporativa que devem ser adotadas pelas empresas que fazem parte dos segmentos especiais de listagem da B3.

A Companhia está registrada na Colômbia e, portanto, não pode aderir aos atuais segmentos especiais de listagem da B3. Por essa razão, os investidores da Companhia podem ter proteção inferior àquela garantida aos investidores em empresas listadas nos segmentos especiais de listagem da B3, que são obrigados a adotar práticas de governança corporativa e requisitos de divulgação de informações adicionais àquelas já impostas pela legislação e regulamentação brasileiras.

Alterações no Contrato de Depósito em relação aos BDRs e aos direitos dos

titulares de BDRs por acordo entre a Companhia e a Instituição Depositária podem afetar adversamente os detentores de BDRs.

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia poderá alterar as disposições do Contrato de Depósito por meio de acordo com a Instituição Depositária e sem o consentimento dos detentores de BDR. Assim, entre outros, as condições para o exercício do direito de voto ou do direito de preferência poderiam ser alteradas, dificultando o exercício desses direitos, as taxas cobradas aos detentores de BDR, bem como os prazos para o pagamento dos proventos, expondo os detentores de BDR a efeitos pecuniários adversos. Qualquer uma dessas alterações pode impactar negativamente os titulares de BDRs e, mesmo que a alteração ou alteração seja materialmente adversa aos direitos dos detentores de BDRs, os titulares de BDRs não poderão contestar essa alteração.

A instituição depositária não será responsabilizada se considerar ilegal ou incompatível com a legislação brasileira estender direitos ou quaisquer outros privilégios a qualquer titular de BDRs. A Companhia não tem obrigação de registrar BDRs, ações, direitos ou outros valores mobiliários nos termos da legislação brasileira, exceto registrar qualquer oferta de BDRs, o Programa BDR e a Companhia junto à CVM e à B3.

De acordo com o Contrato de Depósito, não serão oferecidos aos titulares de BDRs direitos ou quaisquer outras prerrogativas que sejam ilegais de acordo com a legislação brasileira vigente ou que sejam impraticáveis de disponibilizar aos detentores de BDRs. Embora não seja possível determinar antecipadamente todas as situações que possam ser consideradas ilegais ou inviáveis de disponibilizar, se verificada a ilegalidade ou impossibilidade no caso concreto, que poderia envolver o pagamento de proventos com recursos oriundos de atividades proibidas ou ilegais, a subscrição de novos valores mobiliários de emissão da Companhia que exigiria uma oferta pública no Brasil, cujo registro não tenha sido obtido, ou situação que não possa ser operacionalizada devido a limitações no sistema da B3, o investidor não poderá receber tais pagamentos ou ser impedido de exercer os direitos decorrentes de tais operações.

A volatilidade, possíveis restrições à negociação de BDRs e a iliquidez no mercado de valores mobiliários brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de BDRs de vender seus BDRs ao preço e prazo desejados.

Investir em títulos negociados em mercados emergentes, como o Brasil, muitas vezes envolve maior risco do que em outros mercados onde os cenários político e econômico são mais estáveis, e esses investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa.

O mercado de títulos brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados internacionais de títulos, como os dos Estados Unidos. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de BDRs da Companhia de vendê-los pelo preço e no momento que desejarem, e isso pode afetar adversamente o preço de mercado dos BDRs da Companhia. Se houver falta de liquidez na B3 ou se um mercado de negociação ativo não for desenvolvido ou mantido, a capacidade dos detentores de BDRs de vender os BDRs da Companhia no momento e preço desejados pode ser substancialmente limitada e o preço de negociação dos BDRs da Companhia pode ser afetado.

Detentores de BDRs do Êxito podem não participar de ofertas públicas na Colômbia.

Os detentores de ações do Êxito podem ter o direito de participar de ofertas públicas na Colômbia. Não podemos assegurar que os detentores de BDRs do Êxito poderão participar das ofertas públicas, pois isso exigiria que eles, entre outras coisas, recebessem notificação de tais eventos corporativos e convertessem os BDRs em Ações do Êxito dentro do prazo previsto na regulamentação colombiana aplicável, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Acordo de Depósito de BDRs do Êxito relativo aos BDRs do Êxito. Além disso, o exercício de tais direitos pode exigir que os detentores de BDRs abram uma conta de corretagem na Colômbia e cumpram certos requisitos de registro, incluindo o registro do investimento no Banco Central da Colômbia.

4.2. Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1. Nossa operação está exposta à alta volatilidade nas principais variáveis do ambiente macroeconômico, como inflação, desvalorização, taxas de juros e/ou preços de commodities, que afetam significativamente os objetivos financeiros, a atividade comercial ou o desenvolvimento de sua estratégia do Grupo.
2. Nossos sistemas estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, que podem causar um efeito adverso material em nossos negócios e reputação.
3. A falha em proteger nosso banco de dados, que contém os dados pessoais de nossos clientes e funcionários, e desenvolvimentos nas leis de proteção de dados e privacidade, podem ter um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais.
4. Nossos supermercados e lojas de varejo tradicionais enfrentam uma concorrência crescente das vendas pela internet, o que pode afetar negativamente as vendas dos canais tradicionais, e nossa estratégia de transformação digital pode não ser uma resposta eficaz a essa concorrência emergente.
5. Nossa capacidade de acessar os mercados de crédito, bem como os mercados de capitais de dívida e de ações, em condições favoráveis para obter financiamento para financiar nossas operações ou refinarçar nossos vencimentos de dívida, pode ser limitada devido à deterioração desses mercados.

4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

Estamos expostos a uma série de riscos no curso normal de nossos negócios, incluindo, mas não limitados a risco de moeda estrangeira e risco de taxa de juros. Avaliamos regularmente cada um desses riscos para minimizar quaisquer efeitos adversos em nossos negócios como resultado desses fatores. Quando se trata de gestão de capital, nossos objetivos são proteger nossa capacidade de sustentar as operações a fim de proporcionar retornos aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, bem como manter uma estrutura de capital apropriada para reduzir os custos de capital. Somos capazes de ajustar o valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida, a fim de manter ou ajustar a estrutura de capital. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas aos seguintes riscos de mercado:

A) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros é o risco de que o justo valor dos ativos e passivos financeiros, ou os fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros, flutuem devido a mudanças nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas subsidiárias ao risco de taxa de juros está principalmente relacionada a obrigações de dívida incorridas a taxas de juros variáveis ou indexadas a um índice fora do controle da Companhia e de suas subsidiárias.

A maioria das obrigações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias são indexadas a taxas variáveis de mercado.

Abaixo do saldo relativo aos ativos e passivos financeiros distribuídos por tipo de taxa de juros:

(Em milhares de R\$)

	Em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Taxa de juros fixa		
Ativos financeiros	975.270	958.764
Obrigações financeiras	6.765.840	6.292.035
Taxa de juros variável		
Ativos financeiros	1.944.345	1.957.928
Obrigações financeiras	3.766.829	3.522.696

B) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutuem devido a mudanças nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e de suas subsidiárias ao risco cambial está ligada a transações passivas em moeda estrangeira associadas a passivos de dívida de longo prazo e às atividades operacionais da Companhia e de suas subsidiárias (sempre que

as receitas e despesas forem denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional), bem como aos investimentos líquidos da Companhia e de suas subsidiárias no exterior.

	Data de Vencimento Esperada					Justo valor
	2022	2023	2025	Posterior	Total	
	(Em milhares de R\$)					
Empréstimos e financiamentos em dólares norte-americanos	-	-	-	-	-	-
Pesos colombianos	-	-	149.598	150.347	299.945	299.945
Reais	-	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos	-	-	149.598	150.347	299.945	299.945
Debêntures e nota promissória em reais	-	-	-	-	-	-
Total de Debêntures	-	-	-	-	-	-

C) Risco do preço das ações

O capital social emitido, o prêmio na emissão ou colocação de ações e todas as outras reservas patrimoniais atribuíveis aos acionistas da controladora da Companhia estão incluídos para fins de administração do preço das ações da Companhia e de suas subsidiárias. O principal objetivo de administrar o patrimônio líquido da Companhia é maximizar o valor para os acionistas.

D) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas subsidiárias enfrentem dificuldades para cumprir suas obrigações associadas a passivos financeiros, que são liquidados pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da Companhia para administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que ela terá a liquidez necessária para cumprir suas obrigações no vencimento, tanto sob circunstâncias normais ou de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar sua reputação em risco.

A tabela a seguir mostra um perfil de vencimentos das obrigações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias com base em pagamentos contratuais não descontados decorrentes dos acordos relevantes.

Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de R\$)	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Financiamento do arrendamento mercantil bruto	479.795	1.188.212	970.786	2.638.793
Outras responsabilidades contratuais relevantes	784.214	384.934	36.905	1.206.053
Total	1.264.009	1.573.146	1.007,691	3.844.846

Análise de sensibilidade:

O Grupo Éxito avaliou as mudanças potenciais nas taxas de juros de passivos

financeiros e outros passivos contratuais significativos.

Assumindo completa normalidade e considerando uma variação de 10% nas taxas de juros. três cenários foram avaliados:

- Cenário I: Últimas taxas de juros conhecidas no fechamento de 2023;
- Cenário II: Aumento de 1,1660% é assumido para a Taxa de Referência Bancária. Este aumento é aplicado sobre a última taxa de juros publicada; e
- Cenário III: Diminuição de 1,1660% é assumida para a Taxa de Referência Bancária. Esta redução é aplicada sobre a última taxa de juros publicada.

A análise de sensibilidade não resultou em variação significativa entre os três cenários. As mudanças potenciais são as seguintes:

Operações	Risco	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Previsão de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
(R\$ milhares)					
Empréstimos	Mudanças nas taxas de juros	1.043.503	1.018.304	1.026.376	1.008.816
Total		1.043.503	1.018.304	1.026.376	1.008.816

4.4. Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas subsidiárias são partes em processos e processos administrativos civis, tributários, trabalhistas, regulatórios e ambientais, entre eles as prováveis, possíveis e remotas chances de perda.

As provisões da Companhia são registradas de acordo com as regras contábeis, baseadas na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, e as provisões são registradas para processos judiciais avaliados por seus assessores jurídicos como processos com probabilidade de perda provável. O valor total provisionado para os processos, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 24.998 mil, conforme descrito abaixo:

(Em milhares de R\$)	31/12/2023
Processos judiciais trabalhistas	12.934
Processos judiciais civis	9.183
Procedimentos administrativos e regulamentares	2.881
Total de disposições para processos judiciais	24.998

Para os fins deste item 4.4, os processos em que a Companhia e suas subsidiárias são partes e que (i) podem afetar significativamente o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente podem afetar negativamente a imagem da Companhia foram considerados individualmente relevantes.

Descrevemos abaixo os principais processos judiciais e administrativos individuais aos quais a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2023, segregados de acordo com sua natureza.

Contingências Trabalhistas

PROCESSO 1	
a. Juízo	Supremo Tribunal de Justiça - <i>Vara do Trabalho</i>
b. Instância	Recurso extraordinário de cassação perante o Supremo Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	23/01/2018
d. Partes no processo	Requerido: Éxito Indústrias SAS Requerente: Angela Patricia Hoyos Castaño
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Reintegração no emprego, pagamento de salários e benefícios e verbas rescisórias.
f. Principais fatos	Angela Patricia Hoyos Castaño trabalhou no Éxito Industrias S.A.S. de 13 de julho de 2009 a 08 de janeiro de 2012, ocupando o cargo de auxiliar de armazém.

	O contrato de trabalho foi rescindido sem justa causa. Angela Patricia Hoyos Castaño processou a companhia alegando demissão ilegal por motivos médicos.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Juízo de primeira instância: decisão favorável aos interesses do Éxito, declarando Superior Tribunal de Justiça: decisão contrária aos interesses do Éxito, declarando reintegração no emprego, pagamento de salários e benefícios e verbas rescisórias. Recurso de cassação:
h. estágios do processo	Juízo de primeira instância perante o juiz do trabalho do tribunal superior do distrito de Envigado perante o Tribunal Superior de Antioquia. Recurso extraordinário de cassação perante o Supremo Tribunal de Justiça.
i. Chance de Perda	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Devido à probabilidade de perda e por ultrapassar R\$ 1.085.000 em caso de decisão contrária aos interesses da Companhia.
k. análise do impacto em casos de perda	O valor estimado em caso de decisão contrária aos interesses da Companhia é de R\$ 21,052 mil.

Contingências Cíveis

PROCESSO 1	
a. Juízo	<i>Corte Suprema de Justicia Sala Civil</i>
b. Instância	Recurso extraordinário de cassação perante a <i>Corte Suprema de Justicia</i>
c. Data de instauração	27/06/2017
d. Partes no processo	Ré: Almacenes Éxito S.A. Autores: Ingenieros Constructores y Asociados Inka S.A.S. e Solari Inversiones y Desarrollos Inmobiliarios S.A.S. ("<u>Inka e Solari</u>")
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Descumprimento das condições contratuais, solicitando danos decorrentes da compra de bens.
f. Principais fatos	Em outubro de 2015, Éxito e Inka e Solari concordaram em firmar um fideicomisso para o qual Éxito transferiria a propriedade de alguns imóveis, em troca do pagamento de um preço pela Inka e Solari. A Inka e a Solari informaram ao Éxito que não pagariam os cinquenta por cento (50%) restantes do preço e não aceitaram a transferência dos cinquenta por cento (50%) correspondentes dos direitos fiduciários, dada uma suposta violação do acordo por parte do Éxito em relação à falta de pagamento de alguns gravames sobre os bens imóveis. Assim, a Inka e a Solari decidiram iniciar uma reclamação solicitando a rescisão do Contrato. A sentença em primeira instância foi emitida em 7 de fevereiro de 2019, através da qual os pedidos da Inka e da Solari foram aceitos. Tal sentença foi apelada pelo Éxito e revogada pelo Tribunal Superior de Barranquilla em 2 de outubro de 2019, negando os pedidos da ação judicial.

PROCESSO 1	
	Inka e Solari interpuseram recurso contra a decisão do Tribunal Superior de Barranquilla, perante o Suprema Corte de Justiça, que até 31 de dezembro de 2021, ainda não havia sido resolvida. Em 30 de junho de 2022, este pedido foi resolvido a favor da Companhia. O processo somente será oficialmente concluso quando a decisão da Suprema Corte transitar em julgado.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Primeira instância: decisão contra os interesses do Éxito, declarando a quebra de contrato e ordenando o pagamento de perdas e danos. Segunda instância: decisão favorável aos interesses do Éxito, a qual revogou integralmente a decisão de primeira instância. Recurso de cassação: decisão favorável aos interesses do Éxito, não revogando a decisão de segunda instância.
h. estágios do processo	Primeira instância judicial perante o 4º juiz civil do circuito de Barranquilla Segunda instância judicial perante o Tribunal Superior de Barranquilla Recurso extraordinário de cassação perante a Suprema Corte de Justiça.
i. Chance de Perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão de sua chance de perda e por exceder o valor de R\$ 1.085 mil em caso de eventual decisão contrária aos interesses da Companhia.
k. análise do impacto em casos de perda	O valor estimado no caso de uma eventual decisão contrária aos interesses da Companhia é de R\$ 2,820 mil.
H. Situação	Feito.

Processos administrativos e regulamentares

PROCESSO 1	
a. Juízo	Tribunal Administrativo de Antioquia
b. Instância	Processos Administrativos
c. Data de instauração	17/09/2018
d. Partes no processo	Ré: Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales ("<u>DIAN</u>") Autora: Almacenes Éxito S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão administrativa com DIAN sobre a proposta de alteração da declaração de imposto de renda para 2015
f. Principais fatos	O Éxito procura declarar a validade da declaração do imposto de renda e dos impostos complementares e, conseqüentemente, o Éxito não deve nenhuma quantia. A Revisão Oficial do Imposto de Renda de junho de 2019 declarou que a declaração de imposto de renda de 2015 ainda estava aberta e exigia uma modificação, diminuindo o valor devolvido e incluindo uma sanção para o erro. O Éxito entrou com um pedido de anulação da decisão da DIAN perante o Tribunal Administrativo de Antioquia. Com essa ação, o Éxito busca a anulação da sanção imposta pela DIAN e a declaração de validade da correção feita na demonstração de resultados de 2015.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão administrativa: a DIAN decidiu modificar a declaração de renda apresentada pelo Éxito para o período de 2015 e impor uma penalidade por erro na declaração.
h. estágios do processo	Decisão administrativa da DIAN Decisão de primeira instância perante o Tribunal Administrativo de Antioquia

PROCESSO 1	
	Decisão de segunda instância perante o Conselho de Estado
i. Chance de Perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão de sua chance de perda (possível) e por exceder o valor de R\$ 1.085.000 em caso de eventual decisão contrária aos interesses da Companhia.
k. análise do impacto em casos de perda	O valor estimado no caso de uma eventual decisão contrária aos interesses da Companhia é de R\$ 38,728 mil para o maior valor de imposto a ser pago e R\$ 2,398 mil para a penalidade imposta.

Contingências Ambientais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem nenhuma contingência ambiental material isolada.

Procedimentos para outros impostos, exceto o imposto de renda

PROCESSO 1	
a. Juízo	Conselho de Estado
b. Instância	Segunda Instância
c. Data de instauração	04/02/2016
d. Partes no processo	Requerido: Repartição Fiscal - Repartição Fiscal do Distrito de Bogotá Autor: Almacenes Éxito SA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Contra a resolução pela qual a Receita Distrital de Bogotá emitiu uma liquidação oficial, aumentando a base tributária do Imposto Comercial para os períodos bimestrais 4, 5 e 6 de 2011.
f. Principais fatos	Para o Éxito, a liquidação oficial não é válida porque a Ré não cumpriu o procedimento tempestivamente e a fiscalização e intimação para correção não seguiram o prazo estabelecido, não cabendo aumento da base de cálculo. O Requerido considera que o prazo para emissão da deliberação foi suspenso, e as ações foram tomadas tempestivamente. O Éxito obteve sucesso no tribunal de primeira instância. O réu interpôs recurso para o Conselho de Estado.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão administrativa: a Receita de Bogotá emitiu uma decisão contra os interesses do Éxito, modificando as declarações fiscais comerciais, impondo um valor maior de imposto a ser pago e uma penalidade por imprecisão na declaração. Juízo de primeira instância: decisão favorável aos interesses do Éxito, uma vez que foi declarado que a Repartição Fiscal – Secretaria Distrital de Finanças de Bogotá havia perdido o poder de efetuar as modificações na declaração apresentada pelo Éxito.
h. estágios do processo	Decisão administrativa Secretaria da Fazenda - Secretaria Distrital de Impostos de Bogotá Primeira instância judicial perante o Tribunal Administrativo de Cundinamarca Segunda instância judicial perante o Conselho de Estado.

i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Devido à sua chance de perda (possível) e por ultrapassar o valor de R\$ 1.085.000 em caso de decisão contrária aos interesses da Companhia.
k. análise do impacto em casos de perda	O valor estimado em caso de decisão contrária aos interesses da Companhia é de R\$ 12,831 mil.

PROCESSO 2	
a. Juízo	Conselho Estadual
b. Instância	Tribunal Superior
c. Data de instauração	05/09/2018
d. Partes no processo	Requerido: Direção de Impostos e Aduanas Nacionais ("DIAN") Autor: Almacenes Éxito SA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Apuração Oficial do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) relativo ao 3.º, 4.º e 6.º períodos bimestrais de 2013
f. Principais fatos	Ação movida pelo Éxito contra a DIAN visando a anulação de determinados atos administrativos através dos quais foi calculado o IVA incidente sobre frango marinado referente ao 3º, 4º e 6º bimestres de 2013. Em 29 de novembro de 2021, a decisão do tribunal de primeira instância foi notificada por e-mail, negando as alegações do Éxito. Em 13 de dezembro de 2021, o Éxito interpôs Recurso de Apelação contra o Acórdão do Tribunal de Primeira Instância, que será resolvido pelo Conselho de Estado. Em fevereiro de 2023, o Conselho de Estado emitiu decisão de tribunal superior favorável aos interesses do Éxito, anulando integralmente a decisão do tribunal de primeira instância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão administrativa: A DIAN emitiu uma decisão contra os interesses do Éxito, por considerar que o imposto aplicável à comercialização de frango cozido é o IVA e não o Imposto sobre o Consumo, o que implicou um IVA mais elevado a pagar e uma multa. Juízo de Primeira Instância: decisão contrária aos interesses do Éxito. Tribunal Superior: decisão no interesse do Éxito, anulando integralmente a decisão do tribunal de primeira instância, deixando como definitivas as declarações

PROCESSO 2	
	de Imposto de Consumo apresentadas pelo Éxito à época.
h. estágios do processo	Decisão administrativa da DIAN Decisão do Tribunal de Primeira Instância perante o Tribunal Administrativo de Antioquia Decisão do Tribunal Superior perante o Conselho de Estado
i. chance de perda	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pela sua chance de perda (possível) e por ultrapassar o valor de R\$ 1.085.000 em caso de decisão contrária aos interesses da Companhia.
k. análise do impacto em casos de perda	O valor estimado em caso de decisão contrária aos interesses da Companhia é de R\$ 3,619 mil.

PROCESSO 3	
a. Juízo	Conselho Estadual
b. Instância	Tribunal Superior
c. Data de instauração	22/05/2022
d. Partes no processo	Requerido: Repartição Fiscal do Vale do Cauca Autor: Almacenes Éxito S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Liquidações oficiais nº 4131.041.21.1.2070 Rejeição de alteração privada e 4131.040.21.1.0210 com liquidação oficial para imposto comercial 2018
f. Principais fatos	Ação movida pelo Éxito contra a Receita Federal do Valle del Cauca visando a anulação dos atos administrativos através dos quais foi aumentado o imposto comercial referente ao ano de 2018.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão administrativa: A Repartição de Finanças do Valle del Cauca emitiu uma decisão contra as pretensões do Éxito de reduzir o imposto, por considerar que o imposto comercial seria maior.
h. estágios do processo	Decisão administrativa Repartição de Finanças do Valle del Cauca – confirmando sua posição. Aguardando decisão do Conselho Curt em primeira instância
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Porque o valor em discussão ultrapassa o valor de R\$ 1.085.000 em caso de decisão contrária às pretensões da Companhia.
k. análise do impacto em casos de perda	O valor estimado em caso de decisão contrária às pretensões da Companhia é de R\$ 1,714 mil.

4.5. Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2023, nenhuma quantia provisionada para as ações consideradas individualmente relevantes indicadas no item 4.4 acima.

4.6. Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

4.7. Outras contingências relevantes

Não aplicável, tendo em vista que todas as contingências relevantes foram reportadas nos itens acima.

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A política de gestão de riscos do Grupo Éxito está formalizada no Código de Governança Corporativa ("Política de Gestão de Riscos"). O principal objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer a finalidade, escopo, princípios e estrutura geral de ação para a Gestão Integral de Riscos, dentro do esquema de Governança Corporativa definido pela Companhia.

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é desenvolvido em diferentes níveis. Portanto, seu escopo é diferente em cada nível, como a seguir:

- **Nível estratégico:** Os membros da alta administração da Companhia participam diretamente neste nível. Em uma base contínua, esses membros identificam os riscos que poderiam afetar o cumprimento dos pilares estratégicos e os avaliam para estabelecer suas medidas de gestão, que são priorizadas, levando em conta o peso individual de cada risco e o peso de cada risco em relação ao seu nível de influência sobre os demais. Neste nível, o risco tem uma visão corporativa e seu escopo é estendido ao Grupo Corporativo, abordando os riscos que são monitorados com prioridade pelo Conselho de Administração através do Comitê de Auditoria e Riscos. Estes riscos são levados em consideração quando os riscos do Grupo Corporativo são consolidados.
- **Nível de projeto:** Os projetos que requerem autorização do Conselho de Administração devem ter uma análise de risco do projeto. Esta análise deve considerar os riscos intrínsecos mais relevantes do projeto e os riscos que dele resultam e que podem afetar a conformidade com os pilares estratégicos da Companhia. Esses riscos, assim como as medidas de gestão, são identificados e gerenciados pelo diretor estabelecido para cada projeto.
- **Nível empresarial:** Neste nível, cada uma das Companhias identifica situações ou eventos que ameaçam a sustentabilidade e define as medidas de gestão que são avaliadas regularmente.
- **Nível de processo:** Os riscos nos processos são autogeridos por cada pessoa responsável pelo respectivo processo de acordo com a metodologia e uma linguagem previamente autorizada.

Além disso, a Companhia redefiniu o novo modelo de governança, risco e conformidade (modelo GRC), buscando integrar o gerenciamento de risco à arquitetura de controle da Companhia e desenvolvendo o gerenciamento de risco operacional como parte do programa de autogestão.

De acordo com tal arquitetura de controle, foram implementados controles em todos os níveis, processos e áreas da Companhia, através de um conjunto de princípios, regulamentos, procedimentos e mecanismos de verificação e avaliação definidos.

Alguns dos mecanismos de monitoramento implementados para alcançar os objetivos de controle são:

- (i) Um processo de conformidade a partir do qual o sistema de prevenção e controle da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, o programa de transparência e o sistema de proteção de dados pessoais são gerenciados de forma abrangente;
- (ii) Relatórios periódicos de gerenciamento de risco;
- (iii) Uma avaliação da eficácia operacional dos controles decorrentes da implementação da Lei Sarbanes-Oxley;
- (iv) O programa de autocontrole, atualmente em reformulação, que permite uma autoavaliação dos riscos mais críticos e controles-chave pelos líderes do processo, e uma definição de planos de ação corretiva onde quer que os desvios sejam identificados; e
- (v) Todos os outros sistemas de controle gerenciados a partir dos diversos processos que fazem a primeira e a segunda linha de defesa.

Com relação ao sistema de controle interno, os órgãos de informação do sistema da Companhia estão estruturados da seguinte forma:

- (i) Nível estratégico: Conselho de Administração e Comitê de Auditoria e Riscos;
- (ii) Nível tático: responsáveis Empresariais e Comitê de Auditoria e Riscos; e
- (iii) Nível operacional: proprietários do processo através de autocontrole.

O Comitê de Auditoria e Riscos, que monitora os processos de informações e relatórios financeiros, gestão de riscos, sistemas de controle interno (incluindo o monitoramento de auditorias internas e externas) e conformidade regulamentar (com maior foco na prevenção da lavagem de dinheiro e no financiamento do terrorismo). O comitê também monitora o programa de transparência, o programa de proteção de dados pessoais, as transações entre partes relacionadas e revisa o relatório anual.

Além disso, o Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria e Riscos, supervisiona os processos de informação e relatórios financeiros, gestão abrangente de risco, revisão do progresso e situações significativas na implementação da Lei Sarbanes-Oxley, revisão do sistema e arquitetura de controle interno, incluindo o acompanhamento da gestão da Auditoria Interna e do Auditor Legal, conformidade com os regulamentos aplicáveis à Companhia, o programa de transparência, o sistema de proteção de dados pessoais e o sistema de prevenção e controle da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

A Companhia entende que, atualmente, estas práticas são apropriadas para a gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta, não tendo sido crítica, até o momento, da necessidade de formalização de políticas. Apesar do fato de que a Companhia não é obrigada a ter tal Política formalizada, a Companhia avalia continuamente a necessidade de desenvolver uma política formal de gerenciamento de riscos, tendo já contratado consultoria especializada a este respeito, sendo que os estudos realizados estão atualmente em discussão.

b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O principal objetivo da Política de Gestão de Riscos é estabelecer o escopo, os princípios e a estrutura geral de ação para a gestão de riscos comerciais dentro da governança corporativa definida pela Companhia.

A Companhia visa antecipar e/ou lidar com as ameaças, tendências e oportunidades que possam afetar a sustentabilidade da Companhia e de seus negócios com o gerenciamento de riscos comerciais, através de uma metodologia autorizada e de um processo contínuo. Por meio disto, a Companhia visa tomar decisões informadas com a incorporação do gerenciamento de risco no estabelecimento da estratégia da Companhia e de cada um de seus negócios, através da identificação, classificação, priorização e gerenciamento destas ameaças, tendências e oportunidades que afetam os pilares estratégicos ou objetivos do negócio. Ao mesmo tempo, isto permitirá que a alta administração da Companhia tenha uma visão mais ampla e desempenhe um papel ativo no gerenciamento de riscos. Além do acima exposto, o gerenciamento adequado do risco comercial permite que a Companhia mantenha a confiança de seus diferentes Stakeholders.

A Política de Gestão de Riscos estabelece a estrutura de governança e define os papéis e responsabilidades, para garantir a implementação adequada do sistema abrangente de gestão de riscos em seus quatro níveis: estratégico, projetos, negócios e processos.

- **Conselho de Administração:** As funções relativas ao gerenciamento de risco Empresarial estão definidas no Estatuto Social da Companhia e nas Regras de Procedimento do Conselho de Administração.

- **Comitê de Auditoria e Riscos:** As funções relativas ao gerenciamento de risco Empresarial estão definidas no Regulamento Interno do Conselho de Administração e de seus Comitês.
- **Membros da Alta Administração:** Eles são responsáveis por dirigir a implementação e manutenção do Sistema de Gestão Empresarial, e por verificar sua eficácia dentro da Companhia e seu adequado funcionamento, para o que eles demonstram muito a execução dos controles que lhes correspondem.
- **Gerentes de Processo:** Eles são responsáveis pelo gerenciamento de riscos de seus processos e encarregados de identificar, avaliar, medir, controlar, monitorar e relatar riscos, definir metodologias e assegurar que o gerenciamento de riscos seja consistente com a estratégia, a política de riscos e os limites máximos aprovados.
- **Comitê de Risco Interno:** O Comitê de Risco Interno é composto por diferentes gestores de risco com o objetivo de realizar uma revisão regular dos principais riscos dos negócios, das medidas de gerenciamento estabelecidas e da materialização dos riscos, o que constitui uma ferramenta para a definição de estratégias em cada um de seus processos para alcançar um suporte abrangente e transversal para o gerenciamento de riscos comerciais.
- **Vice-Presidência de Assuntos Corporativos:** Esta tem um Departamento de Gestão de Riscos Empresariais, que tem funções que incluem o desenvolvimento e o incentivo à consciência dos riscos, através da definição, aplicação e divulgação de uma política de gestão de riscos, metodologia e indicadores, que deve ser avaliada a cada ano.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Conforme descrito no item 4.3 deste Formulário de Referência, os principais riscos de mercado que a Companhia busca proteção são:

1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de que uma contraparte não cumpra com suas obrigações assumidas sob um instrumento financeiro ou acordo comercial, resultando em perda financeira. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito decorrente de suas atividades operacionais (particularmente de devedores comerciais) e de suas atividades financeiras, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima a riscos de crédito.

2. Risco de taxa de juros

Para gerenciar o risco de taxa de juros, a Companhia e suas subsidiárias realizam operações de câmbio financeiro através de instrumentos financeiros derivativos (*swaps* de taxa de juros) com instituições financeiras previamente aprovadas, sob as quais concordam em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os montantes de taxas de juros fixas e taxas de juros variáveis estimadas sobre um montante de principal nominal acordado, o que transforma taxas variáveis em taxas fixas e fluxos de caixa podem então ser determinados.

A maior parte dos passivos financeiros do Grupo Éxito está indexada a taxas variáveis de mercado. Para gerir o risco, o Grupo Éxito realiza operações de câmbio financeiro através de instrumentos financeiros derivados (*swaps* de taxas de juro) com instituições financeiras previamente aprovadas, por meio das quais se comprometem a trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juro fixas e das taxas de juro variáveis estimadas sobre um valor nominal de principal acordado, o que transforma taxas variáveis em taxas fixas e os fluxos de caixa podem, assim, ser determinados.

3. Risco cambial

O risco cambial é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros flutuem devido a alterações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo Éxito ao risco cambial está associada a transações passivas em moeda estrangeira associadas a passivos de dívida de longo prazo e às atividades operacionais do Grupo Éxito (sempre que as receitas e despesas sejam denominadas em moeda diferente da moeda funcional), bem como com os investimentos líquidos do Grupo Éxito no exterior.

O Grupo Éxito gere o seu risco cambial através de instrumentos financeiros derivados (particularmente *forwards* e *swaps*) sempre que tais instrumentos sejam eficientes para mitigar a volatilidade. Quando exposto ao risco cambial desprotegido, a política do Grupo Éxito é contratar instrumentos derivativos que se correlacionem com os termos dos elementos subjacentes que estão desprotegidos. Nem todos os derivativos financeiros são classificados como operações de cobertura; entretanto, a política do Grupo Éxito é não realizar transações para especulação.

Até 31 de dezembro de 2023, o Grupo Éxito tinha coberto quase 100% de suas compras e passivos em moeda estrangeira.

4. Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado, ou seja, mudanças nas taxas de câmbio, taxas de juros ou preços de ações, tenham um efeito negativo na receita da Companhia e de suas subsidiárias ou no valor dos

instrumentos financeiros que ela detém. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a este risco dentro de parâmetros razoáveis, otimizando ao mesmo tempo a rentabilidade.

5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de que o Grupo Êxito enfrente dificuldades para cumprir suas obrigações associadas aos passivos financeiros, que são liquidados pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem do Grupo Êxito para administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que ele sempre terá a liquidez necessária para cumprir suas obrigações sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar sua reputação em risco.

O Grupo Êxito gerencia os riscos de liquidez monitorando diariamente seus fluxos de caixa e vencimentos de ativos e passivos financeiros, e mantendo relações adequadas com as instituições financeiras relevantes.

O Grupo Êxito visa manter um equilíbrio entre a continuidade dos negócios e o uso de fontes de financiamento através de empréstimos bancários de curto e longo prazo de acordo com as exigências, linhas de crédito não utilizadas disponíveis em instituições financeiras, entre outros mecanismos. Em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 71% da dívida do Grupo Êxito vencerá em menos de um ano (31 de dezembro de 2022 – 33%), considerando o valor contábil dos empréstimos incluídos nas demonstrações contábeis anexas.

O risco de liquidez do Grupo Êxito é considerado baixo já que não há restrição significativa para a liquidação pagamento de passivos financeiros que vencem dentro de doze meses da data das demonstrações de 31 de dezembro de 2023. O Grupo Êxito tem acesso a linhas de créditos não utilizadas.

6. Risco do preço das ações

A Companhia administra sua estrutura patrimonial e faz os ajustes necessários em função das mudanças nas condições e exigências econômicas sob cláusulas financeiras. Para manter e ajustar sua estrutura de capital, a Companhia também pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, reembolsar contribuições de capital ou emitir novas ações.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo Êxito utiliza instrumentos financeiros derivativos para mitigar a exposição à variação das taxas de juros e de câmbio. Estes instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo no final de cada

período. São apresentados como ativo não circulante ou passivo não circulante sempre que o vencimento remanescente do item protegido for superior a 12 meses, caso contrário são apresentados como ativo circulante e passivo circulante.

A Companhia realiza transações de hedge sob contratos a termo e *swap*, para cobrir os riscos associados às mudanças nas taxas de câmbio aplicáveis a seus investimentos e nas taxas de câmbio e taxas de juros aplicáveis a seus passivos.

Os ganhos ou perdas decorrentes de alterações no valor justo dos derivativos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras. Os instrumentos financeiros de derivativos que atendem aos requisitos de contabilidade de hedge são contabilizados de acordo com a política de contabilidade de hedge descrita abaixo.

Contabilidade de hedge

O Grupo Éxito utiliza instrumentos de hedge para mitigar os riscos associados às alterações nas taxas de câmbio relacionadas aos seus investimentos em operações no exterior e nas taxas de câmbio e de juros relacionadas aos seus passivos financeiros.

Uma relação de cobertura qualifica-se para contabilidade de cobertura se cumprir todos os seguintes requisitos de eficácia:

- Existe “uma relação econômica” entre o item coberto e o instrumento de cobertura.
- O efeito do risco de crédito não “domina as alterações de valor” que resultam dessa relação econômica.
- O ratio de cobertura da relação de cobertura é o mesmo que resulta da quantidade do item coberto que o Grupo Éxito efetivamente cobre e da quantidade do instrumento de cobertura que o Grupo Éxito efetivamente utiliza para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os documentos incluem a identificação do instrumento de hedge, o item coberto, a natureza do risco sendo coberto e a maneira pela qual o Grupo Éxito avaliará se a relação de hedge atende aos requisitos de eficácia do hedge (incluindo a análise das fontes da ineficácia do hedge e como o índice de hedge é determinado).

Os hedges são classificados e contabilizados da seguinte forma, mediante o cumprimento de critérios de contabilidade de *hedge*:

Hedges de fluxo de caixa: hedges incluem hedges que cobrem a exposição à variação nos fluxos de caixa decorrentes de um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista cuja ocorrência é altamente provável e pode ter um impacto nos resultados do período.

Os instrumentos derivativos são registrados como hedge de fluxo de caixa, utilizando os seguintes princípios:

- A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Caso a relação de cobertura deixe de cumprir o índice de cobertura mas o objetivo de gestão do risco se mantenha inalterado, o Grupo Éxito deverá “reequilibrar” o índice de cobertura para cumprir os critérios de elegibilidade.
- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive resultante do reequilíbrio do índice de hedge) é ineficaz e, portanto, deve ser reconhecido no resultado.
- Os valores registrados em outros resultados abrangentes são imediatamente transferidos para o resultado juntamente com a transação protegida, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira protegida é reconhecida ou quando ocorre uma venda prevista. Quando o item protegido for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores registrados no patrimônio líquido são transferidos para o valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- O Grupo Éxito deverá descontinuar prospectivamente a contabilidade de cobertura apenas quando a relação de cobertura deixar de cumprir os critérios de qualificação (depois de ter em conta qualquer reequilíbrio da relação de cobertura).
- Se a transação esperada ou o compromisso firme não for mais esperado, os valores anteriormente reconhecidos em ORA são transferidos para a Demonstração do Resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, rescindido ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se sua classificação de hedge for revogada, os ganhos ou as perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidas no patrimônio líquido em outro resultado abrangente até que a transação esperada ou o compromisso firme afetem o resultado.

Hedges de justo valor: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição a mudanças no justo valor de ativos ou passivos reconhecidos ou compromissos firmes não reconhecidos.

Uma mudança no justo valor de um derivativo que é um instrumento de hedge de justo valor é reconhecida na demonstração de lucros ou perdas como despesa ou receita financeira. Uma mudança no justo valor de um item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item coberto e

também é reconhecida na demonstração de lucros ou perdas como despesa ou receita financeira.

Sempre que um compromisso firme não reconhecido for identificado como um item coberto, a mudança subsequente acumulada no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto será reconhecida como um ativo ou passivo e o ganho ou perda relevante será reconhecido em lucros ou prejuízos. Para os exercícios encerrados em 2023 e 2022, o Grupo Êxito não designou nenhum instrumento financeiro derivado como cobertura de justo valor.

Hedge líquido de investimento em transação no exterior: esta categoria inclui hedges que cobrem a exposição à variação das taxas de câmbio decorrentes da conversão de negócios estrangeiros para a moeda do relatório da Companhia.

A parte efetiva das mudanças no justo valor dos instrumentos derivativos definidos como instrumentos para cobrir um investimento líquido em uma transação estrangeira é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado à parte não efetiva é reconhecido na demonstração de lucros ou perdas.

Caso a Companhia aliene um negócio no exterior, no todo ou em parte, o valor acumulado da parcela efetiva registrada em outros resultados abrangentes é reclassificado para a demonstração do resultado.

(iii) Estrutura organizacional de controle de gestão de riscos de mercado

O objetivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar a exposição a esse risco dentro de parâmetros razoáveis e, ao mesmo tempo, otimizar a rentabilidade.

A Companhia valoriza a constante evolução de seus controles internos e de sua estrutura operacional e sua administração está sempre avaliando a necessidade de novos investimentos para melhorá-los.

A Companhia revê regularmente todos os seus processos e documentos relacionados à gestão de riscos, incluindo políticas, instrumentos normativos, manuais e regulamentos, a fim de sempre promover melhorias em sua governança. Em geral, as decisões relacionadas ao gerenciamento de risco são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e regras da Companhia, bem como de acordo com as regras em vigor dos órgãos reguladores.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O sistema de controles internos do Grupo Êxito está estruturado sob o modelo das três linhas de defesa e as diretrizes derivadas das normas COSO e ISO 31000. Sob

esta premissa, a linha estratégica, composta pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, monitora sua execução e desenvolvimento e busca a implementação de ações que garantam sua conformidade e melhoria contínua; para isso, têm monitoramento permanente da estratégia por parte do Conselho de Administração e monitoramento estrutural regular por parte do Comitê de Auditoria, com base no parecer anual sobre a evolução do sistema, relatórios de auditoria interna, monitoramento da gestão abrangente de riscos, monitoramento e cumprimento dos controles financeiros e relatórios de auditoria externa.

Exceto conforme discutido abaixo nas ações corretivas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou nenhuma alteração em seu controle interno sobre os relatórios financeiros que tenha afetado materialmente, ou que seja razoavelmente provável de afetar materialmente seu controle interno sobre os relatórios financeiros.

Com base nessas atividades e considerando as discutidas a seguir, a alta administração e o Comitê de Auditoria emitiram parecer favorável à gestão responsável pela estratégia, pelos processos e pela informação financeira, indicando que o sistema de controle interno é confiável e que não têm conhecimento de quaisquer irregularidades que possam prejudicar a confiabilidade das informações financeiras e administrativas. Procuram também monitorizar permanentemente e implementar ações de melhoria para colmatar lacunas de controle identificadas, garantindo a boa governação, o cumprimento regulamentar, a fiabilidade da informação, a eficiência operacional e a salvaguarda dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2023 - Plano de remediação a ser implementado nos anos seguintes

Um plano de remediação abrangente será desenvolvido e executado nos próximos anos para resolver todas as deficiências identificadas. Este plano envolverá o reforço dos controles, a revisão de procedimentos e a implementação de medidas adicionais para garantir a eficácia e fiabilidade do quadro de controles internos da Companhia. Estes esforços terão como objetivo mitigar riscos, melhorar a precisão dos relatórios financeiros e garantir a conformidade com as normas internacionais.

Segregação de revisão e aprovação de lançamentos contábeis manuais: A Companhia possui controles relacionados à revisão manual de ajustes contábeis. Contudo, nos anos seguintes, a atividade de controle será reforçada, tendo em vista a avaliação de fatores quantitativos e qualitativos relevantes face ao impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controle de inventário: A Companhia possui controles que visam garantir a precisão das contagens por meio de contagens cíclicas dos estoques com base na criticidade ou risco de perda por sublinha. Para melhorar os controles, a Companhia

documentará o procedimento para determinação da provisão para perdas reconhecidas nos exercícios subsequentes.

Processo de Relatório Financeiro: Para garantir integridade e precisão, a Companhia implementará e operará adequadamente controles mensais, trimestrais e anuais em conformidade com as IFRS.

Avaliação da continuidade operacional: A Companhia aprimorará a documentação e as informações utilizadas para analisar a premissa de continuidade, incluindo o monitoramento da posição de caixa, capital de giro, níveis mínimos de caixa e limites de endividamento.

Supervisão dos Relatórios Financeiros e do ICOFR: A Companhia está empenhada em melhorar a supervisão dos relatórios financeiros e o controle interno dos seus relatórios financeiros (ICOFR), reforçando a presença de empregados que possuam a competência e autoridade necessárias. Atualmente, a Companhia se beneficia da experiência e autoridade do pessoal responsável por supervisionar e manter a funcionalidade dos controles internos sobre informações financeiras e divulgação de demonstrações financeiras. Isto exige relatórios contínuos ao Comitê de Auditoria e Riscos para revisões trimestrais. No entanto, a Companhia reconhece a necessidade de novas melhorias nos mecanismos de controle para garantir uma supervisão adequada do controle interno e da informação financeira.

Controle de Receitas e Arrecadações para Libertad S.A.: Para a subsidiária Libertad na Argentina, será aprimorado o desenho dos controles relacionados a receitas e cobranças. Os controles dentro do ciclo de receitas e cobrança serão revistos e reforçados para garantir que aqueles centrados na reconciliação, revisão e reconhecimento contábilístico proporcionam uma garantia razoável de exatidão.

5.2. Descrição dos controles internos

a) *as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las*

A Companhia busca sempre a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o melhor desempenho de seus controles internos e, para tanto, possui mecanismos de gestão de riscos e de controles internos com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos seus processos operacionais e financeiros.

Atualmente, a Companhia possui diversas práticas de controles internos, sendo que, inclusive, mantém uma área de Controles Internos, a qual, nos termos do Código de Governança Corporativa, é responsável por:

- (i) Avaliar e propor ao Conselho de Administração a estrutura, procedimentos e metodologias necessários para o funcionamento e eficácia dos controles internos;
- (ii) Monitorar e avaliar o sistema de controles internos, arquitetura e componentes da Companhia por meio de relatórios e organismos de garantia estabelecidos, tais como a auditoria interna, o Comitê de Auditoria e os auditores independentes;
- (iii) Monitorar os sistemas de controles internos, verificar se estes são suficientes, e recomendar a sua aprovação ou instalação ao Conselho de Administração, incluindo as operações com empresas *off-shore*, que devem ser realizadas de acordo com os procedimentos, sistemas de controles de risco aprovados pelo Conselho de Administração; e
- (iv) Assegurar que a Companhia implemente as recomendações de controles internos realizadas pelos diferentes órgãos de supervisão e de controles internos e externos.

Exceto conforme discutido abaixo nas ações corretivas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, durante o período coberto por este formulário de referência, a Companhia não alterou seus controles internos sobre os relatórios financeiros que tenha afetado materialmente, ou que seja razoavelmente provável de afetar materialmente seus controles internos sobre os relatórios financeiros. Com base nessas atividades e considerando as discutidas abaixo, a alta Administração e o Comitê de Auditoria emitem um parecer favorável sobre a gestão responsável da estratégia, processos e informações financeiras, indicando que o sistema de controle interno é confiável e que eles não estão cientes de quaisquer irregularidades que possam prejudicar a confiabilidade das informações financeiras e administrativas.

Eles também procuram monitorar permanentemente e implementar ações de melhoria oportunas para fechar as lacunas de controle identificadas, garantindo boa governança, conformidade regulamentar, confiabilidade das informações, eficiência operacional e salvaguarda dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2023 - Plano de remediação a ser implementado nos anos seguintes

Um plano de remediação abrangente será desenvolvido e executado nos próximos anos para resolver todas as deficiências identificadas. Este plano envolverá o reforço dos controles, a revisão de procedimentos e a implementação de medidas adicionais para garantir a eficácia e fiabilidade do quadro de controles internos da Companhia. Estes esforços terão como objetivo mitigar riscos, melhorar a precisão dos relatórios financeiros e garantir a conformidade com as normas internacionais.

Segregação de revisão e aprovação de lançamentos contábeis manuais: A Companhia possui controles relacionados à revisão manual de ajustes contábeis. Contudo, nos anos seguintes, a atividade de controle será reforçada, tendo em conta a avaliação de fatores quantitativos e qualitativos relevantes face ao impacto na demonstração financeira.

Controle de inventário: A Companhia possui controles que visam garantir a precisão das contagens por meio de contagens cíclicas dos estoques com base na criticidade ou risco de perda por sublinha. Para melhorar os controles, a Companhia documentará o procedimento para determinação da provisão para perdas reconhecidas nos exercícios subsequentes.

Processo de Relatório Financeiro: Para garantir integridade e precisão, a Companhia implementará e operará adequadamente controles mensais, mensais, trimestrais e anuais em conformidade com as IFRS.

Avaliação da continuidade operacional: A Companhia aprimorará a documentação e as informações utilizadas para analisar a premissa de continuidade, incluindo o monitoramento da posição de caixa, capital de giro, níveis mínimos de caixa e limites de endividamento.

Supervisão dos Relatórios Financeiros e do ICOFR: A Companhia está empenhada em melhorar a supervisão dos relatórios financeiros e o controle interno dos relatórios financeiros (ICOFR), reforçando a presença de pessoal que possua a competência e autoridade necessárias. Atualmente, a Companhia se beneficia da experiência e autoridade do pessoal responsável por supervisionar e manter a funcionalidade dos controles internos sobre informações financeiras e divulgação de demonstrações financeiras. Isto exige relatórios contínuos ao Comitê de Auditoria para revisões trimestrais. No entanto, a Companhia reconhece a necessidade de novas melhorias

nos mecanismos de controle para garantir uma supervisão adequada do controle interno e da informação financeira.

Controle de Receita e Arrecadação para Libertad S.A.: Para a subsidiária Libertad na Argentina, será aprimorado o desenho dos controles relacionados a receitas e cobranças. Os controles dentro do ciclo de receitas e cobrança serão revistos e reforçados para garantir que aqueles centrados na reconciliação, revisão e reconhecimento contabilístico proporcionam uma garantia razoável de exatidão.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos ligados aos processos operacionais e financeiros conta com a área de Controles Internos, cujas atribuições estão descritas no item (a) acima. Além disso, a Companhia conta com a seguinte estrutura:

I. Comitê de Riscos Internos: é composto de diferentes gestores que realizam uma revisão regular dos principais riscos dos negócios, das medidas de gerenciamento estabelecidas e da materialização dos riscos. Por meio deste comitê, se definem as estratégias de cada um dos processos da Companhia para alcançar um suporte abrangente e transversal ao gerenciamento de riscos comerciais;

II. Auditoria Interna: fornecer garantia (auditoria) e consulta (aconselhamento) independente e objetivamente sobre os processos de governança, riscos e controles, a fim de melhorar as operações da Companhia, ajudando-a a atingir seus objetivos. Para dar independência à atividade de auditoria interna, suas funções são monitoradas pelo Conselho de Administração. O Departamento de Auditoria Interna está autorizado a atuar no centro de todas as atividades da Grupo Éxito e a intervir em todos os processos ou domínios administrativos, contábeis, financeiros, funcionais ou operacionais;

III. Vice-Presidência de Assuntos Corporativos: esta área conta com um Departamento de Gestão de Riscos Corporativos, que tem funções que incluem o desenvolvimento e o incentivo da consciência do risco, através da definição, aplicação e divulgação de uma política de gestão de riscos, metodologia e indicadores, que deve ser avaliada a cada ano;

IV. Comitê de Auditoria: criado para apoiar o Conselho de Administração, é responsável pela supervisão da gestão de riscos, dos sistemas de controles internos, e seu contínuo aperfeiçoamento, entre outras responsabilidades descritas em seu regulamento interno, sem que isso implique na substituição da responsabilidade que oficialmente corresponde ao Conselho de Administração, desenvolvendo funções consultivas e de apoio. Cabe ainda ao Comitê de Auditoria acompanhar as atividades de controles internos e da Auditoria Interna da Companhia; e

V. Conselho de Administração: é responsável por monitorar a eficiência e o nível de cumprimento das medidas de governança corporativa, monitorar a independência e eficiência do procedimento de auditoria interna e apresentar uma proposta à Assembleia Geral de Acionistas para a contratação de um Auditor Independente, tendo realizado uma análise prévia de sua experiência, disponibilidade e que possui os recursos humanos e técnicos necessários para realizar a referida auditoria.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento

A área de Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, conforme descrito no item "b", atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Uma deficiência significativa é uma deficiência, ou uma combinação de deficiências no controle interno das informações financeiras que é menos severa do que uma deficiência material, mas suficientemente importante para merecer a atenção dos responsáveis pela supervisão das informações financeiras da Companhia.

Durante o procedimento de auditoria das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram identificadas fraquezas materiais ou deficiências significativas no que tange aos controles internos, conforme descritas abaixo:

Durante o ano fiscal de 2023, as deficiências relacionadas com recursos treinados (tecnologia da informação) e controle em nível de processo para ajustes de custos foram corrigidas, enquanto transações complexas ainda persistem. Além disso, a estrutura de controle interno, especialmente em áreas como a segregação dos processos de revisão e aprovação, procedimentos de relato financeiro, avaliação da continuidade, supervisão dos relatórios financeiros e conformidade, e controles de receitas e cobranças, foi considerada inadequada. Consequentemente, foram identificadas deficiências significativas, quais sejam:

- Segregação de revisão e aprovação de lançamentos contábeis manuais: A Companhia não desenhou efetivamente um controle relacionado à segregação da revisão e aprovação dos lançamentos contábeis manuais.
- Controle de inventário: A Companhia não desenhou efetivamente um controle relacionado ao estoque para garantir a existência e precisão no final do período.

- Processo de Relatório Financeiro: A Companhia não concebeu, implementou ou operou eficazmente controlos sobre o processo de relato financeiro.
- Avaliação da continuidade operacional: A Companhia não desenhou controle relacionado à avaliação da continuidade da Companhia.
- Supervisão dos Relatórios Financeiros e do ICOFR: A Companhia tem uma supervisão ineficaz dos relatórios financeiros da entidade e do ICOFR por parte dos responsáveis pela governação.
- Controle de Receitas e Arrecadações para Libertad S.A.: A Libertad S.A., um componente significativo da Almacenes Éxito SA na Argentina, não elaborou efetivamente um controle relacionado às receitas e à arrecadação.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Considerando as deficiências materiais relatadas no item “d”, a Companhia apresenta abaixo seu plano de remediação a ser implementado nos próximos anos:

Um plano de remediação abrangente será desenvolvido e executado nos próximos anos para resolver todas as deficiências identificadas. Este plano envolverá o reforço dos controlos, a revisão de procedimentos e a implementação de medidas adicionais para garantir a eficácia e fiabilidade do quadro de controlos internos da Companhia. Estes esforços terão como objetivo mitigar riscos, melhorar a precisão dos relatórios financeiros e garantir a conformidade com as normas internacionais.

Segregação de revisão e aprovação de lançamentos contábeis manuais: A Companhia possui controlos relacionados à revisão manual de ajustes contábeis. Contudo, nos anos seguintes, a atividade de controlo será reforçada, tendo em conta a avaliação de fatores quantitativos e qualitativos relevantes face ao impacto na demonstração financeira.

Controle de inventário: A Companhia possui controlos que visam garantir a precisão das contagens por meio de contagens cíclicas dos estoques com base na criticidade ou risco de perda por sublinha. Para melhorar os controlos, a Companhia documentará o procedimento para determinação da provisão para perdas reconhecidas nos exercícios subsequentes.

Processo de Relatório Financeiro: Para garantir integridade e precisão, a Companhia implementará e operará adequadamente controlos mensais, mensais, trimestrais e anuais em conformidade com as IFRS.

Avaliação da continuidade operacional: A Companhia aprimorará a documentação e as informações utilizadas para analisar a premissa de continuidade, incluindo o

monitoramento da posição de caixa, capital de giro, níveis mínimos de caixa e limites de endividamento.

Supervisão dos Relatórios Financeiros e do ICOFR: A Companhia está empenhada em melhorar a supervisão dos relatórios financeiros e o controle interno dos relatórios financeiros (ICOFR), reforçando a presença de pessoal que possua a competência e autoridade necessárias. Atualmente, a Companhia se beneficia da experiência e autoridade do pessoal responsável por supervisionar e manter a funcionalidade dos controles internos sobre informações financeiras e divulgação de demonstrações financeiras. Isto exige relatórios contínuos ao Comitê de Auditoria para revisões trimestrais. No entanto, a Companhia reconhece a necessidade de novas melhorias nos mecanismos de controle para garantir uma supervisão adequada do controle interno e da informação financeira.

Controle de Receita e Arrecadação para Libertad S.A.: Para a subsidiária Libertad na Argentina, será aprimorado o desenho dos controles relacionados a receitas e cobranças. Os controles dentro do ciclo de receitas e cobrança serão revistos e reforçados para garantir que aqueles centrados na reconciliação, revisão e reconhecimento contábilístico proporcionam uma garantia razoável de exatidão.

5.3. Programa de integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Em 2011, a Companhia aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas. Em vista deste compromisso, a Companhia desenvolveu o Programa de Transparência, que estabelece os padrões, políticas, manuais, procedimentos, práticas e mecanismos destinados à promoção da transparência e prevenção, controle e resposta a riscos de fraude, incluindo suborno e corrupção.

As principais disposições do Programa de Transparência estão contidas no:

- (i) *Código de Ética e Conduta*: este Código foi concebido como um conjunto de diretrizes de ação para acionistas, diretores, membros do Conselho de Administração, funcionários, estagiários e aprendizes, terceiros, aliados, consultores e outros que atuam em nome da Companhia e de suas subsidiárias. O Código procura definir uma estrutura de ação de acordo com os valores e princípios corporativos da Companhia, com o objetivo de promover comportamentos éticos exemplares;
- (ii) *Política de Doações*: esta política estabelece os princípios e regras para as doações feitas a terceiros, e determina que o Conselho de Administração deve aprovar o valor e o beneficiário no caso de doações;
- (iii) *Política de Conflito de Interesses*: seu objetivo é definir um quadro de ação para os funcionários, em situações onde a objetividade e independência na tomada de decisões ou no exercício de suas funções estejam em risco.
- (iv) *Política de Doação e Recebimento de Presentes e Favores*: esta política estabelece todas as regras e diretrizes para o recebimento e entrega de presentes e hospitalidade com base em regras de conduta que visam agir com integridade e transparência na relação entre os colaboradores e as diferentes partes interessadas com as quais a Companhia; e
- (v) *Política de Prevenção e Controle de Lavagem de Dinheiro*: esta política tem como principal objetivo o estabelecimento de uma estrutura de ação baseada em diretrizes e diretrizes destinadas a mitigar o risco de que a Companhia e suas subsidiárias nacionais sejam utilizadas como

instrumento para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

A fim de garantir que todos os funcionários da Companhia sigam as regras acima mencionadas, a Companhia treina e comunica anualmente seus funcionários e terceiros, de acordo com análises de risco, padrões políticos, procedimentos, práticas e mecanismos para a promoção de uma cultura de transparência.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente.

As responsabilidades têm sido assumidas por todos os níveis da estrutura organizacional, como segue:

(i) Conselho de Administração

Cumpre ao Conselho de Administração:

- (a) Atuar nos melhores interesses da Companhia e cumprir as funções de seus cargos, conforme estabelecido por lei, o Estatuto Social da Companhia, o Código de Governança Corporativa, as Regras de Procedimento para o Conselho de Administração e outras regras aplicáveis;
- (b) Respeitar plenamente os regulamentos de governança corporativa da Companhia e incentivar a adoção, desenvolvimento e fortalecimento das melhores práticas corporativas;
- (c) Promover uma cultura de ética, transparência e honestidade, a fim de que a Companhia realize suas ações com integridade e tolerância zero para qualquer tipo de fraude, suborno ou corrupção; e
- (d) Aprovar o Programa de Transparência.

(ii) Comitê de Auditoria e Riscos

Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos:

- (a) Assegurar que o agente registrado comunica as deficiências significativas ou casos de fraude que possam ter um impacto material sobre as demonstrações contábeis;
- (b) Supervisionar a eficiência e a operação adequada do cumprimento da regulamentação e do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Contra Financiamento do Terrorismo;

(c) Rever e recomendar ao Conselho de Administração a aprovação da Política e operacionalização do Programa de Transparência, bem como medidas para prevenir, detectar e responder a riscos de fraude, incluindo suborno e corrupção, levando também em conta os canais e sistemas de comunicação;

(d) Monitorar regularmente o Programa de Transparência, os seus responsáveis, a gestão do Comitê de Ética e a eficácia dos mecanismos de apresentação de relatórios, avaliando o conteúdo dos relatórios quando houver desvios significativos, e fazer as recomendações relevantes e necessárias ao Conselho de Administração e Diretoria;

(e) Avaliar e informar o Conselho de Administração sobre casos de Conflitos de Interesses nos quais ele possa estar envolvido, direta ou indiretamente, ou através de uma parte relacionada: (i) um acionista majoritário, (ii) um membro do Conselho de Administração, (iii) o Diretor Presidente, (iv) o Diretor Executivo Operacional da Colômbia, (v) os diretores executivos, (vi) o conselho geral, ou (vii) o Auditor Interno, fazendo as recomendações necessárias para administrar a situação; e

(f) Avaliar e informar o Conselho de Administração sobre possíveis conflitos de interesse que possam surgir entre o Conselho e as filiais e/ou subsidiárias, ou entre essas entidades; ou entre administradores e partes relacionadas, e fazer as sugestões necessárias para administrar a situação.

(iii) Comitê de Ética

O objetivo do Comitê de Ética é liderar o Programa de Transparência da Companhia a fim de promover as mais altas condutas éticas, através do monitoramento das políticas que constituem o referido Programa. Portanto, compete ao Comitê de Ética:

(a) Fazer recomendações sobre diferentes ações estratégicas e comerciais, reconhecendo os impactos econômicos, ambientais e sociais em diferentes partes interessadas, e as ações corretas da Companhia;

(b) Avaliar o nível de política, procedimento e aplicação do mecanismo do Programa de Transparência, incluindo o Código de Ética e Conduta, e definir as ações necessárias para a divulgação periódica e o fortalecimento dos mais altos padrões de conduta ética dentro da Companhia;

(c) Analisar os casos que interferem na transparência em qualquer caso em que a Companhia possa ser afetada, os quais, em sua opinião, não devem ser delegados ao Comitê Operacional Antifraude e Anticorrupção, e conduzir as investigações necessárias;

- (d) Assegurar a conformidade e validade do Programa de Transparência, do Código de Ética e Conduta, e de outras políticas, procedimentos e mecanismos do Programa;
- (e) Validar a atualização dos mapas de risco de fraude, quando apropriado; e
- (f) Apresentar um relatório anual ao Conselho de Administração da Companhia, por meio de seu Comitê de auditoria e riscos.

(iv) Comitê Operacional Antifraude e Anticorrupção

O Comitê Operacional Antifraude e Anticorrupção é composto por membros permanentes do Comitê de Ética, incluindo o Diretor Operacional, o Vice-Presidente de Recursos Humanos, o Vice-Presidente de Serviços Único, o Vice-Presidente de Assuntos Corporativos e o Auditor Interno, e os gerentes de casos podem ser convidados de acordo com a necessidade dos casos em análise e análise.

Este Comitê se reporta ao Comitê de Ética, e compete a este:

- (a) Gerenciar efetivamente os fatos contra a transparência, recebidos através de mecanismos de relatórios;
- (b) Familiarizar-se com os fatos apresentados, assim como com o estado da investigação e sua resolução;
- (c) Analisar as lacunas identificadas nos processos e sistemas, assim como a pertinência das recomendações para sua resolução;
- (d) Definir e administrar as medidas de resposta: (I) medidas disciplinares, processos judiciais e/ou de recuperação, e (II) ações preventivas e corretivas em relação a terceiros implicados, de acordo com a lei, ou as condições comerciais ou contratuais aplicáveis;
- (e) Monitorar o estado dos planos de ação, e garantir o fechamento das lacunas de controle; e
- (f) Decidir as estratégias e modos de comunicação e conteúdo para informar os outros.

(v) O Representante Legal da Companhia.

Compete ao Representante Legal da Companhia:

- (a) Liderar ações consideradas necessárias para a defesa dos interesses da Companhia e evitar danos, incluindo a apresentação de ações legais apropriadas. Quando um diretor ou funcionário infringe as disposições

estabelecidas no Programa de Transparência ou qualquer uma de suas políticas, procedimentos, manuais ou mecanismos relacionados; e

(b) Comunicar deficiências significativas ou casos de fraude que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

(vi) *Diretor de Compliance*

Compete ao Diretor de Compliance:

(a) Coordenar as políticas emitidas pelo Conselho de Administração, Alta Administração e Comitê de Ética, promovendo a prevenção e controle dos riscos de fraude, incluindo suborno e corrupção, por meio da estruturação, implementação e execução do Programa de Transparência;

(b) Realizar avaliações periódicas dos riscos de fraude, incluindo suborno e corrupção;

(c) informar periodicamente sobre o funcionamento do Programa de Transparência;

(d) Direcionar e coordenar atividades periódicas de comunicação e treinamento relacionadas ao Programa de Transparência, que buscam criar consciência a respeito da ameaça que representa para a Companhia a execução de práticas corruptas;

(e) Coordenar e assegurar o cumprimento dos procedimentos de investigação interna, caso tenha havido infrações ao Programa de Transparência; e

(f) Solicitar a realização de procedimentos de auditoria dentro da estrutura de transações comerciais ou internacionais, quando apropriado.

(vii) *Gestores de casos*

De acordo com o sistema de investigação definido pela Companhia, de acordo com a natureza da ocorrência, foram nomeados gerentes de casos para processar os relatórios obtidos através dos canais de relatórios, sob a administração do Comitê Operacional Antifraude e Anticorrupção.

(viii) *Funcionários*

Os funcionários e administradores, em todas as suas ações internas e perante terceiros, devem promover a transparência e deixar claro que a organização não tolera a corrupção nem o suborno. Como tal, eles nunca oferecerão ou aceitarão pagamentos, favores, presentes, benefícios ou qualquer outro objeto de valor pecuniário, a fim de criar um resultado específico em relação a um interesse, negócio

pessoal ou a Companhia. Finalmente, eles devem relatar conduta fraudulenta suspeita, incluindo suborno e corrupção, da qual possam tomar conhecimento, e que possa ajudar na sua investigação.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta é aplicável aos acionistas, diretores, membros do Conselho de Administração, funcionários, estagiários e aprendizes, terceiros, aliados, consultores e outros que atuam em nome da Companhia e de suas subsidiárias.

A versão atual do Código foi aprovada pelo Conselho de Administração em 8 de maio de 2024, e está disponível, em espanhol e inglês, no *website* <https://www.grupoexitocom.co/>.

A alta Administração e funcionários da Companhia são treinados anualmente sobre as diretrizes do Código de Ética e Conduta e regulamentos relacionados, além das políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos são realizados através de nosso módulo virtual integral chamado "Guardianes Grupo Éxito", um módulo inovador que integra os aspectos fundamentais dos programas de conformidade com os ensinamentos baseados em casos práticos originados nas experiências de uma família.

Em caso de violação do Código de Ética da Companhia, políticas e procedimentos internos são aplicáveis medidas disciplinares e sanções administrativas e judiciais, a depender da natureza do evento, dentre as seguintes:

- (i) suspensão do contrato de trabalho;
- (ii) rescisão do contrato de trabalho;
- (iii) recolocação; e
- (iv) novo treinamento do colaborador.

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**
- (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**
- (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e**
- (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

Os funcionários com preocupações, solicitações ou comentários sobre o conteúdo ou interpretação do Código de Ética, ou que suspeitem de uma possível violação ou quebra do mesmo, devem comunicá-lo imediatamente por meio de um dos seguintes canais confidenciais, os quais são gerenciados por um terceiro:

- (i) Telefone: 01800-522526;
- (ii) E-mail: etica@grupo-exito.com; e
- (iii) Canal de denúncias na Intranet da Companhia.

O canal é capaz de receber reclamações internas e externas, anonimamente, de funcionários, clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro relacionamento público da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Riscos é responsável por monitorar regularmente o Programa de Transparência, seu Diretor de Compliance, a gestão do Comitê de Ética e a eficácia dos mecanismos de relatório, avaliando o conteúdo dos relatórios quando houver desvios significativos, e fazer as recomendações relevantes e necessárias ao Conselho de Administração e Administração.

c) Número de casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos cometidos contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais e medidas corretivas adotadas

Não houve casos confirmados pela companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais de peculato, fraude, irregularidades e atos ilícitos cometidos contra a administração pública.

c) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descritos neste item 5.3.

5.4. Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na Política de Gestão de Riscos adotada.

5.5. Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

6. Controle e Grupo Econômico

6.1. Posição Acionária – Acionistas Controladores

6.1.1. Posição Acionária – Acionistas ou Grupo de Acionistas

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-Estado	Participa de um acordo de acionistas	Acionista Controlador	Última mudança	
Acionista residente no exterior	Nome do representante legal ou agente		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Qtd. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias % Participação	Qtd. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Número total de ações (Unidades)	Total de ações % Total de participação
Discriminação por classe de ações (Unidades)					
Classe de ações	Qtd. de ações (Unidades)	Ações % Participação			
Cama Commercial Group Corp					
N/A	N/A	Não	Sim	25/01/2024	
Sim	-		-	-	
1.127.117.641	83,82%	0	0,00%	1.127.117.641	83,82%
Outros					
170.746.718	12,70%	0	0,00%	170.746.718	12,70%
AÇÕES EM TESOURARIA					

46.856.094	3,48%	0	0,00%	46.856.094	3,48%
TOTAL DE AÇÕES S					
1.344.720.453	100,0000%	0	0,00%	1.344.720.453	100,0000%

Cama Commercial Group Corp					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-Estado	Participa de um acordo de acionistas	Acionista Controlador	Última mudança	
Acionista residente no exterior	Nome do representante legal ou agente		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Qtd. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias % Participação	Qtd. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Número total de ações (Unidades)	Total de ações % Total de participação
Discriminação por classe de ações (Unidades)					
Classe de ações	Qtd. de ações (Unidades)	Ações % Participação			
Clarendon Worldwide S.A.					
N/A	N/A	Não	Sim	06/10/2023	
Sim	-		-	-	
1.000	100,00%	0	0,00%	1.000	100,00%
OUTROS					
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

TOTAL					
1.000	100,00%	0	0,00%	1.000	100,00%
Clarendon Worldwide S.A.					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-Estado	Participa de um acordo de acionistas	Acionista Controlador	Última mudança	
Acionista residente no exterior	Nome do representante legal ou agente		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Qtd. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias % Participação	Qtd. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Número total de ações (Unidades)	Total de ações % Total de participação
Discriminação por classe de ações (Unidades)					
Classe de ações	Qtd. de ações (Unidades)	Ações % Participação			
Fundación El Salvador del Mundo					
N/A	N/A	Não	Sim	29/12/2011	
Sim	-		-	-	
1.000	100,00%	0	0,00%	1.000	100,00%
OUTROS					
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL					

1.000	100,00%	0	0,00%	1.000	100,00%
Fundación El Salvador del Mundo					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-Estado	Participa de um acordo de acionistas	Acionista Controlador	Última mudança	
Acionista residente no exterior	Nome do representante legal ou agente		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Qtd. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias % Participação	Qtd. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Número total de ações (Unidades)	Total de ações % Total de participação
Discriminação por classe de ações (Unidades)					
Classe de ações	Qtd. de ações (Unidades)	Ações % Participação			
Francisco Javier Calleja Malaina					
N/A	N/A	Não	Sim	28/12/2011	
Sim	-		-	-	
N/A	100,00%	0	0,00%	N/A	100,00%
OUTROS					
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL					

N.A.

100,00%

0

0,00%

N.A.

100,00%

6.2. Distribuição de capital

Data da última reunião / Data da última alteração	21/02/2024
Quantidade de acionistas pessoa física (Unidades)	58
Quantidade de acionistas pessoa jurídica (Unidades)	5
Quantidade de investidores institucionais (Unidades)	4

Ações em circulação

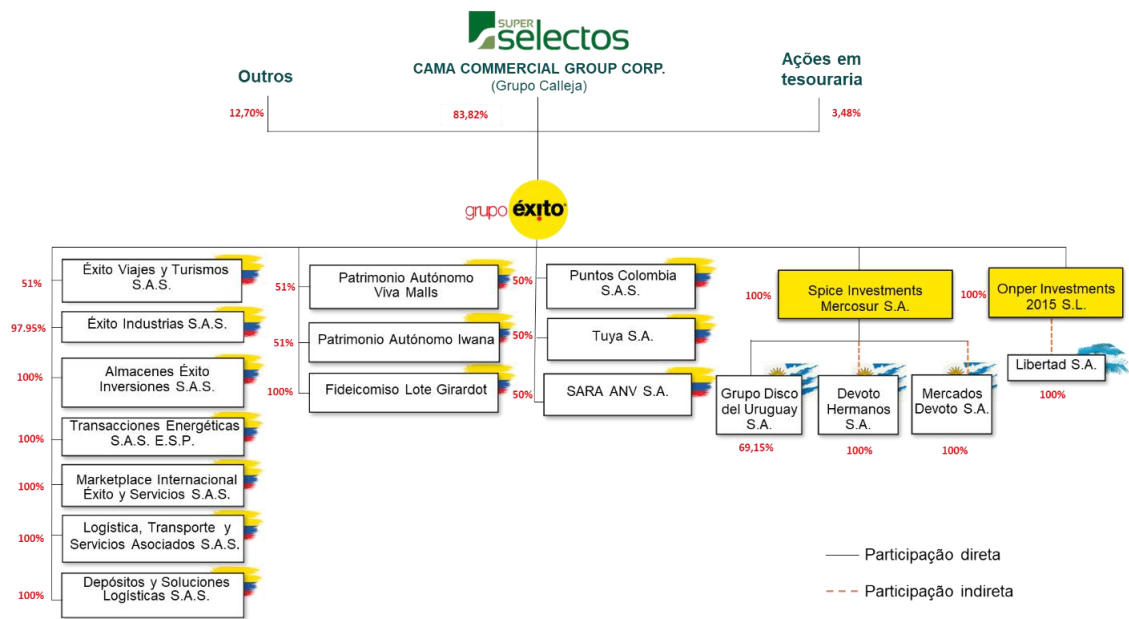
As ações em circulação na data deste Formulário de Referência correspondem a todas as ações do emissor, com exceção daquelas detidas pelo controlador, pessoas a ele relacionadas, diretores do emissor, membros do Conselho de Administração e ações mantidas em tesouraria.

Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	170.746.718	12,70%
Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	0	0%
Total	170.746.718	12,70%

6.3. Participação em sociedades

Razão Social	CNPJ	Participação do emissor (%)
Alamacenes Éxito Inversiones S.A.S.	00.000.000/0000-00	100,00%
Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	00.000.000/0000-00	100,00%
Éxito Industrias S.A.S.	00.000.000/0000-00	97,95%
Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	00.000.000/0000-00	51,00%
Fideicomiso Lote Giradot	00.000.000/0000-00	100,00%
Gestión Logística S.A.	00.000.000/0000-00	100,00%
Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S.	00.000.000/0000-00	100,00%
Marketplace Internacional Éxito S.L.	00.000.000/0000-00	100,00%
Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S.	00.000.000/0000-00	100,00%
Onper Investment 2015 S.L.	00.000.000/0000-00	100,00%
Patrimonio Autónomo Iwana	00.000.000/0000-00	51,00%
Patrimonio Autónomo Viva Malls	00.000.000/0000-00	51,00%
Spice Investment Mercosur S.A.	00.000.000/0000-00	100,00%
Transacciones Energéticas SA.S. E.S.P.	00.000.000/0000-00	100,00%

6.4. Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.5. Outras informações relevantes

Em 25 de janeiro de 2024, a Cama Commercial Group, Corp. comprou um total de 86,84% das ações de emissão da Companhia, por meio de uma oferta pública de aquisição na República da Colômbia, tendo o comprador oferecido a aquisição de todas as ações ordinárias emitidas e em circulação de emissão do Éxito (incluindo ações ordinárias da Companhia representadas por BDRs, cada um representando quatro ações ordinárias da Éxito) em qualquer local, incluindo ações ordinárias da Companhia detidas por titulares dos ADRs, ao mesmo preço de compra de US\$ 0,9053 por ação ordinária da Companhia, em dólares norte-americanos ou pesos colombianos, em cada caso, sem juros e menos quaisquer impostos retidos na fonte, taxas e comissões de corretagem. As ofertas públicas de aquisição na Colômbia e nos Estados Unidos foram realizadas mediante um pré-acordo entre a Cama Commercial Group, Corp. e o Grupo Casino, incluindo a Companhia Brasileira de Distribuição e suas subsidiárias (em conjunto, "Acionistas Vendedores"). Os Acionistas Vendedores concordaram em ofertar e não retirar todas as suas ações ordinárias, ADSs e BDRs da Companhia que representavam, no total, 47,36% das ações ordinárias em circulação da Companhia.

Considerando o exposto acima, a Companhia apresenta a seguir os desenvolvimentos recentes implementados em sua estrutura de governança que antecederam a mudança de controle da Companhia, os quais estão especificados nos respectivos itens deste Formulário de Referência:

1. Alterações ao Conselho de Administração;
2. Alterações ao Estatuto Social
3. Alterações à Política de Remuneração do Conselho de Administração
4. Alterações à Política de Eleição e Sucessão do Conselho de Administração
5. Alterações ao Regimento da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia

7. Assembleia Geral e Administração

7.1. Principais características dos órgãos da administração e do conselho fiscal

Para fins de administração e representação legal, a Companhia possuía os seguintes órgãos: (a) Assembleia Geral de Acionistas; (b) Conselho de Administração, (c) Diretor Presidente, e (d) Diretor de Operações Varejo Colômbia.

As Assembleias Gerais decidem sobre os principais aspectos da administração da Companhia, seguidas das decisões do Conselho de Administração, cujas competências são delegadas pelos Acionistas e previstas no Estatuto Social da Companhia.

O Diretor Presidente é responsável pela representação legal da Companhia e pela administração dos negócios corporativos.

Além disso, o Conselho de Administração pode criar comitês de assessoramento para auxiliar a administração, sendo que o Conselho de Administração contará com, no mínimo, o auxílio do Comitê de Auditoria e Riscos.

a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração publicará no *website* da Companhia a composição provisória dos perfis de cargos relacionados a aspectos como experiência profissional e conhecimento, bem como os perfis pessoais, relatando aspectos como carreira, reconhecimentos, prestígio e outras características que o Conselho de Administração julgar relevantes.

Além disso, o Conselho de Administração deve estabelecer os procedimentos de resposta aos Acionistas que aspiram a fazer parte do Conselho de Administração ou a apresentar seus candidatos, ou que pretendem negociar saldos de ações e distribuição entre as diferentes categorias de membros.

O Conselho de Administração deverá regulamentar os termos em que os Acionistas deverão apresentar suas listas de candidatos, as quais deverão incluir o número total de pessoas a eleger, juntamente com seus currículos e os demais documentos exigidos pelo Conselho de Administração, a fim de prepará-los com antecedência suficiente. As listas de candidatos que serão apresentadas devem atender à diversidade de seus membros, tanto nos aspectos profissionais e acadêmicos, quanto

nos pessoais, tais como: sexo, nacionalidade, idade, raça, entre outros, a fim de garantir a complementaridade dos candidatos propostos. Adicionalmente, o Conselho de Administração estabelecerá um procedimento para a avaliação dos candidatos propostos pelos Acionistas, que estabelece a entrega dos resultados com suficiente antecedência à Assembleia Geral de Acionistas, para que todos os Acionistas tenham tempo para uma avaliação adequada. A avaliação pelo Conselho de Administração deverá incluir o estabelecimento da existência de quaisquer incompatibilidades ou desqualificações para o exercício do cargo, possíveis Conflitos de Interesses, e o cumprimento pelos candidatos dos requisitos contidos nesta política, incluindo aqueles que acreditam a independência dos candidatos que participam com tal condição.

Ao conduzir a análise e avaliação dos candidatos, o Conselho de Administração deverá levar em consideração os seguintes itens:

- **Nível de conhecimento:** Os candidatos a Conselheiros devem demonstrar seus conhecimentos sobre tópicos relevantes para os negócios corporativos, o que não implica necessariamente em conhecimento de vendas a varejo. Este conhecimento deve ser acreditado por meio de experiência de trabalho, estudos acadêmicos, trabalhos de pesquisa ou publicações sobre estes assuntos.
- **Habilidades gerenciais e diretivas:** De preferência, os candidatos a membros do Conselho deverão ter experiência em trabalho diretivo e gerencial ou ter participado como membros de outros Conselhos de Administração ou de qualquer outro órgão dirigente executivo.
- **Habilidades pessoais:** Os candidatos para serem membros do Conselho devem ser pessoas de reconhecida integridade ética e moral. Portanto, será verificado se os candidatos estiveram envolvidos em uma das seguintes situações durante os cinco (5) anos anteriores à data de nomeação: (i) foram condenados por crime comum ou um dos crimes indicados no Artigo 16 do Código de Comércio, (ii) tiveram multas disciplinares ou fiscais impostas por qualquer órgão governamental, (iii) foram denunciados em listas ou associados a condutas relacionadas à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
- **Comprometimento e imparcialidade:** Os candidatos devem ter um compromisso real de contribuir para o valor da Companhia e de representar seus interesses e os de seus Acionistas. Eles também devem ter tempo suficiente disponível para cumprir diligentemente suas responsabilidades e agir com imparcialidade na tomada de

decisões, demonstrando compromisso ético e respeito por todas as partes interessadas da Companhia.

O Conselho de Administração deve verificar se os candidatos não estão envolvidos em nenhuma das seguintes incompatibilidades ou desqualificações: No Conselho de Administração, não pode haver uma maioria composta de (i) pessoas relacionadas entre si por casamento, união civil ou relacionamento ao quarto grau de consanguinidade, segundo grau de afinidade ou primeiro grau de parentesco por adoção; ou (ii) pessoas contratadas pela Companhia para trabalhar. Os candidatos a Conselheiros devem informar à Companhia se pertencem a outros Conselhos de Administração de empresas colombianas com o objetivo de que nenhum deles esteja em mais de cinco (5) Conselhos de Administração na Colômbia (Artigo 202 do Código de Comércio). O Conselho de Administração poderá definir outras incompatibilidades e desqualificações aplicáveis aos Conselheiros.

O procedimento para a eleição dos candidatos ao Conselho de Administração pode ser encontrado, em espanhol e inglês, no *website* da Companhia: <https://www.grupoexitocom.co/es/procedimientos-corporativos>.

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

De acordo com o artigo 14 do Regulamento Interno do Conselho de Administração, disponível em espanhol e em inglês no *website* da Companhia, o Conselho de Administração, assim como cada uma de suas Comissões, realizará anualmente um processo de avaliação para avaliar:

- (i) A atribuição dos membros do Conselho de Administração e seus Comitês;
- (ii) O desempenho individual de cada membro; e
- (iii) O desempenho geral do respectivo órgão dirigente.

O Conselho de Administração também poderá contratar consultores independentes e se apoiará em avaliações externas.

Além do acima exposto, o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia prevê que o Presidente do Conselho de Administração deverá liderar o processo anual de avaliação do Conselho e de seus Comitês, exceto o seu próprio.

(i) A frequência da avaliação e seu escopo, indicando se a avaliação é realizada apenas em relação ao órgão ou se também inclui a avaliação individual de seus membros

O ciclo de avaliação de desempenho é anual com etapas que permitem o estabelecimento de objetivos, monitoramento, feedback permanente e avaliação final. Através da avaliação, o Conselho de Administração analisa o desempenho individual de cada membro, seja do Conselho de Administração ou de qualquer de suas comissões, e o desempenho geral do respectivo órgão.

(ii) Metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

As avaliações de desempenho podem ser realizadas por meio de avaliações internas ou externas feitas por consultores independentes.

A avaliação inclui os seguintes assuntos:

- (i) Autoavaliação, que inclui estes critérios: papel e responsabilidades, participação e contribuição estratégica;
- (ii) Recomendações relativas à agenda do Conselho de Administração e dos Comitês; e
- (iii) Oportunidades de melhoria para que as reuniões do Conselho de Administração e dos Comitês sejam de maior valor para a Companhia, sua administração e seus acionistas.

(iii) Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externa

No último trimestre de 2023, foi realizada uma avaliação interna de desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, seguindo as boas práticas da Companhia e as normas estabelecidas pelo Conselho de Administração. A metodologia de avaliação incluiu: (i) uma autoavaliação, (ii) uma avaliação pelos demais funcionários, (iii) uma avaliação da operação do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento, e (iv) uma avaliação do conhecimento do regulamento interno e recomendações relacionadas. À medida que o processo de avaliação avançou, tornou-se claro que o Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento se distinguem como órgãos que se caracterizam pelas suas excepcionais qualificações para fazer face às inúmeras dificuldades inerentes à sua administração e operação. Além disso, o conhecimento, a experiência e a exposição dos conselheiros a diversas funções de gestão sênior em vários contextos e setores,

juntamente com suas habilidades analíticas de gestão, fortalecem sua visão para avaliar e gerir os assuntos estratégicos da Companhia em escala nacional e internacional.

Os resultados mostraram que os conselheiros valorizaram e enfatizaram a liberdade de expressão, bem como a concretização de agendas cujos assuntos estão enquadrados na estratégia do Grupo. Destacaram também a dinâmica e a estrutura das reuniões do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, considerando-as adequadas, permitindo reuniões produtivas, significativas e eficazes.

Em relação aos comitês, os conselheiros destacaram a seriedade e a importância das conversas ali mantidas, que alimentam as subsequentes conversas ponderadas e táticas em nível do Conselho de Administração. Os conselheiros concordaram ainda que têm conhecimento das orientações sobre a operação do Conselho de Administração e dos seus comitês de assessoramento e que se mantêm atualizados sobre quaisquer alterações ou atualizações que resultem da observação das tendências de mercado por parte da administração. Adicionalmente, notou-se que há oportunidades para condensar alguns dos assuntos que são discutidos nas reuniões, considerando a análise individual pelos conselheiros dos materiais pré-reunião da administração e algumas das discussões anteriores dos comitês. Desta forma, as reuniões correm o risco de se tornarem ainda mais deliberativas do que informativas. Além disso, os conselheiros recomendaram que o Conselho e seus comitês de assessoramento incorporem em suas dinâmicas de reuniões interações presenciais e remotas, pois isso promove uma maior integração e uma maior participação de todos.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não dispomos de mecanismos específicos para identificar conflitos de interesse nas assembleias de acionistas.

Além disso, em caso de conflitos de interesse quando da aprovação de determinadas operações, especialmente envolvendo partes relacionadas, tais decisões deverão se pautar na política sobre transações de partes relacionadas e conflito de interesses da Companhia, descrita na seção 11 deste Formulário de Referência.

d) Por órgão:

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	8	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	0	7	0	0	0
Conselho de Administração – Suplentes	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	0	0	0	0
Total de Membros	2	15	0	0	0

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	10
Conselho de Administração – Efetivos	0	0	0	0	0	0	7
Conselho de Administração – Suplentes	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	0	0	0	0	0	0
Total de Membros	0	0	0	0	0	0	17

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não acompanha outros indicadores de diversidade para os órgãos da administração e entende que todos os atributos de diversidade relevantes foram divulgados nos itens acima.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:

A Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos da administração.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:

O combate às mudanças climáticas é um dos eixos prioritários da Companhia, o que a torna um dos temas base para a construção da estratégia da Companhia e do Comitê de Sustentabilidade. Por meio de reuniões periódicas pré-agendadas, o Comitê de Sustentabilidade questiona, provoca, recomenda e orienta as estratégias e posicionamentos e compromissos de longo, médio e curto prazos. Além disso, instiga a evolução das práticas e dos processos adotados pela Companhia de modo a reduzir as emissões de GEE e orienta o posicionamento institucional frente às mudanças climáticas. A partir da aprovação da estratégia, o referido Comitê tem como responsabilidade monitorar o progresso dos impactos por meio de metas e compromissos assumidos.

7.2. Informações relacionadas ao Conselho de Administração, indicar:

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria será composta por sete membros, independentes ou não, eleitos e removíveis pela Assembleia anual de acionistas.

O número de membros independentes e o critério para definição da sua independência serão determinados de acordo com as regulamentações colombianas aplicáveis à Companhia.

A duração do mandato dos membros do Conselho de Administração será de até dois anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração deverá reunir-se ordinariamente pelo menos quatro vezes ao ano, para analisar os resultados financeiros e outros resultados da Companhia e para rever e acompanhar o plano operacional anual e o plano estratégico, e deverá reunir-se extraordinariamente sempre que necessário.

a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração:

A Companhia tem uma Comitê de Auditoria e Risco, podendo ainda, por deliberação dos membros do seu Conselho de Administração, criar outros comitês de assessoramento que serão compostos por, pelo menos, três membros do Conselho de Administração, que poderão ser independentes ou não.

O Comitê de auditoria e riscos deverá ser presidido por um Membro Independente e ter a participação de todos os Membros independentes do Conselho de Administração.

As reuniões do Comitê poderão contar com a participação das seguintes pessoas, que participarão com voz, mas sem direito a voto: (i) consultores externos indicados pelo Conselho de Administração; (ii) convidados permanentes ou esporádicos indicados pelo Conselho de Administração; (iii) funcionários da Companhia que a Administração considere relevantes, com o objetivo de fornecer informações necessárias sobre assuntos de sua área ou responsabilidade; e (iv) as reuniões do Comitê de auditoria e riscos contarão com a presença do Auditor Independente da Companhia, que participará com voz, mas sem voto, e do Auditor Interno.

O Conselho de Administração se esforça para que os membros dos Comitês tenham adequação e experiência suficientes para cumprir plenamente suas funções, para o que deve levar em consideração os perfis, conhecimentos e experiência profissional exigidos para cada Comitê.

A nomeação dos membros do Comitê será por períodos de dois anos, e o Conselho de Administração pode reelegê-los e destituí-los a qualquer momento.

O Presidente do Conselho de Administração deverá preparar, juntamente com o Diretor Jurídico e o CEO da Companhia, um plano de trabalho para o Conselho de Administração e suas comissões para cada período, que deverá ser submetido à aprovação e consideração do Conselho. Os Comitês do Conselho de Administração deverão realizar reuniões ordinárias nas datas estabelecidas pelo menos quatro vezes por ano e deverá se reunir pelo menos uma vez a cada três meses, além das datas já estabelecidas.

Os Comitês poderão se reunir quantas vezes forem necessárias para que os assuntos sejam submetidos à sua consideração e de acordo com o exercício das funções que lhes tenham sido atribuídas.

O regulamento interno do Comitê de Auditoria e Riscos foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2007 e alterado em 13 de setembro de 2023, na qual foi aprovada a alteração, de forma a cumprir a regulamentação aplicável enquanto Foreign Private Issuer (FPI) no mercado de valores mobiliários dos EUA, nomeadamente a Rule 10A-3 da Securities Exchange Commission (SEC) e as orientações da New York Stock Exchange (NYSE). Todos esses regulamentos internos estão disponíveis para consulta, em espanhol e inglês, no *website* da Companhia (<https://www.grupoexitocom.co/es/codigo-gobierno-corporativo>).

Comitê de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos é composto exclusivamente por todos os Membros independentes.

O objetivo do Comitê de Auditoria e Riscos é apoiar o Conselho de Administração: (i) na fiscalização e supervisão dos processos de contabilidade, informação e relatórios financeiros; (ii) no gerenciamento de riscos; (iii) no sistema e arquitetura de controle interno; (iv) nos processos de auditoria interna e de auditoria estatutária; (v) no cumprimento de leis e regulamentos e códigos de conduta internos.

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não tenha uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria, compete ao Comitê de Auditoria e Riscos:

- Rever o plano, escopo, abordagem e resultados do serviço de auditoria estatutária, e sua qualidade e eficácia;
- Interagir regularmente e manter relações com o Auditor Independente e avaliar e informar o Conselho de Administração sobre todos os casos que possam limitar seu acesso às informações ou colocar em risco sua independência, e quaisquer outros casos relacionados ao seu plano e ao desenvolvimento da auditoria financeira, bem como as demais comunicações previstas pela legislação e normas técnicas de auditoria;
- Receber o relatório final da auditoria financeira, analisando seu escopo e conteúdo e, caso contenha reservas ou opiniões adversas, emitir uma declaração, que deverá ser levada ao conhecimento dos Acionistas e do mercado. Além disso, é responsável por verificar se a Alta Administração está considerando as recomendações do Auditor Independente. Quando o Conselho de Administração considerar que precisa manter sua posição à luz de reservas ou parágrafos de ênfase, esta posição deverá ser explicada e justificada por escrito à Assembleia Geral;
- Caso o relatório do Auditor Independente contenha reservas, o Comitê de Auditoria deverá publicar uma declaração contendo as ações que a Companhia pretende tomar para resolvê-las, a qual deverá ser levada ao conhecimento dos Acionistas reunidos na Assembleia Geral;
- Considerar e preparar a proposta da administração que o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral de Acionistas para contratação do Auditor Independente, com análise prévia da experiência do auditor; e a disponibilidade de tempo e dos recursos humanos e técnicos necessários para realizar seu trabalho, não obstante o direito dos Acionistas de apresentar outras propostas de candidatos na respectiva assembleia; bem como as condições do contrato do auditor e sua rescisão ou não-renovação, conforme o caso;
- Solicitar ao Auditor Independente e rever o valor total do contrato firmado com a Companhia, bem como a proporção dos honorários profissionais pagos pela Companhia em relação à receita total de sua atividade de auditoria estatutária; e

- Analisar e avaliar o Auditor Independente ao longo do tempo.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Para todas as queixas e reclamações relacionadas à estratégia ESG, a Companhia possui um canal direto e uma caixa postal de transparência. Os casos recebidos seguem os canais regulares especificados na Política de Transparência da Companhia, a qual está descrita no seu Código de Governança Corporativa. Dentro desse processo, as queixas e reclamações são levadas ao Comitê de Auditoria, que realiza a sua avaliação e acompanhamento uma vez ao ano.

7.3. Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Miguel Fernando Dueñas	23/06/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/03/2024	21/03/2026	[100]%
[Passaporte] [590407581]	Gerente de Negócios	27 – Membro Independente (efetivo) do Conselho de Administração	21/03/2024	Sim	
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos					
Francisco José Fermán	13/04/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/03/2024	21/03/2026	[100]%
[Passaporte] [B02907419]	Advogado	27 – Membro Independente (efetivo) do	21/03/2024	Sim	

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
		Conselho de Administração			
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos					
Óscar Samour	22/04/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/03/2024	21/03/2026	[100]%
Passaporte C02064772	Advogado	27 – Membro Independente (efetivo) do Conselho de Administração	21/03/2024	Sim	
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos					
Francisco Javier Calleja	27/07/1944	Somente como Presidente do Conselho de Administração	21/03/2024	21/03/2026	[100]%

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição			Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse			Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia							
Passport B01141924	Engenheiro Industrial	22 – Membro Efetivo	21/03/2024			Sim	
Juan Carlos Calleja	11/02/1976	Pertence ao Conselho de Administração	21/03/2024			21/03/2026	[100]%
Passaporte 506177438	Gerente de negócios	22 – Membro Efetivo	21/03/2024			Sim	
David Alberto Cahen	10/05/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/03/2024			21/03/2026	[100]%
Passaporte D01762048	Economista	22 – Membro Efetivo	21/03/2024			Sim	
Alberto José Corpeño	25/04/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/03/2024			21/03/2026	[100]%

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Passaporte B00784091	Gerente de Negócios	22 - Membro Efetivo			
Carlos Mario Giraldo Moreno	21/09/1960	Gerente Geral	21/03/2024	Indeterminado	0,0%
ID colombiana 71.590.612	Advogado	19 - Outros diretores	21/03/2024	Sim	
Não aplicável					
Ivonne Windmuller Palacio	14/06/1981	Diretor financeiro	26/10/2022	Indeterminado	0,0%
ID colombiana 42.142.876	Engenheiro Industrial	19- Outros diretores	05/12/2022	Sim	
Não aplicável					
José Gabriel Loaiza Herrera	19/03/1975	COO	02/05/2023	Indeterminado	0,0%
ID Colombiana 71.772.119	Engenheiro de Negócios	19- Outros diretores	01/07/2023	Sim	

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Não aplicável					
Juan Felipe Montoya Calle	21/07/1974	Vice-Presidente de Recursos Humanos	26/10/2010	Indeterminado	0,0%
ID colombiana 71.749.618	Advogado	19- Outros diretores	16/11/2010	Sim	
Não aplicável					
Juan Lucas Vega Palacio	22/10/1978	Vice-Presidente Imobiliário	04/07/2013	Indeterminado	0,0%
ID colombiana 98.665.898	Engenheiro Civil	19- Outros diretores	04/07/2013	Sim	
Não aplicável					
Carlos Ariel Gómez Gutierrez	8/10/1969	Vice-Presidente Comercial	01/09/2015	Indeterminado	0,0%
ID colombiana 98.547.376	Administrador de empresas	19- Outros diretores	24/03/2022	Sim	
Não aplicável					

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Claudia Andrea Campillo Velásquez	11/12/1979	Vice-Presidente de Assuntos corporativos e Diretor Jurídico	29/11/2019	Indeterminado	0,0%
ID colombiana 32.141.496	Advogado	19- Outros diretores	15/12/2019	Sim	
Não aplicável					
Sebastián Pérez Arango	17/09/1983	Membro da Diretoria	02/05/2023	Indeterminado	0,0%
1.017.173.012	Engenheiro	19- Outros diretores	03/05/2023	Sim	
Vice-presidente de Omnichannel e Inovação.					
Jorge Alberto Jaller Jaramillo	19/03/1975	Vice-presidente de Varejo (Exito e Carulla)	13/07/2022	Indeterminado	0,0%
ID colombiana 71.786.008	Advogado	19- Outros diretores	01/08/2022	Sim	

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	

Outros cargos e funções exercidos na Companhia

Não aplicável

Experiência profissional / Critério de independência

Miguel Fernando Dueñas

Miguel Fernando Dueñas é membro do nosso conselho desde março de 2024. É membro do comitê de auditoria e riscos do conselho de administração. O Sr. Dueñas é formado em Finanças e Negócios Internacionais pela Universidade de Georgetown e possui MBA pela Columbia Business School. Em 2005 atuou como membro do conselho de administração da Dimension Capital, onde foi nomeado CEO e sócio-gerente em 2009. Antes de ingressar na Dimension Capital, fundou a GD Capital Partners, uma empresa de gestão de ativos. O Sr. Dueñas também trabalhou na equipe de investimentos da Rhone Capital, uma empresa de private equity com sede em Nova York.

O Sr. Miguel Fernando não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Miguel Fernando declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Francisco José Fermán Gómez

Francisco José Fermán é membro do nosso conselho desde março de 2024. É membro do comitê de auditoria e riscos do conselho de administração. O Sr. Fermán é formado em Direito pela Escola Superior de Economia e Negócios de El Salvador. Foi membro de conselhos de administração de empresas salvadorenhas como La Casa del Repuesto, S.A. de C.V.; The Talent Nest, S.A. De C.V, e Punta Del Sol, S.A.

O Sr. Francisco José atualmente não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Francisco José declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Óscar Samour

Óscar Samour é membro do nosso conselho de administração desde março de 2024. É membro do comitê de auditoria e riscos do conselho de administração. O Sr. Samour é advogado e possui mestrado em resolução de conflitos pela Pepperdine School of Law. Atuou como membro do Comitê Latino-Americano de Direito Bancário Internacional da Ordem dos Advogados. O Sr. Samour

Experiência profissional / Critério de independência
tem mais de 18 anos de experiência em bancos & finanças, fusões & aquisições e resolução de conflitos, tem experiência em transações internacionais e liderou algumas das maiores transações que ocorreram em El Salvador. O Sr. Óscar atualmente não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Óscar declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Francisco Javier Calleja
Francisco Calleja é membro do nosso conselho de administração desde março de 2024. É formado em Engenharia Industrial pela Universidade de Bilbao. Foi presidente da Asociación de Supermercados de Centroamérica y Panamá, presidente da Central America Communications, presidente do conselho de administração do Banco de Crédito Popular, presidente da Associação Bancária Salvadorenha, presidente da Associação Nacional de Empresas Privadas de El Salvador, Diretor da Associação Salvadorenha de Industriais, Vice-presidente da INCAE Business School de El Salvador e Diretor Secretário do Conselho de Administração da TELECOM. Durante sua carreira obteve diversos reconhecimentos, entre eles a “Palma de Oro”, reconhecimento concedido pela Câmara de Comércio e Indústrias Salvadorenha, um doutorado honorário concedido pela Universidade Doutor José Matías Delgado. O Sr. Francisco Javier atualmente é presidente e fundador do Grupo Calleja, nosso acionista controlador. O Sr. Francisco Javier não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Francisco Javier declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Juan Carlos Calleja
Juan Carlos Calleja atua como membro do nosso conselho de administração desde março de 2024. É formado em Artes Liberais pelo Middlebury College e possui MBA pela Universidade de Nova York. Foi membro da Asociación de Supermercados de Centroamérica y Panamá, membro do Conselho Nacional de Educação, membro do conselho de administração da Organización de Presidentes Jóvenes e membro do conselho de administração da Fundação Salvadorenha para a Economia e Desenvolvimento Social. O Sr. Juan Carlos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Juan Carlos declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
David Alberto Cahen
David Alberto Cahen atua como membro do nosso conselho de administração desde março de 2024. Ele é formado em Economia pela Universidade Paris-Sorbonne e possui MBA pela Thunderbird School of Global Management. Atuou como Presidente Executivo da Industrias Merlet em El Salvador, Vice-presidente de Marketing da Divisão de Alimentos da Unilever, Gerente Geral da Kimberly-Clark, Gerente Comercial da CIMER S.A. e Gerente de Marketing da British American Tobacco. O Sr. David Alberto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. David Alberto declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Alberto José Corpeño

Experiência profissional / Critério de independência Alberto José Corpeño é membro do nosso conselho de administração desde março de 2024. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Doutor José Matías Delgado, em El Salvador. Possui 23 anos de experiência na área comercial da Super Selectos, e atualmente atua como Diretor de Categoria na Super Selectos. O Sr. Alberto José não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Alberto José declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Carlos Mario Giraldo Moreno Carlos Mario Giraldo Moreno é advogado da Universidade de Medellín, com mestrado em Direito pela Universidade de Tulane. Ele também estudou Gestão Estratégica e Planejamento de Varejo na Babson College e estudos de atualização em Gestão e Marketing na Kellogg e Stanford. Ele tem uma reconhecida carreira profissional com mais de 25 anos de experiência no consumo em massa, incluindo 13 em Nutresa (Noel e Zenú), onde atuou como Presidente das Industrias Alimenticias Noel e depois da Compañía de Galletas Noel por cerca de 10 anos. Da mesma forma, foi Presidente da Diretoria Geral da ANDI entre 2003 e 2004, foi membro do Conselho de Administração da ISA S.A. até 2021. Trabalha no Grupa Éxito desde 2007, como Presidente de Operações de Varejo entre 2007 e 2013 e como CEO da Companhia desde março de 2013 até esta data. Atualmente é membro do Conselho de Administração da: Solla S.A. e Copa Airlines Colombia. O Sr. Carlos Mario Giraldo Moreno não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Mario Giraldo Moreno declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Ivonne Windmuller Palacio A Sra. Ivonne Windmuller é graduada em administração de empresas pela FH Münster e como Administradora de Negócios Internacionais pela Universidade La Sabana, e pós-graduada em Finanças Corporativas pela Universidade EIA. A Sra. Windmueller tem mais de 14 anos de experiência em finanças em diferentes setores, os últimos cinco trabalhando como Gerente de Finanças Corporativas do Grupa Éxito. A Sra. Ivonne Windmuller não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Ivonne Windmuller declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
José Gabriel Loaiza Herrera José Gabriel Loaiza é formado em Engenharia de Administração da Facultad de Minas da Universidade Nacional da Colômbia, e mestre em Negócios Internacionais pela Universidade A&M do Texas. Ele começou sua carreira com o Grupa Éxito em 1996 como estagiário. Em 1998, ele atuou em compras de papelaria na Cadenalco, em 2001 tornou-se gerente de vendas para o formata Éxito e em 2003 trabalhou na Precision Trading Corp. nos Estados Unidos. Em 2006 retornou ao Grupa Éxito como Chefe do Departamento de Relações com Investidores, e em 2008 tornou-se Diretor de Planejamento Financeiro. Em 2010, tornou-se o Gerente Corporativo de Entretenimento, cargo que ocupou até 30 de junho de 2011, quando foi nomeado Vice-Presidente Comercial e de Suprimentos do Grupa Éxito. O Sr. José Gabriel Loaiza não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. José Gabriel Loaiza declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Carlos Ariel Gómez Gutiérrez

Experiência profissional / Critério de independência
Carlos Ariel Gómez Gutiérrez é formado em Administração de Empresas pela Universidade EAN e em Publicações pela UPB. Ele também é Especialista em Administração pela Universidade de Medellín. Ele tem 21 anos de experiência na Organização onde atuou como Analista de Publicidade e Mídia, Coordenador de Promoções e Eventos da Cadeia Superlay, Administrador de Vendas em O Sr. Carlos Ariel Gómez Gutiérrez não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos Ariel Gómez Gutiérrez declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Juan Lucas Vega Palacio
Juan Lucas Vega Palacio atuou como Diretor de Planejamento na Vice-Presidência de Imóveis por mais de quatro anos. Ele é formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de Antioquia e pós-graduado em Finanças pela Universidade de Nova York. Em 2001, atuou como Assistente do Presidente da Galletas Noel Companhia, em 2006, ingressou no Grupo Casino na França para estudar expansão internacional e em 2008, ingressou no Grupo Éxito onde liderou importantes projetos de expansão como a integração Cafam-Éxito e outros processos de crescimento com a abertura de várias lojas através de aquisições locais. O Sr. Juan Lucas Vega Palacio não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Juan Lucas Vega Palacio declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Juan Felipe Montoya Calle
Juan Felipe Montoya Calle é nosso Vice-Presidente de Recursos Humanos desde 2010 e conosco desde 1996. Antes de assumir seu cargo atual, o Sr. Montoya atuou como Diretor de Operações, bem como Chefe Distrital e como Gerente de Recursos Humanos. Ele é formado em Direito, especializado em Direito do Trabalho e Previdência Social pela Pontifícia Universidade Bolivariana. O Sr. Juan Felipe Montoya Calle não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Juan Felipe Montoya Calle declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Claudia Campillo Velásquez
Claudia Campillo Velásquez é formada em Direito pela Pontifícia Universidade Bolivariana, tem mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Sergio Arboleda, assim como outros diplomas em contratos internacionais da Universidade Externado de Colombia e Alta Administração da Universidade de Medellín, entre outros estudos que lhe permitiram fortalecer seu perfil profissional. Antes de ingressar na Companhia, trabalhou como gerente de projetos na Konfirma S.A.S. e como Diretora Jurídica na Câmara de Comércio de Medellín para Antioquia. A Sra. Claudia Campillo Velásquez não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. A Sra. Claudia Campillo Velásquez declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Jorge Alberto Jaller Jaramillo
O Sr. Jaller é advogado da Universidade Pontifícia Bolivariana e tem mestrado em marketing pela Universidade Concordia, no Canadá. Em sua carreira profissional, o Sr. Jaller especializou-se em Varejo, transformação da organização, experiência do cliente e inovação. Ao longo de 24 anos na Companhia, ocupou cargos como Diretor de Vendas e Operações Éxito, Gerente Corporativo de Têxteis e Casa e até hoje trabalha como Gerente Corporativo da Marca Éxito.

Experiência profissional / Critério de independência

O Sr. Jorge Alberto Jaller Jaramillo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Jorge Alberto Jaller Jaramillo declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

Sebastián Pérez

Sebastián Pérez é engenheiro pela EIA University, possui especialização em Economia pela Universidad de los Andes e MBA pela Kellogg School of Management. Desenvolveu sua carreira no Grupo Éxito na construção do Comércio Digital através de diferentes funções: Analista de Novos Negócios, Chefe de Operações, Diretor de Ecommerce de Alimentos e Diretor Geral de Comércio Digital. Atualmente como Gerente de Comércio Digital, lidera o desenvolvimento e operação de canais digitais e a estratégia omnichannel na Companhia. De acordo com o Decreto 830 de 2021, ele não ocupa o status de pessoa politicamente exposta ("PEP").

O Sr. Sebastián Pérez não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Sebastián Pérez declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

7.4. Composição dos comitês

Nome	Tipo de Comitê	Tipos de Auditoria	Cargo Ocupado	Data de Nascimento	Data de Posse	Mandato
CPF	Descrição de Outros Comitês	Profissão		Data de Eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Porcentagem de Participação em Reuniões
Outros cargos e deveres exercidos no emissor						
Miguel Fernando Dueñas	Comitê de auditoria e riscos	-	Presidente do Comitê	23/06/77	21/03/2024	21/03/2026
Passaporte 590407581	-	Gerente de Negócios		21/03/2023	0 Mandato	[100]%
Membro do Conselho de Administração						
Francisco José Fermán Gómez	Comitê de auditoria e riscos	-	Membro do Comitê	13/04/1985	21/03/2024	21/03/2026
Passaporte B02907419	-	Advogado		21/03/2024	0 Mandato	[100]%
Membro do Conselho de Administração						
Óscar Samour	Comitê de auditoria e riscos		Membro do Comitê	22/04/1983	21/03/2024	21/03/2026
Passaporte C02064772		Advogado		21/03/2024	0 Mandato	[100]%

Experiência profissional / Critério de independência
Miguel Fernando Dueñas
Miguel Fernando Dueñas é membro do nosso conselho desde março de 2024. É membro do comitê de auditoria e riscos do conselho de administração. O Sr. Dueñas é formado em Finanças e Negócios Internacionais pela Universidade de Georgetown e possui MBA pela Columbia Business School. Em 2005 atuou como membro do conselho de administração da Dimension Capital, onde foi nomeado CEO e sócio-gerente em 2009. Antes de ingressar na Dimension Capital, fundou a GD Capital Partners, uma empresa de gestão de ativos. O Sr. Dueñas também trabalhou na equipe de investimentos da Rhone Capital, uma empresa de private equity com sede em Nova York.
O Sr. Miguel Fernando Dueñas não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Experiência profissional / Critério de independência
O Sr. Miguel Fernando Dueñas declarou não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) final judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50 de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Francisco José Fermán
Francisco José Fermán é membro do nosso conselho desde março de 2024. É membro do comitê de auditoria e riscos do conselho de administração. O Sr. Fermán é formado em Direito pela Escola Superior de Economia e Negócios de El Salvador. Foi membro de conselhos de administração de empresas salvadorenhas como La Casa del Repuesto, S.A. de C.V.; The Talent Nest, S.A. De C.V, e Punta Del Sol, S.A. O Sr. Francisco José atualmente não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Francisco José declara não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) final judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50 de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.
Óscar Samour
Óscar Samour é membro do nosso conselho de administração desde março de 2024. É membro do comitê de auditoria e riscos do conselho de administração. O Sr. Samour é advogado e possui mestrado em resolução de conflitos pela Pepperdine School of Law. Atuou como membro do Comitê Latino-Americano de Direito Bancário Internacional da Ordem dos Advogados. O Sr. Samour tem mais de 18 anos de experiência em bancos & finanças, fusões & aquisições e resolução de conflitos, tem experiência em transações internacionais e liderou algumas das maiores transações que ocorreram em El Salvador. O Sr. Óscar Samour não exerce cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Óscar Samour declara não ter sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) final judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Não é considerado(a) Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Resolução CVM 50 de 31 de agosto de 2021, conforme alterada.

7.5. Relações familiares

Juan Carlos Calleja Hakker atua como CEO da Companhia desde 21 de março de 2024. Ele é filho de Francisco Javier Javier Calleja Malaina, que é o beneficiário final de 86,84% da Companhia.

7.6. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relacionamento do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Posição/Função			
Administrador do Emissor			
Francisco Javiel Calleja Malaina	Passaporte B01141924	Subordinação	Controlador direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Fundación Salvador del Mundo	Registro Público no Panamá 49265		
CEO			
Observações			
N/A			
Observações			
N/A			

7.7. Acordos/seguros dos administradores

A Companhia mantém seguro de responsabilidade para seus diretores e membros do Conselho de Administração com certo limite, o qual possui cobertura contra todos os danos atribuídos a eles no exercício de suas funções. A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil para diretores e membros do Conselho de Administração, cujo limite máximo de garantia é de R\$164.458 mil. O valor líquido do prêmio desta apólice é de R\$2.063 mil + IVA e a sua data de vencimento é 25 de janeiro de 2025.

7.8. Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Com relação às Assembleias de Acionistas da Companhia realizadas nos últimos três anos, apresentamos abaixo (i) a data da realização da reunião; (ii) quaisquer casos de instalação em segunda convocação; e (iii) o quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum para instalação	Segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	27 de abril de 2023	97,08%	Não
Assembleia Geral Ordinária	23 de março de 2023	97,11%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	25 de outubro de 2022	97,08%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	24 de maio de 2022	97,90%	Não
Assembleia Geral Ordinária	24 de março de 2022	98,20%	Não

8. Remuneração dos Administradores

8.1 Política ou prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento da Companhia está prevista no seu Código de Governança Corporativa, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração e está disponível em espanhol no website <https://www.grupoexitocom.co/es/codigo-gobierno-corporativo>

Os objetivos e práticas de remuneração da Companhia estão alinhados com as práticas de mercado, visando principalmente atrair, motivar e reter funcionários que demonstrem as qualificações, competências e perfis exigidos pelo negócio da Companhia, estimulando melhores níveis de desempenho e garantindo o princípio da equidade salarial independentemente do sexo, raça, credo ou origem do ocupante do cargo a posição.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por determinar a remuneração fixa do Diretor-Presidente (CEO), do Diretor Operacional de Varejo Colômbia, dos Vice-Presidentes, do Diretor Jurídico e do Auditor Interno.

A remuneração de todos os demais funcionários da Companhia é determinada pelo CEO, enquanto a Vice-Presidência de Recursos Humanos é responsável pela gestão e coordenação da implementação de tais decisões.

O Conselho de Administração é informado sobre o aumento salarial que a Companhia pretende fazer anualmente.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os principais critérios da remuneração da Companhia são verificados pela Vice-Presidência de Recursos Humanos são aqueles referentes a metodologia de avaliação de cargos e o estudo salarial de equidade salarial e competitividade. Além disso, os seguintes fatores podem ser considerados para cada um dos funcionários: avaliação da gestão de desempenho, treinamento, experiência, potencial alta exposição ao mercado de trabalho e retenção.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração analisa anualmente os programas de remuneração da alta administração. A revisão da remuneração fixa da alta administração é feita pela aprovação do aumento salarial anual e da aprovação dos métodos de remuneração variável de curto e longo prazo. Em ambos os casos, variáveis como equidade interna, competitividade externa, experiência executiva, mercado de trabalho e atratividade de mercado são consideradas.

c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

A remuneração anual total da alta Administração é composta de um componente de remuneração fixa, um componente variável e benefícios, que serão determinados da seguinte forma:

I. Remuneração Fixa

O valor da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração é determinado em Assembleia Geral de Acionistas em cada exercício social quando da eleição dos membros para o mandato correspondente. A remuneração fixa da Diretoria, por sua vez, é determinada pelo Conselho de Administração.

A remuneração fixa será determinada de acordo com os conceitos técnicos de administração salarial implementados pela Companhia:

- a. Avaliação objetiva do peso relativo das posições na Companhia, com base na qual é emitida uma avaliação;
- b. Equidade interna;
- c. Competitividade externa;
- d. Experiência; e
- e. Análise do mercado de trabalho.

II. Remuneração Variável de Curto Prazo

A remuneração deve incluir uma soma variável anual equivalente a um determinado número de salários, de acordo com a definição feita para cada cargo pelo Conselho de Administração, exceder determinada com base nas metas anuais, que são definidas de acordo com o plano de negócios da Companhia na forma de métricas corporativas, de equipe e individuais.

III. Remuneração Variável de Longo Prazo

O Conselho de Administração poderá analisar e decidir se a Companhia pagará uma remuneração variável de longo prazo para assegurar a permanência dos executivos na Companhia e promover sua estratégia de longo prazo.

A remuneração variável de longo prazo representa um incentivo em dinheiro que os executivos têm direito a receber em caso de cumprimento das métricas do negócio que o Conselho de Administração aprove todos os anos e está condicionado a permanência mínima do executivo na Companhia pelo prazo de 3 anos. O incentivo ao qual o executivo tem direito pelo cumprimento dos indicadores de negócio no ano imediatamente anterior, é pago pela Companhia a um plano institucional administrado por um fundo de pensão, que designa unidades aos executivos de maneira proporcional aos seus aportes. O fundo deve investir os valores aportados em ações de emissão da Companhia, observado que tais ações não são de propriedade dos executivos e em nenhum momento serão a eles transferidas.

O executivo somente consolida o direito a receber a remuneração de longo prazo, acrescida ou diminuída do resultado dos investimentos feitos pelo fundo, após o terceiro aniversário de aquisição da expectativa de direito. O executivo perderá o direito ao recebimento da remuneração caso, antes do prazo de três anos, se desligue da Companhia ou seja demitido por justa causa.

IV. Benefícios

Quando autorizado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, os cargos cobertos por esta política receberão benefícios diferenciais além daqueles oferecidos pela Companhia a todos os seus empregados, que podem consistir em: pessoal de apoio para seu trabalho, esquemas de mobilidade e segurança, empréstimos, políticas e, em geral, todos aqueles definidos pelo Conselho de Administração.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

2023	Remuneração fixa	Remuneração variável de curto prazo	Remuneração Variável de Longo Prazo	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	100%
Diretoria	41%	24%	35%	0%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

2022	Remuneração fixa	Remuneração variável de curto prazo	Remuneração Variável de Longo Prazo	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	100%
Diretoria	41%	24%	35%	0%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

2021	Remuneração fixa	Remuneração variável de curto prazo	Remuneração Variável de Longo Prazo	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	-	-	-	100%
Diretoria	41%	24%	35%	0%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, de forma a avaliar se os critérios e condições que adota para a determinação da remuneração são satisfatórios e permite a retenção de profissionais, bem como analisar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que possa estar desalinhado. Essas pesquisas são realizadas por consultoria especializada e reconhecida no mercado contratada pela Companhia, e é pautada na análise dos dados das principais Companhias do mercado colombiano, com faturamento e porte similar aos da Companhia.

Uma vez concluído o levantamento, a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave sugere parâmetros e estratégias de remuneração, inclusive para Diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária. A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Estas recomendações são submetidas ao Conselho de Administração, responsável pelo encaminhamento e deliberação referente a temas de remuneração da administração, bem como funcionários e executivos não estatutários.

(iv) principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicados ligados a questões ASG

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e de sua administração são métricas corporativas de remuneração variável de curto prazo, quais sejam: lucro operacional, geração de caixa, despesas, net promoter score e sustentabilidade, além de outras métricas específicas dos vários departamentos e áreas da Companhia. A remuneração do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho, e a remuneração das áreas de Risco e Compliance é predominantemente impactada pelos resultados da área.

(v) razões que justificam a composição da remuneração

Os objetivos e práticas de remuneração da Companhia estão alinhados com as práticas de mercado, visando principalmente atrair, motivar e reter funcionários que demonstrem as qualificações, competências e perfis exigidos pelo negócio da Companhia, estimulando melhores níveis de desempenho e garantindo o princípio da equidade salarial independentemente do sexo, raça, credo ou origem do ocupante do cargo a posição.

Portanto, a Companhia determina a remuneração de seus profissionais de acordo com as práticas de mercado:

- a. A remuneração deve ser competitiva a fim de atrair e reter talentos da mais alta qualidade profissional, acadêmica e pessoal, mas, ao mesmo tempo, deve ser apropriada e justa;
- b. A estrutura, obrigações e responsabilidades do Conselho de Administração, assim como os métodos para avaliar o desempenho do mesmo;
- c. As qualidades pessoais e profissionais de seus membros, bem como sua experiência profissional;
- d. A remuneração da respectiva posição em empresas nacionais e internacionais comparáveis;
- e. A remuneração deve ser consistente com uma gestão de risco rigorosa, sem fomentar uma suposição inadequada da mesma, e estar alinhada com os interesses dos Acionistas, promovendo a geração de valor a longo prazo; e
- f. Os outros critérios que a Companhia e o Conselho de Administração julguem apropriados ao tomar a decisão.

(vi) membros não remunerados

Não aplicável, uma vez que todos os membros da administração da Companhia, incluindo membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos seus Comitês de Assessoramento, são remunerados.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento de toda a remuneração dos membros da administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, empresas controladas ou acionistas controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há compensação ou benefício vinculado à ocorrência de um determinado evento corporativo.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração prevista para o Exercício Social a se encerrar em 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	9,42	-	16,4
Nº de membros remunerados	3	9,42	-	12,4
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 29.691	R\$ 38.049.942	-	R\$ 38.079.633
Benefícios direto e indireto	-	R\$ 280.700	-	R\$ 286.078
Participações em comitês	R\$ 29.691	0	-	R\$ 29.691
Outros	-	0	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	-	R\$ 4.337.869	-	R\$ 6.398.367
Participação de resultados	-	0	-	-
Participação em reuniões	-	0	-	-
Comissões	-	0	-	-
Outros	-	R\$ 6.354.989	-	R\$ 7.655.309
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Remuneração variável de longo prazo descrita no item 8.1(b).	-	
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Observação	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 20234, o número de membros do Conselho de Administração foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média no período de três meses findo em 31 de março de 2024 (COP\$791,138017 = R\$1,00).	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024, o número de diretores foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média no período de três meses findo em 31 de março de 2024 (COP\$791,138017 = R\$1,00).		
Total da remuneração	R\$ 59.382	R\$ 49.023.501	-	R\$ 49.082.883

Remuneração total no exercício encerrado em 31/12/2023 - Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8	11,8	-	19
Nº de membros remunerados	8	11,8	-	19
Remuneração fixa anual				
Salário ou <i>pró-labore</i>	R\$ 1.808.074	R\$ 16.406.069	-	R\$ 18.214.143
Benefícios diretos e indiretos	-	R\$ 286.078	-	R\$ 286.078
Participação em comitês	R\$1.490.999	-	-	R\$1.490.999
Outra	-	-	-	-
Descrição de outra remuneração fixa				
Remuneração variável				
Bonificação	0	R\$6.398.367	-	R\$6.398.367
Participação nos lucros	0	0	-	-
Participação em reuniões	0	0	-	-
Comissões	0	0	-	-
Outra	0	R\$7.655.309	-	R\$7.655.309
Descrição de outra remuneração variável		Remuneração variável de longo prazo descrita no item 8.1(b).		
Pós-emprego	0	0	-	-
Cessação do mandato	0	0	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	-	0
Nota	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024, o número de membros do Conselho de Administração foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (COP\$864,403091 = R\$1,00).	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2024, o número de diretores foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 (COP\$864,403091 = R\$1,00).		
Remuneração Total	R\$3.299.073	R\$755.824	-	R\$34.054.897

Remuneração total no exercício encerrado em 31/12/2022 - Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9	10	-	19
Nº de membros remunerados	9	10	-	19
Remuneração fixa anual				
Salário ou <i>pró-labore</i>	R\$1.864.978,53	R\$13.087.475,92	-	R\$14.952.454,45
Benefícios diretos e indiretos	-	R\$134.793,52	-	R\$134.793,52
Participação em comitês	R\$1.360.631,43	-	-	R\$1.360.631,43
Outra	-	-	-	-
Descrição de outra remuneração fixa				
Remuneração variável				
Bonificação	0	R\$6.831.590,28	-	R\$6.831.590,28
Participação nos lucros	0	0	-	-
Participação em reuniões	0	0	-	-
Comissões	0	0	-	-
Outra	0	R\$10.219.958,41	-	R\$10.219.958,41
Descrição de outra remuneração variável		Remuneração variável de longo prazo descrita no item 8.1(b).		
Pós-emprego	0	0	-	-
Cessação do mandato	0	0	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	-	0
Nota	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de membros do Conselho de Administração foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2022 (COP\$823,806268 = R\$1,00).	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de diretores foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2022 (COP\$823,806268 = R\$1,00).		
Remuneração Total	R\$3.225.609,96	R\$30.273.818,13	-	R\$33.499.428,09

Remuneração total no exercício encerrado em 31/12/2021 - Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9	11.17	0	20.17
Nº de membros remunerados	9	11.17	0	20.17
Remuneração fixa anual				
Salário ou <i>pró-labore</i>	R\$1.040.806,00	R\$17.259.940,33	-	R\$18.300.373,17
Benefícios diretos e indiretos	0	R\$66.456,22	-	R\$66.456,22
Participação em comitês	R\$1.261.607,00	0	-	R\$1.261.607,00
Outra	0	0	-	-
Descrição de outra remuneração fixa				
Remuneração variável				
Bonificação	0	R\$6.118.387,04	-	R\$6.118.387,04
Participação nos lucros	0	0	-	-
Participação em reuniões	0	0	-	-
Comissões	0	0	-	-
Outra	0	R\$11.467.088,78	-	R\$11.467.088,78
Descrição de outra remuneração variável		Remuneração variável de longo prazo descrita no item 8.1(b).		
Pós-emprego	0	0	-	-
Cessação do mandato	0	0	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	-	0
Nota	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de membros do Conselho de Administração foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2021 (COP\$695,4224 = R\$1,00).	Conforme estabelecido na Ofício Circular Anual CVM/SEP 2022, o número de diretores foi calculado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão calculado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2021 (COP\$695,4224 = R\$1,00).		
Remuneração Total	R\$2.302.413,00	R\$34.911.872,37	-	R\$37.214.285,37

8.3. Remuneração variável

Os valores informados no item bonificação refletem tanto a remuneração variável de curto prazo, quanto a remuneração variável de longo prazo indicadas no item 8.2 acima.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	-	11,08	-	11,08
Número de membros remunerados	-	11,08	-	11,08
Bônus⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 10.139.748	-	R\$ 10.139.748
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 20.279.495	-	R\$ 20.279.495
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 20.279.495	-	R\$ 20.279.495
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média do ano findo em 31 de março de 2023 (COP\$864.403091= R\$1,00).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	-	10	-	10
Número de membros remunerados	-	10	-	10
Bônus⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$7.533.634,35	-	R\$7.533.634,35
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$19.056.732,40	-	R\$19.056.732,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R\$19.056.732,40	-	R\$19.056.732,40

Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	R\$17.051.548,70	-	R\$17.051.548,70
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2022 (COP\$823,806268 = R\$1,00).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	-	11,17	-	11,17
Número de membros remunerados	-	11,17	-	11,17
Bônus⁽¹⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$8.463.062,52	-	R\$8.463.062,52
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$21.403.621,74	-	R\$21.403.621,74
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	R\$21.403.621,74	-	R\$21.403.621,74
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	R\$17.585.475,82	-	R\$17.585.475,82
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

⁽¹⁾ Do montante informado em cada uma das linhas, 34,8% corresponde à remuneração variável de curto prazo e 65,2% corresponde à remuneração variável de longo prazo, conforme descritas no item 13.1(b) acima. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2021 (COP\$695,4224 = R\$1,00).

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações em vigor

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

8.7 Opções em aberto

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues diretamente aos beneficiários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

8.10 Outorga de ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

8.11 Ações entregues

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não tem planos de remuneração baseados em ações.

8.13 Participações detidas por órgão

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Emissora	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Almacenes Éxito S.A.	30.000	5.277	-	35.277
Companhia Brasileira de Distribuição	248.436	-	-	248.436

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

8.14 Planos de previdência

A Companhia não patrocina plano de previdência em benefício de seus administradores.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	8	9	9	11,08	10,42	11,17	N/A	N/A
Nº de membros Remunerados	8	9	9	11,08	10,42	11,17	N/A	N/A
Valor da maior Remuneração (Reais)	681.395,06	550.016,84	376.462,00	8.757.927,96	8.830.950,86	10.489.309,85	N/A	N/A
Valor da menor Remuneração (Reais)	220.961,73	70.101,43	182.695,00	670.219,72	927.332,88	857.045,94	N/A	N/A
Valor médio da Remuneração (Reais)	366.563,66	358.401,10	255.823,66	2.775.796,38	3.027.381,81	3.125.503,34	N/A	N/A

Nota

Diretoria	
31/12/2023	Os valores reportados nas linhas de valor da remuneração mais alta e da remuneração mais baixa não incluem o valor correspondente à remuneração variável de longo prazo reconhecida no resultado da Companhia, uma vez que os executivos somente farão jus ao seu recebimento após decorrido o prazo de 3 anos da aquisição da expectativa de direito e desde que permaneçam na Companhia nesse período, conforme descrito no item 8.1(b) acima. Os valores da remuneração mais alta apresentados correspondem a

	66% do total da remuneração mais alta reconhecida no resultado da Companhia, que inclui a remuneração variável de longo prazo, enquanto na remuneração mais baixa correspondem a 86%. O valor reportado como valor médio de remuneração corresponde ao valor total da remuneração reconhecida no resultado da Companhia indicado no item 8.2 acima, que inclui a remuneração variável de longo prazo, dividido pelo número de membros remunerados. Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que ocupam o cargo há menos de 12 meses foram desconsiderados. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2023 (COP\$864,403091 = R\$1,00).
31/12/2022	Os valores reportados nas linhas de valor da remuneração mais alta e da remuneração mais baixa não incluem o valor correspondente à remuneração variável de longo prazo reconhecida no resultado da Companhia, uma vez que os executivos somente farão jus ao seu recebimento após decorrido o prazo de 3 anos da aquisição da expectativa de direito e desde que permaneçam na Companhia nesse período, conforme descrito no item 8.1(b) acima. Os valores da remuneração mais alta apresentados correspondem a 55% do total da remuneração mais alta reconhecida no resultado da Companhia, que inclui a remuneração variável de longo prazo, enquanto na remuneração mais baixa correspondem a 73%. O valor reportado como valor médio de remuneração corresponde ao valor total da remuneração reconhecida no resultado da Companhia indicado no item 8.2 acima, que inclui a remuneração variável de longo prazo, dividido pelo número de membros remunerados. Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que ocupam o cargo há menos de 12 meses foram desconsiderados. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2022 (COP\$823,8063 = R\$1,00).
31/12/2021	Os valores reportados nas linhas de valor da remuneração mais alta e da remuneração mais baixa não incluem o valor correspondente à remuneração variável de longo prazo reconhecida no resultado da Companhia, uma vez que os executivos somente farão jus ao seu recebimento após decorrido o prazo de 3 anos da aquisição da expectativa de direito e desde que permaneçam na Companhia nesse período, conforme descrito no item 8.1(b) acima. Os valores da remuneração mais alta apresentados correspondem a 59% do total da remuneração mais alta reconhecida no resultado da Companhia, que inclui a remuneração variável de longo prazo, enquanto na remuneração mais baixa correspondem a 73%. O valor reportado como valor médio de remuneração corresponde ao valor total da remuneração reconhecida no resultado da Companhia indicado no item 8.2 acima, que inclui a remuneração variável de longo prazo, dividido pelo número de membros remunerados. Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que ocupam o cargo há menos de 12 meses foram desconsiderados. Os valores foram convertidos em reais (R\$) considerando a taxa de câmbio média anual de 2021 (COP\$695,4224 = R\$1,00).

Conselho de Administração	
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido pelos membros que exerceram suas funções na Companhia durante 12 meses. Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses foram desconsiderados.
31/12/2022	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido pelos membros que exerceram suas funções na Companhia durante 12 meses. Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses foram desconsiderados.
31/12/2021	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido pelos membros que exerceram suas funções na Companhia durante 12 meses. Para determinar o valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses foram desconsiderados.

Conselho Fiscal	
31/12/2023	N/A
31/12/2022	N/A
31/12/2021	N/A

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há disposições contratuais ou qualquer instrumento estruturante de remuneração ou mecanismos de indenização aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no caso de cessação de suas funções.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social encerrado em 31/12/2023	49,8%	-	-
Exercício social encerrado em 31/12/2022	59%	-	-
Exercício social encerrado em 31/12/2021	57%	-	-

8.18 Remuneração – Outras funções

Os administradores da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida no controlador/controlada

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

8.20 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9. Auditores

9.1. Identificação

9.2. Remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	00418-9
Tipo de Auditor	Nacional
Nome/Nome da companhia	KPMG Auditores Independentes Ltda.
CNPJ	57.755.217/0004-71
Data de contratação	20 de dezembro de 2022
Descrição do serviço contratado	Emissão de relatório de revisão especial em relação às demonstrações financeiras consolidadas revisadas da Companhia, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, apresentadas em português e em R\$, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregados por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$ 14.386 de honorários de auditoria e honorários relacionados à auditoria.
Justificativa de substituição	Não aplicável.
Motivo dado pelo auditor em caso de discordância	Não aplicável.

com a justificação do
emissor

Nome do técnico responsável	Data de início	CPF	Endereço
Márcio Serpejante Peppe	20 de dezembro de 2022	129.093.968-35	Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105 8º andar – Torre A 04711-904 - São Paulo, SP

9.3. Política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

O Comitê de Auditoria e Riscos deve: (i) comentar acerca da contratação dos auditores independentes, (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes para garantir a autonomia e a qualidade de seus serviços, e (iii) avaliar a adequação dos serviços prestados. Para mais informações, vide o item 5.4 deste Formulário de Referência.

O Comitê de Auditoria e Riscos é composto exclusivamente por membros independentes do Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria e Riscos é responsável pelo monitoramento dos processos de informações e relatórios financeiros, gerenciamento de riscos, sistemas de controle interno (incluindo o monitoramento de auditorias internas e externas) e *compliance* regulamentar (com maior foco na prevenção da lavagem de dinheiro e no financiamento do terrorismo), garantindo, portanto, a independência dos auditores independentes da Companhia.

9.4. Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

10. Recursos Humanos

10.1. Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor

Quantidade de empregados por declaração de gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário*	Outros**	Prefiro não responder***
Liderança	278	460	0	0	0
Não Liderança	16.401	16.254	0	5	0
Total	16.679	16.714	0	5	0

*Não-binário: Indivíduos que não se identificam do escopo binário de gênero (feminino ou masculino).

**Outros: Indivíduos que não se identificam com nenhuma das três opções de autodeclaração de gênero apresentadas (feminino, masculino e não binário).

***Prefere não responder: Total de empregados/membros do órgão da administração que optaram por não ter suas informações declaradas neste indicador.

Quantidade de empregados por declaração de cor e raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros*	Prefiro não responder**
Liderança	0	0	0	0	0	0	738
Não Liderança	0	0	0	0	0	0	32.660
Total	0	0	0	0	0	0	33.398

*Outros: indivíduos que não se identificam com nenhuma das cinco opções de autodeclaração de raça/cor/etnia definidas pelo IBGE.

**Prefere não responder: Total de empregados/membros do órgão da administração que optaram por não ter suas informações declaradas neste indicador.

Quantidade de empregados por posição e faixa etária			
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	34	581	123
Não Liderança	11.886	17.609	3.165
Total	11.920	18.190	3.288

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	0	0	738
Não-liderança	0	0	0	0	0	32.660

Total	0	0	0	0	0	33.398
--------------	----------	----------	----------	----------	----------	---------------

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero					
	Feminino	Masculino	Não binário*	Outros**	Prefere não responder***
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	33.398
Total	0	0	0	0	33.398

*Não-binário: Indivíduos que não se identificam do escopo binário de gênero (feminino ou masculino).

**Outros: Indivíduos que não se identificam com nenhuma das três opções de autodeclaração de gênero apresentadas (feminino, masculino e não binário).

***Prefere não responder: Total de empregados/membros do órgão da administração que optaram por não ter suas informações declaradas neste indicador.

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça							
	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros*	Prefere não responder**
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	33.398
Total	0	0	0	0	0	0	33.398

*Outros: indivíduos que não se identificam com nenhuma das cinco opções de autodeclaração de raça/cor/etnia definidas pelo IBGE.

**Prefere não responder: Total de empregados/membros do órgão da administração que optaram por não ter suas informações declaradas neste indicador.

Quantidade de empregados por localização geográfico e faixa etária			
	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	0
Sul	0	0	0
Exterior	11.920	18.190	3.288
Total	11.920	18.190	3.288

A Companhia informa que os dados referentes à quantidade de empregados divididos por gênero foram extraídos do cadastro de folha de pagamento.

b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Quantidade de empregados terceirizados por posição e localização geográfica						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0	2.317
Total	0	0	0	0	0	2.317

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade (*turnover* total) da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de 27,2%.

10.2 Alterações relevantes

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) *política de salários e remuneração variável*

A Companhia adota uma prática salarial que acredita estar alinhada à sua estrutura organizacional, baseada na meritocracia, bem como coerente com as práticas adotadas pelos demais integrantes do setor madeireiro.

Aumentos salariais podem ser concedidos em bases anuais, assim como gratificações por méritos espontâneos que visam demonstrar o reconhecimento do desempenho de seus colaboradores.

Além disso, a Companhia possui um programa de Participação nos Lucros e Resultados, com premissas definidas que contemplam seus empregados.

b) *política de benefícios*

A Companhia concede aos seus funcionários os benefícios previstos nas convenções coletivas de trabalho, celebrados com os sindicatos da categoria. Adicionalmente, a Companhia oferece benefícios espontâneos, quais sejam: seguro de vida em grupo, vale transporte, refeições, cesta básica, bolsa de estudos e assistência médica.

c) *características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:*

Não aplicável, considerando que não existe plano de remuneração baseado em ações para os empregados da Companhia.

d) *razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social*

A Companhia não possui empregados no Brasil.

10.4 Relações entre o emissor e sindicatos

Como princípio orientador nas ações da Companhia, seus diretores e funcionários em geral, há respeito às diretrizes dos colaboradores, respeito à liberdade de expressão e a cada um dos direitos dos funcionários, bem como respeito à liberdade de associação ou não associação sindical e respeito à negociação coletiva.

Há uma comunicação aberta através de canais formais e institucionalizados que são permanentemente criados e fortalecidos para criar espaços de diálogo com nossos funcionários em geral, assim como com as organizações sindicais com presença na Companhia e seus líderes ou representantes.

Para isso, existem ferramentas tecnológicas e de comunicação como sistemas de informação, o portal interno, caixas de correio para sentimentos, comunicação direta através de outdoors, grupos primários, grupos de foco e equipes interdisciplinares, reuniões periódicas com representantes sindicais, entre outros.

Na gestão da relação de trabalho coletivo, prevalece o diálogo social como mecanismo natural de interação, onde além de gerar e disseminar informações pertinentes e de forma transparente, em ambientes de bondade, respeito e confiança, o entendimento mútuo é privilegiado pelo respeito e avaliação da diferença, na busca da construção conjunta, realizando negociações responsáveis e satisfatórias para a Companhia e seus funcionários, que em sua maioria terminam com acordos consubstanciados em acordos coletivos e acordos coletivos, sempre respeitando e cumprindo as disposições neles contidas.

Quando um conflito coletivo persiste por algum motivo que impossibilita a conclusão de acordos convencionais, os canais estabelecidos por nosso sistema jurídico continuam, deixando sempre as portas abertas para o diálogo e o acordo.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 10.

11. Transações com Partes Relacionadas

11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, que corresponde ao sétimo capítulo do Código de Governança Corporativa ("Política"), e um procedimento para a aplicação de tal Política, estão disponíveis, em espanhol e inglês, no *website* da Companhia <https://www.grupoexitocom.co/es/procedimientos-corporativos> ("Procedimento"), que considera: (i) as diretrizes e princípios propostos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico; (ii) a Circular externa 028 de 2007 da Superintendência Financeira; (iii) as disposições do estatuto social da Companhia; (iv) as Normas Internacionais de Informação Financeira; (v) os regulamentos relativos a preços de transferência, e (vi) os demais regulamentos emitidos sobre o assunto.

A conclusão e execução de Transações de Partes Relacionadas serão autorizadas quando atenderem aos seguintes princípios: (i) satisfaz os interesses da Companhia e não a prejudica; (ii) visa oferecer um melhor serviço, melhor preço ou melhores condições aos clientes da Companhia; (iii) gera valor para a Companhia; (iv) não reduz ou coloca em risco a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações com terceiros; (v) respeita os direitos dos Acionistas minoritários; (vi) transparência; e (vii) promove o uso de sinergias, levando em conta as limitações e restrições estabelecidas por lei.

A Vice-Presidência de Assuntos Corporativos será responsável pela gestão do banco de dados dos membros do Conselho de Administração e Alta Administração, seus familiares próximos e as empresas sobre as quais os membros do Conselho de Administração e Alta Administração têm Influência Significativa.

Os funcionários e administradores responsáveis pela negociação e execução de transações devem informar ao Departamento Jurídico, através do Advogado de Assuntos Corporativos, sobre os negócios potenciais que identificaram que poderiam ser considerados Transações de Partes Relacionadas.

Com base no acima exposto, tanto o Departamento Jurídico quanto o Departamento de Contabilidade e Consolidação serão responsáveis pela validação das Partes Relacionadas e, por sua vez, o Departamento de Contabilidade e Consolidação será responsável por carregar e atualizar o banco de dados das Partes Relacionadas e do Pessoal-Chave da Administração, que será atualizado pelo menos a cada trimestre.

Avaliação

As pessoas responsáveis pela negociação e execução das transações devem comunicar as transações das partes relacionadas que pretendem realizar ao Departamento Jurídico antes de sua execução, através de um relatório que deve pelo menos incluir:

- (i) A natureza, escopo, partes e características operacionais, comerciais e financeiras da transação;
- (ii) As razões de conveniência para que a Companhia realize a transação; e
- (iii) Se a transação será realizada pelo menos nas condições mínimas para a Companhia que as transações disponíveis no mercado ou que um terceiro que não seja uma Parte Relacionada a ofereceria em circunstâncias similares.

Em todos os casos, deve haver um relatório sobre as condições atuais de mercado para as transações de condições iguais ou similares e a adequação da transação às referidas condições de mercado.

A Vice-Presidência de Assuntos Corporativos deverá comunicar ao Comitê de Auditoria e Riscos as Transações com Partes Relacionadas que a Companhia pretende executar, e deverá enviar o relatório sobre as condições de mercado.

O Comitê de auditoria e riscos deverá avaliar, entre outros aspectos, a materialidade da transação, a conformidade dos princípios que regem a Política e o Procedimento, o preço ou valor, e é coincidência com as condições de mercado e o momento da divulgação. Deve também preparar um relatório, que será registrado na ata da respectiva reunião, e sua avaliação, conclusões e recomendações.

Aprovação

O Comitê de auditoria e riscos será responsável pela aprovação prévia da assinatura e execução de todas as Transações de Partes Relacionadas, para as quais deve ter quórum de três quartos de seus membros e o voto positivo dos membros independentes. Somente quando envolver um dos seguintes casos, a aprovação do Comitê de auditoria e riscos não será exigida, mas em todos os casos deverá ser submetida ao conhecimento do Comitê, pelo menos uma vez ao ano:

- (i) Transações Recorrentes e Não Materiais, que só são submetidas a esse Comitê para fins de informação uma vez por ano, por meio de um relatório elaborado pela Vice-Presidência de Assuntos Corporativos
- (ii) Transações com uma subsidiária na qual a Companhia detém 100% das ações.
- (iii) Transações não-recorrentes e materiais que devem ser autorizadas pelo Conselho de Administração. Para isso, o Conselho de Administração deve ter um quórum de três quartos de seus membros e o voto positivo dos Membros

independentes presentes. Estas transações devem ser apresentadas para o conhecimento e avaliação prévia do Comitê de auditoria e riscos.

- (iv) Transações para as quais sua aprovação de acordo com a lei ou o Estatuto da Companhia corresponda à Assembleia Geral de Acionistas. Neste caso, tanto o Comitê de auditoria e riscos quanto o Conselho de Administração devem investigar e avaliar a operação de modo que a proposta à Assembleia Geral de Acionistas seja baseada na análise, avaliação e conclusões aprovadas por ambos os órgãos.

Divulgação

A Administração da Companhia deverá divulgar as Transações realizadas entre Partes Relacionadas no relatório da administração, não obstante o Departamento de Contabilidade e Consolidação o fazer trimestralmente nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, as Transações entre Partes Relacionadas mais relevantes deverão ser relatadas no Relatório de Governança Corporativa, identificando as Partes Relacionadas envolvidas e suas condições gerais.

Monitoramento

Os funcionários e administradores responsáveis pela negociação e execução da Transação da Parte Relacionada devem apresentar ao Departamento Jurídico um relatório sobre a Transação no qual deve indicar: (i) se as condições da Transação da Parte Relacionada foram modificadas desde a celebração dos respectivos acordos; (ii) os benefícios derivados da execução da Transação; e (iii) recomendações para transações similares.

Conciliação periódica de informações

O Departamento Jurídico e o Departamento de Contabilidade e Consolidação desenvolverão trimestralmente um procedimento para conciliar informações, a fim de identificar possíveis Transações de Partes Relacionadas que não cumpriram com as disposições da Política e do Procedimento, e tomar as ações consideradas necessárias para assegurar o cumprimento e sua eficácia.

Natureza e razão para a operação	O Grupo Éxito tem acesso a negociações competitivas que o Grupo Casino tem com fornecedores globais, uma vez que adquire diferentes produtos de vários fornecedores, os quais não são comercializados por seus concorrentes, com o objetivo de expandir a sua oferta de produtos, o que pode ter um impacto positivo na percepção do consumidor e nas vendas. A Companhia realiza o pagamento pela quantidade e tipo de produtos adquiridos, sendo uma porcentagem paga como margem de rentabilidade, cujo valor depende da espécie de produto e a sua conformidade com a regulamentação dos preços de transferência.
Posição contratual do emissor	Devedora
Especificar	Contratante

						Empréstimo ou outro tipo	Taxa de juros
Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	de dívida	cobrados
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	2016	R\$495.078.307,08	R\$73.956.943,00	N/A	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	A relação entre a Compañía de Financiamiento Tuya S.A e a Companhia é: (i) Recuperação da ativação comercial, (ii) Rendimento em bônus, cupons e energia, (iii) Arrendamento de bens imóveis, e (iv) Serviços. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2023. O valor incluído no campo “montante envolvido” corresponde aos montantes transacionados desde 2016.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Como parte da estratégia do Grupo Exito para rentabilizar o tráfego e proporcionar aos seus clientes diferentes métodos de pagamento para aumentar as vendas, fornece os serviços descritos à Tuya. Os acordos da transação estão alinhados com as políticas de preços de transferência e com os procedimentos corporativos estabelecidos pela Companhia, uma vez que se trata de uma transação com partes relacionadas. Remuneração variável baseada nas vendas por cartão de crédito da Tuya e descontos comerciais acordados com os titulares dos cartões de crédito.						
Posição contratual do emissor	Credora						
Especificar	Contratada						

						Empréstimo	Taxa de
	Data					ou outro tipo	juros
Parte relacionada	transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	de dívida	cobrados
Puntos Colombia S.A.S.	2020	R\$6.801.158,49	R\$2.328.510,00	N/A	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Joint Venture						

Objeto contrato	Serviços administrativos e contábeis. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2023. O valor incluído no campo “montante envolvido” corresponde aos montantes transacionados desde 2020. O pagamento é variável, o montante depende da quantidade e do tipo de produtos adquiridos.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	Negociação comercial. A experiência e know-how do Grupo Éxito em serviços administrativos, tais como gestão documental, contabilidade, impostos e tesouraria, permite-lhes fornecer este tipo de serviços a partes relacionadas, assegurando eficiências e sinergias.
Posição contratual do emissor	Credora
Especificar	Contratada

	Data					Empréstimo ou outro tipo	Taxa de juros
Parte relacionada	transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	de dívida	cobrados
Compañía de Financiamiento Tuya S.A.	01/01/2018	R\$274.455.303,00	R\$0,00	N/A	Indeterminada	Não	N/A
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Acordo de colaboração para promover a (i) venda de produtos e serviços oferecidos por Éxito por meio do Cartão Éxito; (ii) utilização do Cartão Éxito seja dentro da rede de estabelecimentos de Éxito ou fora desta; e (iii) utilização na rede de estabelecimentos de Éxito de outros serviços financeiros acordados entre as partes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	(i) descumprimento das obrigações contratuais de qualquer das partes, sempre que tal descumprimento cause um prejuízo à outra parte ou impeça a execução do contrato por mais de 2 meses; (ii) descumprimento grave das normas legais que regem as atividades e obrigações das partes referentes ao objeto do contrato, sempre que tal descumprimento cause um prejuízo à outra parte ou impeça a execução do contrato por mais de 2 meses; (iii) eventos de força maior ou caso fortuito que tornem impossível a execução do contrato por prazo superior a 4 meses; ou (iv) por superveniência do término do contrato. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2023. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados desde 2018.						
Natureza e razão para a operação	Como parte da estratégia do Grupo Éxito para rentabilizar o tráfego e proporcionar aos seus clientes diferentes métodos de pagamento para aumentar as vendas, fornece os serviços descritos à Tuya. Os acordos de transação estão alinhados com as políticas de preços de transferência e com os procedimentos corporativos estabelecidos pela Companhia, uma vez que se trata de uma transação com partes relacionadas.						
Posição contratual do emissor	Credora						
Especificar	Contratada						
	Data	Montante envolvido				Empréstimo ou outro tipo	Taxa de juros
	transação		Saldo existente	Montante	Duração		

Parte relacionada					de dívida	cobrados	
Casino Guichard Perrachon S.A.	2021	R\$52.061.159,92	R\$16.132.385,00	N/A	Indeterminado	Não	N/A
Relação com o emissor	Controladora Indireta						
Objeto contrato	Pagamentos de prêmios de seguro contratados diretamente pela Companhia controladora e cobrados da Emissora. O acordo inclui políticas de seguros que cobrem perdas devidas a riscos de cibersegurança e violência política, bem como riscos relacionados com serviços de consultoria.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2023. O valor incluído no campo “montante envolvido” corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						
Natureza e razão para a operação	Prevê a eficiência de custos dos seguros ao entrar em programas de seguros globais.						
Posição contratual do emissor	Devedora						
Especificar	Contratante						

						Empréstimo	Taxa de
	Data	Montante				ou outro tipo	juros
Parte relacionada	transação	envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	de dívida	cobrados
Distribution Casino France	2015	R\$66.634.307,00	R\$2.140.535,00	N/A	Indeterminada	Não	N/A
Relação com o emissor	Sociedades sob controle comum						
Objeto contrato	Acordo por meio do qual o Distribution Casino France (i) vende ao Grupo Éxito produtos da marca Casino para comercialização nas suas lojas, e (ii) presta serviços como agente de representação perante fornecedores internacionais, com base na sua experiência no fornecimento e abastecimento de mercadorias a nível internacional.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2023. O valor incluído no campo “montante envolvido” corresponde aos montantes transacionados desde 2015.						
Natureza e razão para a operação	O Grupo Éxito tem acesso a negociações competitivas que o Grupo Casino tem com fornecedores globais, uma vez que adquire diferentes produtos de vários fornecedores, que não comercializados por seus concorrentes, com o objetivo de expandir a sua oferta de produtos em armazéns, o que pode ter um impacto positivo na percepção do consumidor e, também, nas vendas. A Companhia realiza o pagamento pela quantidade e tipo de produtos adquiridos, sendo uma porcentagem paga como margem de rentabilidade, cujo valor depende da espécie de produto e a sua conformidade com a regulamentação dos preços de transferência.						
Posição contratual do emissor	Devedora						
Especificar	Contratante						

Especificar	Contratante						
						Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração		
Puntos Colombia S.A.S. (“PCO”)	2017	R\$634.175.690,50	R\$118.392.169,00	N/A	Enquanto perdurar o Acordo de Acionistas entre a Éxito e Grupo Bancolombia, inicialmente previsto para 10 anos a contar de 19/05/2017	Não	N/A
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Estabelecer os termos e condições do Programa Puntos Colombia, um programa de fidelidade com concessão de pontos aos seus clientes por compras por eles realizadas, de forma a regular o funcionamento de tal programa, compra de pontos pelos sócios e parceiros da sociedade, entre outras condições. O valor incluído no campo “saldo existente” corresponde aos montantes transacionados em 2023. O valor incluído no campo “montante envolvido no negócio” corresponde aos montantes transacionados nos 3 últimos anos.						
Garantia e seguros	Políticas de responsabilidade civil, infidelidade, riscos financeiros e riscos cibernéticos.						
Rescisão ou extinção	Por parte de PCO: (i) dissolução, liquidação ou venda de Éxito; (ii) em caso de prestação de informações falsas por Éxito referentes às operações de acúmulo e resgate de pontos de seus clientes; (iii) caso Éxito ultrapasse o percentual máximo de reclamações e queixas pelos clientes conforme estipulado no contrato; (iv) descumprimento das obrigações contratuais por parte de Éxito não sanado nos prazos estipulados em contrato; ou (v) caso Éxito deixe de ser acionista de PCO. Por parte de Éxito: (i) descumprimento das obrigações contratuais por parte de PCO não sanado nos prazos estipulados em contrato; (ii) em caso de prestação de informações falsas por PCO referentes a qualquer assunto relacionado com a execução do contrato; (iii) dissolução, liquidação ou venda de PCO; (iv) na ocorrência de um evento material adverso não sanado nos termos previstos no contrato; (v) caso Éxito deixe de ser acionista de PCO; ou (vi) caso PCO ultrapasse o percentual máximo de reclamações e queixas pelos clientes conforme estipulado no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Como parte da estratégia do Grupo Éxito para rentabilizar o tráfego, um programa de fidelização dentro dos serviços da Companhia contribui para um conhecimento mais amplo dos nossos clientes e oferece oportunidades para maximizar a sua fidelização.						
Posição contratual do emissor	Devedora						
Especificar	Contratante						

11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

12. Capital Social e Valores Mobiliários

12.1. Informações sobre o capital social

Data de autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de pagamento	Número de ações ordinárias (Unidades)	Número de ações preferenciais (Unidades)	Número total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital emitido				
25/10/2022	5.677.399,75	N/A	1.344.720.453	0	1.344.720.453
Tipo de capital	Capital subscrito				
25/10/2022	5.677.399,75	N/A	1.344.720.453	0	1.344.720.453
Tipo de capital	Capital integralizado				
25/10/2022	5.677.399,75	N/A	1.344.720.453	0	1.344.720.453
Tipo de capital	Capital autorizado				
25/10/2022	6.712.968,17	N/A	1.590.000.000	0	1.590.000.000

12.2. Emissores estrangeiros – Direitos e regras

(a) restrições impostas ao exercício dos direitos políticos e econômicos

De acordo com a legislação colombiana, o estatuto social da Companhia não pode restringir o exercício de direitos políticos ou econômicos. Entretanto, quando um acionista não integraliza as ações subscritas, ele não poderá exercer seus direitos econômicos e políticos, conforme estabelecido pelo artigo 397 do Código Comercial Colombiano.

O acordo de acionistas pode incorporar condições sobre como votar em uma assembleia de acionistas. No entanto, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte de acordos de acionistas.

Os artigos 61 a 66 do Código Comercial Colombiano regulam a emissão de ações preferenciais (ações com dividendo preferencial e sem direito a voto). A Companhia não emitiu tais ações até este momento.

Existem restrições para administradores e funcionários que possuem ações sobre seus direitos de voto em determinadas matérias, tais como aprovação de demonstrações financeiras anuais da Companhia e processos de reestruturação, de acordo com o estatuto social da Companhia.

Por fim, nos termos Contrato de Depósito, não serão oferecidos aos titulares de BDRs direitos ou quaisquer outras prerrogativas que sejam ilegais segundo a legislação brasileira vigente ou cuja disponibilização aos titulares dos BDRs seja impraticável.

Por mais que não seja possível determinar de antemão todas as situações que poderiam ser consideradas ilegais ou com disponibilização impraticável, caso verificada a ilegalidade ou impossibilidade no caso concreto, que poderia envolver um pagamento de proventos com utilização de recursos oriundos de atividades proibidas ou ilícitas, uma subscrição de novos valores mobiliários de emissão da Companhia que requereriam uma oferta pública no Brasil, cujo registro não foi obtido, ou, ainda, uma situação que não seja possível operacionalizar em virtude de limitações no sistema da B3, o investidor poderá não receber tais pagamentos ou ser impedido de exercer os direitos decorrentes de tais operações.

(b) restrições à circulação e transferência dos títulos

Não há restrição à circulação e transferência dos títulos da Companhia.

(c) casos de cancelamento de registro

A Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com as regras definidas pelo Decreto 2555 de 2010 e pelo Estatuto Social da Companhia, deve decidir acerca do cancelamento voluntário do registro da Companhia.

Para cancelar o registro no Registro Nacional de Títulos e Valores Mobiliários (RNVE), tal processo deverá ser cancelado primeiro na Bolsa Colombiana de Valores (BVC).

Os acionistas que aprovarem o cancelamento do registro da Companhia e suas ações no RNVE e na BVC deverão promover uma oferta pública de aquisição nos três meses seguintes à data da respectiva reunião da Assembleia Geral de Acionistas, para adquirir tais ações de propriedade dos acionistas que não compareceram à reunião ou votaram contra o cancelamento do registro.

Uma vez que a BVC aprove o cancelamento do registro, a Companhia deverá divulgar tal decisão. O cancelamento pode ocorrer por decisão de uma autoridade, de acordo com o seguinte:

- i) Decreto 2555, 2010, Artigo 5.2.6.2.1, o cancelamento forçado ocorre quando o emissor entra em um processo de liquidação.
- ii) O Artigo 50 da Lei 964 de 2005, estabelece que a Superintendência de Finanças pode cancelar o registro quando uma Companhia:
 - a. Afeta a livre formação dos preços no mercado de valores mobiliários;
 - b. Manipula a liquidez de um dado título;
 - c. Não mantém a contabilidade de acordo com os regulamentos aplicáveis ou não apresenta tais informações às autoridades;
 - d. Não cumpre com as regras sobre informações privilegiadas ou uso ou divulgação imprópria de informações confidenciais; e
 - e. Não divulga informações verdadeiras, oportunas, completas ou suficientes que possam afetar as decisões dos acionistas ou investidores.

(d) casos em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários com base em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como as respectivas condições de exercício desse direito, ou os casos em que esse direito não é garantido, se aplicável

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, qualquer nova emissão de ações terá direito de preferência em valor proporcional ao registrado no livro razão dos acionistas a partir da data de aprovação de tal emissão. Entretanto, o direito de preferência não se aplica nos seguintes casos:

- i. Quando a Assembleia Geral de Acionistas decidir, por um voto não inferior a 70% dos acionistas presentes na Assembleia.
- ii. Quando a emissão for destinada à subscrição de ações por funcionários ou subsidiárias da Companhia como parte de seu pacote de remuneração.
- iii. No caso de fusão, cisão ou reorganização que envolva a subscrição de ações como forma de pagamento.

(e) Outras questões de interesse para os investidores

A Companhia costuma realizar suas assembleias presencialmente, sendo facultada a sua realização à distância por meio virtual, conforme estabelecido no item 12.2 deste Formulário de Referência. Com relação à votação, é necessário que os acionistas ou seus procuradores estejam presentes no momento da realização da assembleia.

Ademais, a Companhia apresenta abaixo quadro contendo as principais diferenças entre a legislação brasileira e a colombiana no que se refere aos direitos dos acionistas.

Diferenças nas Legislações Societárias	Brasil	Colômbia
Aumento de Capital	De acordo com artigo 166 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor (" <u>Lei das S.A.</u> "), o capital social poderá ser aumentado mediante reforma do estatuto social por deliberação da assembleia geral, ou dentro dos limites do capital autorizado por deliberação da assembleia geral ou do conselho de administração, sem necessidade de reforma estatutária.	Nos termos do artigo 122 do Código Comercial Colombiano, o capital social autorizado (que determina a quantidade de ações disponíveis em tesouraria) poderá ser aumentado mediante alteração do estatuto social, conforme aprovado em assembleia de acionistas pela maioria dos acionistas presentes. A emissão de ações em tesouraria (i.e., novas ações para reserva de capital). Ou seja, se o capital autorizado for maior que o capital subscrito, a diferença entre os dois permite à companhia emitir ações de acordo com regulamentos (<i>reglamento</i>) emitidos pelo Conselho de Administração.
Direitos de voto	Nos termos do artigo 110 da Lei das S.A., cada ação ordinária corresponde a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral, podendo o estatuto estabelecer limitação ao número de votos de cada acionista. Admite-se a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias, com atribuição de voto plural, não superior a 10 (dez) votos por ação ordinária, desde que a companhia aberta não possua ações ou valores mobiliários negociados em mercados organizados.	Nos termos do artigo 379 do Código Comercial Colombiano, cada ação ordinária corresponde a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral. Sociedades anônimas (<i>sociedades anónimas</i>) podem emitir ações preferenciais (<i>acciones con dividendo preferencial y sin derecho a voto</i>) que concedam direitos econômicos diferenciados aos seus titulares e carecem de direito de voto. Sociedades não podem emitir ações com voto múltiplo.
Direito de retirada	A aprovação das matérias previstas nos incisos I a VI e IX do art. 136 da Lei das S.A. confere ao acionista dissidente o direito de retirar-se da companhia, mediante reembolso do valor das suas ações. Dentre as matérias abrangidas pelos incisos mencionados do artigo 136, temos a fusão ou incorporação da companhia, a mudança do objeto social, a redução do dividendo obrigatório, a criação de ações preferenciais e a cisão da companhia.	Nos termos do artigo 12 da Lei Colombiana nº 222 de 1995, os acionistas ausentes ou dissidentes têm o direito de retirar-se da companhia quando a transformação, fusão, cisão (<i>ecisión</i>) ou deslistagem do mercado em que suas ações são admitidas a negociação, implicar em uma maior responsabilidade ou uma diminuição dos direitos econômicos desses acionistas. Entende-se que tal diminuição ocorre quando o interesse do acionista é reduzido, quando há uma diminuição do valor das ações devido à operação e/ou quando a negociabilidade das ações é limitada ou diminuída.
Direito de preferência	O artigo 171 da Lei das S.A. estabelece que os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. O prazo de decadência não pode ser inferior a 30 (trinta) dias para o seu exercício. Além disso, é conferido ao acionista o poder de ceder o seu	A lei colombiana distingue dois tipos de direitos de preferência um na subscrição de ações recém emitidas (artigo 389 do Código Comercial Colombiano) e outro no âmbito da negociação de ações (artigo 379 do Código Comercial Colombiano). O primeiro aplica-se a todas as companhias, a menos que os estatutos prevejam

	direito de preferência. No caso das companhias abertas de capital autorizado, o estatuto pode prever a emissão de novas ações sem direito de preferência para os antigos acionistas.	especificamente que referido direito não será aplicável. O segundo, por outro lado, deve ser especialmente incluído nos estatutos para que seja concedido aos acionistas. No entanto, quando se trata de uma companhias cujas ações sejam admitidas à negociação no ambiente de bolsa, apenas se aplica o direito de preferência no ato da subscrição, uma vez que o artigo 407 do Código Comercial Colombiano determina especificamente que quando as ações de uma companhia são negociadas publicamente, não haverá qualquer restrição contratual na negociação de suas ações. Assim, a descrição abaixo somente se aplica a subscrição de ações preferenciais. Tal como a legislação brasileira, o artigo 389 do Código Comercial Colombiano prevê que os acionistas têm o direito de subscrever a uma quantidade de ações, no caso de um aumento de capital, observada a proporção das ações que detém na companhia. O prazo concedido para exercer o referido direito de preferência não pode ser inferior a 15 dias corridos contados da data da oferta. Os acionistas podem também negociar livremente os seus direitos de preferência, a menos que os estatutos os restrinjam (artigo 389 do Código Comercial Colombiano). De acordo com a alínea 5, do artigo 420 do Código Comercial Colombiano, a assembleia de acionistas também pode aprovar a emissão de novas ações sem direito de preferência, desde que a decisão seja aprovada por, pelo menos, 70% dos acionistas presentes.
Distribuição de dividendos	A Lei das S.A., a companhia somente poderá pagar dividendos à conta de lucro líquido do exercício, de lucros acumulados e de reserva de lucros. É direito dos acionistas o recebimento de dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com os parâmetros definidos na legislação societária.	De acordo com a lei colombiana, uma companhia deve distribuir, pelo menos, 50% do seu lucro líquido anual aos seus acionistas, a menos que 78% dos acionistas presentes em assembleia geral de acionistas opte pelo contrário, nos termos do artigo 155 do Código Comercial Colombiano.

	Quando o estatuto for omissivo e a assembleia geral deliberar sobre a sua inclusão no estatuto, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. Entretanto, o dividendo deixará de ser obrigatório no exercício social em que a sua distribuição for incompatível com a situação financeira da companhia.	Agora, no caso de sociedades anônimas (<i>sociedades anónimas</i>), se as reservas de capital, estatutárias e/ou ocasionais forem superiores a 100% do capital subscrito, a porcentagem mínima de distribuição do lucro líquido aumenta de 50% para 70%, nos termos do artigo 454. Por fim, o artigo 455 do Código Comercial Colombiano determina que os dividendos devem ser pagos em dinheiro, a menos que 80% dos acionistas presentes em assembleia geral de acionistas aceitem ser pagos em espécie, mediante a entrega de ações de emissão da companhia. O artigo também determina que quando uma companhia que paga dividendos possui um acionista controlador (que pode exercer o controle por meio de direito de votos em assembleia geral de acionistas, por meio da maioria do Conselho de Administração, por contrato ou por outro meio), apenas os acionistas que concordarem explicitamente em ser pagos de forma diversa serão pagos em espécie. Assim, quando sob controle de uma sociedade, a porcentagem de voto de 80% torna-se irrelevante.
Participação em Assembleias Gerais	O artigo 125 da Lei das S.A. estabelece que, ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. Além disso, o artigo 129 da Lei das S.A. prevê que as deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.	A assembleia geral de acionistas pode decidir favoravelmente se estiverem presentes acionistas que representem maioria absoluta dos acionistas, e se estiverem presentes pelo menos 2 acionistas, observado que estes valores podem ser alterados pelo estatuto social da Companhia. Quando as ações de uma companhia são negociadas em ambiente de bolso, o número de ações necessárias para convocar a assembleia geral de acionistas pode ser reduzido no estatuto social. As decisões que requerem quórum qualificado estão todas relacionadas com a distribuição e estão contidos nos artigos 155, 420.5 e 455 do Código Comercial Colombiano (vide item sobre a para distribuição de dividendos, constante acima).

		O artigo 422 estipula que caso a assembleia geral ordinária de acionistas, a qual deve ocorrer nos primeiros três meses de cada ano, não seja realizada ou a convocação não é realizada com a antecedência indicada no estatuto, um número plural de acionistas, independentemente do número de ações que representam, podem realizar a reunião em 1º de abril, ou no dia útil seguinte a essa data. Isto é conhecida como reunião por direito próprio. O artigo 429 também estabelece que quando a assembleia geral ordinária de acionistas é convocada, mas não pode ser convocada ou realizada por falta de quórum, deverá ser convocada uma nova assembleia. Esta segunda convocação, deve ser realizada com no mínimo dez dias após a convocação original, mas não mais do que em 30 dias após a convocação inicial. O artigo 429 também estabelece que ambas as reuniões (a realizada em primeira e segunda convocação) podem validamente deliberar, desde que haja pelo menos dois acionistas presentes, e qualquer que seja o número de ações presentes. Isto aplica-se tanto a empresas privadas como públicas.
Eleição de membros da administração	O conselho de administração deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. Já a diretoria deverá ser composta por 1 (um) ou mais membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo conselho de administração ou, se inexistente, pela assembleia geral.	O conselho de administração das companhias listadas em bolsa deve ser composto por pelo menos 5 (cinco) membros, observado o número máximo de 10 (dez) membros. Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos membros do conselho de administração devem ser independentes, tal como definido no parágrafo 2 do artigo 44 da Lei Colombiana nº 964 de 2005. Os membros do conselho de administração devem ser eleitos em assembleia geral de acionistas, pela maioria dos acionistas. De acordo com a forma de votação, os membros do Conselho de Administração de forma proporcional à participação detida no capital social da companhia.
Conflitos de interesse	De acordo com o artigo 115 da Lei das S.A., o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si	O artigo 23.7 da Lei Colombiana nº 222 de 1995 exige que os administradores se abstenham de entrar em qualquer transação que possa implicar em um conflito de interesses, salvo se esta seja aprovada por assembleia geral de acionistas. A não

	ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas. A Lei das S.A. veda o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.	divulgação e a não obtenção de aprovação prévia resultaria na anulação da transação. Por mais que a lei colombiana não possua uma definição de "conflitos de interesse", a jurisprudência existente sobre a questão fornece uma orientação. Consequentemente, para determinar se existe um conflito, deve ser realizada uma análise extensiva dos fatos. Além disso, a Superintendência das Empresas da Colômbia, atuando como Tribunal Judiciário no que diz respeito a litígios empresariais, decidiu que, na ausência de uma definição do que constitui um conflito de interesses, cabe ao Tribunal fazer tal determinação no caso a caso. A Superintendência tem sustentado consistentemente que existe um conflito de interesses sempre que um diretor não puder satisfazer simultaneamente dois interesses: os da companhia e os do diretor (ou uma pessoa cujos interesses são protegidos ou representados por referido diretor). Ademais, nos termos do artigo 4 do Decreto nº 1925 de 2011 (compilado no Decreto nº 1.074, de 2015), se a assembleia geral de acionistas aprovar uma transação que seja considerada como conflituosa e companhia sofrer quaisquer danos, os acionistas que aprovaram a referida transação serão solidariamente e responsáveis pelos danos sofridos. Quanto ao abuso dos poderes de voto, qualquer voto exercido com o objetivo de causar danos à companhia ou a outros acionistas ou de obter uma vantagem injustificada para si próprio ou para terceiros, bem como qualquer voto que possa resultar em danos à companhia ou a outros acionistas será considerado abusivo.
--	---	---

12.3. Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para não preencher a tabela:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não possuíamos outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

12.4. Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para não preencher a tabela:

Não há títulos emitidos no Brasil.

12.5. Mercados de negociação no Brasil

Os BDRs representativos de ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidos à negociação e listagem no segmento básico da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6. Negociação em mercados estrangeiros

Título	Identificação do Título	País	Mercado de capitais
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de início da listagem	Percentual
Descrição do segmento de negócio		Descrição da proporção de Certificados de Depósito no Exterior	
Descrição do Banco Custodiante		Descrição da Instituição Custodiante	
Ações ordinárias	"BVC:EXITO"	Colômbia	Bolsa de Valores da Colômbia
Bolsa de Valores da Colômbia	8 de julho de 1994	8 de julho de 1994	80,82%
N/A		N/A	
N/A		N/A	

Título	Identificação do Título	País	Mercado de capitais
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de início da listagem	Percentual
Descrição do segmento de negócio		Descrição da proporção de Certificados de Depósito no Exterior	
Descrição do Banco Custodiante		Descrição da Instituição Custodiante	
Ações Depositárias Americanas	"EXITO"	Estados Unidos da América	Mercado de balcão
Bolsa de Valores de Nova York	15 de setembro do 2023	15 de setembro do 2023	62,69%
Bolsa de Valores da Colômbia		Cada ADS representando 8 ações ordinárias	
JP Morgan (Banco Depositário)		BNP Paribas (Custodiante Local)	

12.7. Títulos emitidos no exterior

Ofertas Públicas de Aquisição

Em 25 de janeiro de 2024, a Cama Commercial Group, Corp. comprou um total de 86,84% das ações de emissão da Companhia, por meio de uma oferta pública de aquisição na República da Colômbia, tendo o comprador oferecido a aquisição de todas as ações ordinárias emitidas e em circulação de emissão do Éxito (incluindo ações ordinárias da Companhia representadas por BDRs, cada um representando quatro ações ordinárias da Éxito) em qualquer local, incluindo ações ordinárias da Companhia detidas por titulares dos ADRs, ao mesmo preço de compra de US\$ 0,9053 por ação ordinária da Companhia, em dólares norte-americanos ou pesos colombianos, em cada caso, sem juros e menos quaisquer impostos retidos na fonte, taxas e comissões de corretagem. As ofertas públicas de aquisição na Colômbia e nos Estados Unidos foram realizadas mediante um pré-acordo entre a Cama Commercial Group, Corp. e o Grupo Casino, incluindo a Companhia Brasileira de Distribuição e suas subsidiárias (em conjunto, "Acionistas Vendedores"). Os Acionistas Vendedores concordaram em ofertar e não retirar todas as suas ações ordinárias, ADSs e BDRs da Companhia que representavam, no total, 47,36% das ações ordinárias em circulação da Companhia.

12.8. Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou nenhuma oferta pública de distribuição de títulos.

12.9. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a respeito deste item 12.

13. Identificação das Pessoas Responsáveis pelo Conteúdo do Formulário

Nome da pessoa responsável pelo conteúdo do formulário	Carlos Calleja Hakker
Cargo da pessoa responsável	Diretor Presidente (CEO)
Nome da pessoa responsável pelo conteúdo do formulário	Aline Pacheco Pelucio
Cargo da pessoa responsável	Diretora de Relações com Investidores

13.1. Declaração do diretor presidente

CARLOS CALLEJA HAKKER, na qualidade de Diretor Presidente da Almacenes Éxito S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Colômbia, com sede na Carrera 48 # 32 B Sur-139, Avenida Las Vegas, município de Envigado, Antioquia, Colômbia ("Companhia"), para fins do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que (i) revisou o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no formulário estão em conformidade com as disposições da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, em particular os artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contidas é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e aos valores mobiliários por ela emitidos.

CARLOS CALLEJA HAKKER

13.2. Declaração do diretor de relações com investidores

ALINE PACHECO PELUCIO, na qualidade de representante legal da Almacenes Éxito S.A., sociedade constituída de acordo com as leis da Colômbia, com sede na Carrera 48 # 32 B Sur-139, Avenida Las Vegas, município de Envigado, Antioquia, Colômbia ("Companhia"), para os fins do item 13 do Formulário de Referência da Companhia, declara, na data deste Formulário de Referência, que (i) revisou o Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no formulário estão em conformidade com as disposições da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, em particular os artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contidas é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e aos valores mobiliários por ela emitidos.